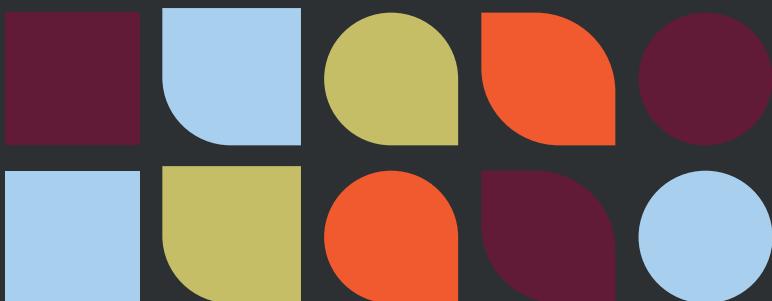


FABIO GOMES DA SILVA



O CONHECIMENTO MUÇULMANO
EM ESQUEMAS DE CLASSIFICAÇÃO
BIBLIOGRÁFICA LIVREMENTE
FACETADOS



NYOTA

**O CONHECIMENTO MUÇULMANO EM
ESQUEMAS DE CLASSIFICAÇÃO
BIBLIOGRÁFICA LIVREMENTE
FACETADOS**

FABIO GOMES DA SILVA

**O CONHECIMENTO MUÇULMANO EM
ESQUEMAS DE CLASSIFICAÇÃO
BIBLIOGRÁFICA LIVREMENTE
FACETADOS**

Salvador
UFBA
2025

SELO NYOTA

Franciélé Carneiro Garcês da Silva

Nathália Lima Romeiro

Coordenação

COMITÊ EDITORIAL E CIENTÍFICO

Barbara Barcellos (UFS)	Wellington Marçal de Carvalho (UFMG)
Gustavo Silva Saldanha (IBICT/UFRJ)	Márcio Ferreira da Silva (UFMA)
Ana Paula Meneses Alves (UFMG)	Dirnei Carneiro Garcez (NERSI-UFMG)
Claudia Mortari (UDESC)	Gerson Galo Ledezma Meneses (UNILA)
Natalia Duque Cardona (UdeA)	Luisa Tombini Wittmann (UDESC)
Lourenço Cardoso (UNILAB)	Samanta Coan (Muquifú)
Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA)	Lia Vainer Schucman (UFSC)
Bruno Almeida dos Santos (UFBA)	Rubens Alves da Silva (UFMG)
Carina Santiago dos Santos (PMF/SC)	Edilson Targino de Melo Filho (UFPB)

COMITÊ DE AVALIADORES AD HOC

Wellington Marçal de Carvalho (UFMG)	Márcio Ferreira da Silva (UFMA)
Andréa Pereira dos Santos (UFG)	Priscila Machado Borges Sena (IBICT)
Raphael Cavalcante (Camara dos Deputados)	Ana Cláudia Borges Campos (UFES)

Diagramação e projeto editorial: Franciélé Garcês

Arte da Capa: Franciélé Garcês

Revisão textual: Pedro Giovâni da Silva; Franciélé Garcês; Autoria

Ficha Catalográfica: Priscila Fevrier - CRB 7-6678

S586c

Silva, Fabio Gomes da

O conhecimento muçulmano em esquemas de classificação bibliográfica livremente facetados / Fabio Gomes da Silva. – Salvador: UFBA; Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2025.

138 p.

Inclui Bibliografia.

Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>

ISBN 978-65-5631-184-5 (digital)

ISBN 978-65-5631-183-8 (impresso)

1. Organização do Conhecimento. 2. Classificação bibliográfica. 3. Classificação facetada. I. Silva, Fabio Gomes da. II. Título.

COMO CITAR:

SILVA, Fabio Gomes da. **O conhecimento muçulmano em esquemas de classificação bibliográfica livremente facetados.** Salvador: UFBA; Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2025. 138 p.

**ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA
LICENÇA *CREATIVE COMMONS***



Atribuição – Compartilhamento pela mesma licença 4.0¹

É permitido:

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
Criar obras derivadas

Condições:



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s) de cada capítulo e às organizadoras da obra.



COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA

Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença que este original.

¹ <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/legalcode.pt>. Acesso em: 20 jan. 2025.

Esta obra foi contemplada com o **Prêmio ENBNA/EIBNA 2025 de Melhores Dissertações de Mestrado em Biblioteconomia Negra e Biblioteconomia Antirracista – Categoria Griôt.**



Realização



Apoio



Dedico esta obra à minha família, minha esposa Eliane, minha filha Ana Carolina, a minha netinha Marina, que se tornaram minhas maiores incentivadoras neste período.

Agradecer sempre remonta à necessidade de recuar às diversas fases de nosso projeto e reconhecer o papel inestimável para o seu sucesso. De certa forma, construímos nossos agradecimentos a partir de uma fórmula básica: a primeira, puramente metafísica, direcionada aos objetos de nossa fé, nossas divindades, objetos e objetivos de nossas crenças. A seguir, aos nossos apoiadores incondicionais, nossas famílias em seus mais diversos formatos. Depois, aos que compraram nossas ideias, apoando e orientando o projeto: orientador, professores e a própria instituição.

Assim, inicio meus agradecimentos a partir do reconhecimento de que, sem Deus, autor e consumidor de minha fé, sustentáculo de minha vida, eu não conseguia sequer começar este projeto. Ele é o responsável pela minha existência e por escolher pessoas tão preciosas em sua generosidade que possibilitaram a execução desta pesquisa.

Agradeço também aos meus familiares e amigos que tanto me apoiaram durante o Mestrado. À minha esposa, Eliane, minha filhota Ana Carolina, minha netinha e meu sobrinho, Marina e Akin, que diversas vezes me traziam de volta a alegria e o ânimo para continuar a escrita que aqui apresento. Meus irmãos e cunhados, os quais não consigo diferenciar devido ao carinho e à motivação constante, e aos meus pais pelos valores dispensados ao longo da vida.

Estendo meus agradecimentos ao meu orientador da dissertação que deu origem à essa obra, Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda, pela orientação e parceria nesta pesquisa desde a graduação; aos membros da Banca, Professora Tatiana de Almeida, Professor Fábio Pinho, Professora Brisa Pozzi e Professora Brígida Maria Nogueira Cervantes, pelos direcionamentos e correções nas etapas deste trabalho; e à Professora Daniele Achilles pelo trabalho e indicações de leitura nas disciplinas de Mestrado.

Enfim, ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB – Unirio) na pessoa de seus professores e técnicos que nos permitiram continuar a pesquisa, mesmo em um período de tantas demandas pessoais, desafios, os reflexos de uma pandemia e de um período de obscuridade. A estas pessoas tão especiais, minha sincera gratidão.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 15

Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva

Leyde Klébia Rodrigues da Silva

INTRODUÇÃO 19

ANÁLISE DE DOMÍNIO - ISLÂ 24

ANÁLISE DE DOMÍNIO: AS DIÁSPORAS MUÇULMANAS NO BRASIL: O
MALÊ E O TURCO 30

ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO 43

ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES 43

SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO 51

ANÁLISE FACETADA 57

THE CLASSIFICATION RESEARCH GROUP 59

HEGEMONIA, DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA 61

O CONTROLE EPISTÊMICO DA PERIFERIA 64

A RESISTÊNCIA DA PERIFERIA 66

ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS 71

BIBLIOGRAPHIC CLASSIFICATION 1a. EDIÇÃO - HENRY EVELYN
BLISS 73

BIBLIOGRAPHIC CLASSIFICATION 2ª EDIÇÃO - JACK MILLS & VANDA
BROUGHTON 79

A CLASSE RELIGIÃO NA BIBLIOGRAPHIC CLASSIFICATION 81

PROTÓTIPO DE UM SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO ALFABÉTICO-SISTEMÁTICO	91
PROTÓTIPO DE SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO ALFABÉTICO SISTEMÁTICO	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS	126
GLOSSÁRIO.....	134
SOBRE O AUTOR	137

APRESENTAÇÃO

Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva

Leyde Klébia Rodrigues da Silva

A obra “O Conhecimento Muçulmano em Esquemas de Classificação Bibliográfica Livremente Facetados”, de Fabio Gomes da Silva, advinda de dissertação orientada pelo Prof. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda, insere-se no campo da Organização e Representação do Conhecimento (ORC), articulando-se com os estudos em Biblioteconomia Negra e Antirracista e os Estudos Culturais para abordar como os sistemas de classificação bibliográfica podem representar, de maneira equitativa e culturalmente sensível, o conhecimento islâmico, particularmente no contexto brasileiro. Entendemos que esta obra advém de uma investigação que não apenas examina as estruturas conceituais subjacentes aos esquemas de classificação, mas também problematiza os vieses históricos, culturais e epistemológicos que privilegiam narrativas ocidentais e cristãs em detrimento de outras tradições religiosas e culturais.

O estudo parte de uma premissa crítica: a representação do Islã nos sistemas de organização do conhecimento tem sido frequentemente mediada por perspectivas hegemônicas, que silenciam ou distorcem suas múltiplas expressões, especialmente aquelas vinculadas ao Islã Negro no Brasil. Ao adotar a *Bibliographic Classification* (BC), desenvolvida por Jack Mills, Vanda Broughton e o *Classification Research Group* (CRG), como referencial teórico-metodológico, o autor propõe uma abordagem analítico-facetada,

capaz de superar as limitações dos modelos tradicionais. A metodologia empregada combina a Análise de Domínio, conforme proposta por Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda (2009), com os dois eixos de Joseph Tannis, o que permite uma avaliação sistemática da classe “Religião” na BC de Henry Evelyn Bliss e sua adequação ao domínio do Islã.

Os resultados da pesquisa são reveladores, a partir do momento em que a análise expõe vieses estruturais que privilegiam o cristianismo, seja na terminologia adotada, seja na hierarquização difusa de conceitos correlatos. No entanto, a aplicação das categorias desenvolvidas por Mills e Broughton demonstra que é possível corrigir tais assimetrias sem abandonar completamente o arcabouço ocidental, desde que se adotem regras claras e um tratamento equitativo dos conceitos.

Como demonstração prática, o autor aplica a estrutura FATKS, modelo facetado proposto por Broughton, à classificação do Culto Malê, e evidencia como a flexibilidade da abordagem analítico-facetada pode ampliar a representação de temas colocados às margens em sociedades ocidentais.

Por tudo isso, esta obra é Prêmio ENBNA/EIBNA 2025 de Melhores Dissertações de Mestrado em Biblioteconomia Negra e Biblioteconomia Antirracista – Categoria Griôt, por seu destaque não apenas por seu rigor acadêmico, mas também por seu compromisso com uma ORC mais crítica e representativa aos povos e saberes colocados às margens. Ao desafiar os paradigmas dominantes, Fabio Gomes da Silva oferece um contributo essencial para Biblioteconomia e Ciência da informação ao propor caminhos para que os sistemas de classificação possam refletir, de maneira mais fiel e justa, a diversidade do conhecimento humano.

Às pessoas leitoras, cabe não apenas absorver as reflexões aqui apresentadas, mas também engajar-se no debate sobre como a Organização do conhecimento pode ser repensada para acolher vozes historicamente silenciadas. Esta obra é, portanto, uma leitura

indispensável para todas aquelas pessoas interessadas na interseção entre cultura, religião e sistemas de informação.

Boa leitura!

INTRODUÇÃO

O tema do presente é a diversidade cultural na organização do conhecimento. Inserido no âmbito dos estudos culturais, trata-se do aprofundamento de pesquisa anterior sobre a representação da cultura muçulmana em Esquemas de Classificação Bibliográfica. Na Biblioteconomia e na Ciência da Informação, os estudos culturais têm sido empregados como ferramentas para a inclusão de saberes produzidos e/ou abordados por comunidades minorizadas. A importância desse tema reside em questões como o direito à representatividade e à preservação da memória.

Os resultados dessa pesquisa somam-se às percepções de Miranda (2009) e Broughton (2020), que reconhecem a existência de vieses de representação histórica na Classificação Decimal de Dewey. Esses vieses favorecem a cultura ocidental, com sua cosmovisão judaico-cristã, em detrimento de outras culturas. Por outro lado, a estrutura analítico-facetada da Segunda Edição da Classificação Decimal Universal oferece uma alocação mais equitativa e a possibilidade de atualização eficiente do conhecimento.

O problema de pesquisa parte da necessidade de revisão e atualização dos esquemas de classificação mais utilizados na atualidade, que refletem muitas vezes a cultura ocidental. Isso visa atender às demandas atuais de representatividade de grupos sociais minorizados. Nesse contexto, documentos relacionados à cultura e à identidade de grupos não-alinhados, subjugados e/ou periferizados têm seu discurso silenciado quando a classificação é orientada pelo discurso hegemônico da sociedade. A classificação de religiões em esquemas como a Classificação Decimal de Dewey exemplifica essa tendência à cultura e às religiões ocidentais, perpetuando a visão hegemônica sobre assuntos referentes a grupos em condição de minoria social.

O livro parte da revisão da classe religião da CDU, fruto dos trabalhos da equipe de Jack Mills e Vanda Broughton, que atuaram na atualização da *Bibliographic Classification*. Além disso, contou com as

contribuições de D.J. Foskett e Langridge nas Ciências Sociais e *Humanidades*, ambos membros do Classification Research Group do Reino Unido (CRG). Essa atuação do CRG serviu de base para estudos críticos contemporâneos voltados à classificação de conhecimentos de comunidades não hegemônicas e/ou periféricas.

A relevância do tema reside na compreensão de que vivemos em um mundo onde a diversidade é uma realidade inegável e não pode ser negligenciada. As pessoas pertencem a uma multiplicidade de grupos, subdivididos por etnicidade, ocupação, gênero, orientação sexual, entre outros. Essas identidades se entrelaçam e buscam reconhecimento, apreciação e suporte contra a discriminação. Nesse contexto, a multiplicidade de grupos sociais reforça a existência de inúmeras perspectivas para reconhecer e produzir conhecimento. A presente obra compartilha a visão de Miranda (2007) e Szostak (2014), que compreendem o conhecimento como uma construção sociocultural, na qual cada grupo étnico e cultural possui seu próprio modo de ver, entender e classificar o mundo.

O objetivo geral da obra é analisar a classificação do conhecimento muçulmano brasileiro, considerando as contribuições do *Classification Research Group* (CRG) na classificação das Humanidades e Ciências Sociais, bem como o desenvolvimento da Teoria da Classificação Facetada. Nesse sentido, como objetivos específicos, busca-se:

a) verificar a Influência dos Processos de Hegemonia e Resistência Cultural: Analisamos como os processos de hegemonia e resistência cultural moldam os processos decisórios na classificação de culturas não hegemônicas em esquemas de Classificação Bibliográfica;

b) Investigar a Construção da Imagem da Cultura Muçulmana no Brasil: Exploramos como a imagem da cultura muçulmana no Brasil foi construída como resultado de estratégias de controle social. Isso inclui o silenciamento das influências africanas na cultura muçulmana brasileira. A escolha por uma visão estereotipada do Islã no Brasil muitas vezes privilegia a perspectiva eurocêntrica e silencia a história dos muçulmanos negros no país.

c) Demonstrar a Viabilidade da Abordagem Analítico-Facetada: Baseando-nos no trabalho conduzido por Jack Mills, Vanda Broughton e outros membros do *Classification Research Group* do Reino Unido durante

a atualização da *Bibliographic Classification* de Henry Evelyn Bliss. Apresentamos Classificação Analítico-Facetada como metodologia para criar e atualizar conhecimentos relacionados às religiões não alinhadas à cultura ocidental. Realizaremos um estudo comparativo entre as estruturas da primeira e segunda versões do esquema, considerando as ideias originais de H.E. Bliss e a posterior atualização para a análise facetada conduzida por Jack Mills e Vanda Broughton. Aplicamos essa abordagem à classificação da cultura e identidade muçulmana brasileira, seguindo os princípios da Teoria da Classificação Facetada de S.R. Ranganathan, desenvolvida pelo *Classification Research Group* do Reino Unido. Utilizamos a estrutura *Faceted Analysis Theory for Humanities* (FAT-HUM) para demonstrar como a Classificação Facetada pode ser uma metodologia classificatória eficaz para alocar conhecimentos que muitas vezes são silenciados e para reduzir desigualdades sociais.

A obra está estruturada com o Capítulo 1, *Introdução*, no qual são apresentados os objetivos geral e específicos desta obra, sua estrutura. Ainda neste capítulo, os aspectos metodológicos são descritos e apresentados os resultados do estudo comparativo entre as diferentes versões da *Bibliographic Classification*. Além disso, é realizada a Análise de Domínio, conforme descrito por Hjørland e instrumentalizado por Joseph Tennis. Segundo o eixo/áreas de Modulação, o nome do domínio é Islã, sua extensão é o Islã como ortopraxia, referindo-se à religião, ideologia e identidade. Quanto à área de graus de especialização, o foco é a construção identitária do Islã no Brasil.

No Capítulo 2, *Organização do Conhecimento de Culturas Periféricas*, são abordados os conceitos específicos relacionados à Organização do Conhecimento. A Ciência da Informação é discutida com base nas contribuições de Ingetraut Dahlberg, bem como a Sociologia do Conhecimento, à luz das perspectivas teóricas de Birger Hjørland. Além disso, conceitos fundamentais são explorados, tais como as garantias, conforme proposto por Mario Barité, e Sistemas de Organização do Conhecimento, com referências a Gail Hodge (2000), Marcia Lien Zeng (2008) e Vanda Broughton. Também se examina a Análise Facetada e seu desenvolvimento na teoria de S.R. Ranganathan e no trabalho do *Classification Research Group* (CRG).

No Capítulo 3, *Hegemonia, Dominação e Resistência*, são tratados conceitos de hegemonia, dominação e resistência sob uma perspectiva

cultural. Além disso, esse capítulo explora a construção da imagem do Islã no Brasil, especialmente por meio do silenciamento da história da comunidade afro-brasileira muçulmana e a assimilação de sua cultura pelo processo de “embranquecimento”. Neste contexto, se busca fornecer uma compreensão mais profunda de como a cultura islâmica é percebida e representada no contexto brasileiro.

No Capítulo 4, *Discussões e Resultados*, são analisados os trabalhos de J. Mills e sua equipe na revisão da *Bibliographic Classification*, com foco na transição para uma estrutura facetada. A análise compara princípios e estruturas das diferentes versões da *Bibliographic Classification*, examinando terminologia, relações entre conceitos, ordenação lógica, usos e sentidos do vocabulário, bem como a localização do assunto “Religião”. Em seguida, são aplicadas as categorias da estrutura facetada da classe *religião* ao Islã brasileiro.

O Capítulo 5 apresenta o *Protótipo de um sistema de organização do Conhecimento Alfabetico Sistemático* a apresenta aplicação da Análise Facetada na classificação do Islã Negro Brasileiro, segundo estrutura FATKS desenvolvida por Vanda Broughton. Por fim, as *Considerações Finais* contém as conclusões resumindo os principais resultados, percepções e implicações da obra. Destacamos também as contribuições para a compreensão da Organização do Conhecimento em contextos culturais periféricos.

No que se refere aos direcionamentos, a presente obra trata de um estudo comparativo dos esquemas facetados desenvolvidos a partir do trabalho do *Classification Research Group* do Reino Unido. A metodologia utilizada será a Análise de Domínio proposta por Hjørland no artigo “Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional as well as innovative”, instrumentalizada a partir da proposta de Joseph Tannis (2003) em “*Two axes of domains for domain analysis*”. Essa análise é operacionalizada a partir de dois eixos: as áreas de Modulação e os Graus de Especialização do Domínio.

As Áreas de Modulação referem-se à extensão do domínio, enquanto os Graus de Especialização dizem respeito à sua intensão. Cada um desses eixos possui dois parâmetros:

Áreas de Modulação se refere à extensão do domínio e graus de Especialização se refere à sua intensão. Cada um destes eixos

possui dois parâmetros: áreas de Modulação que devem considerar: 1. A totalidade do que será coberto pelo domínio - sua extensão e; b. Como ele é chamado // conhecido - seu nome. Os graus de especialização devem: 1. Qualificar o domínio - estabelecer o seu foco e; 2. Estabelecer onde o domínio está posicionado em relação a outros domínios - sua intersecção (Tennis, 2003; p.194).

Neste sentido, a extensão do domínio analisado, bem como o recorte de pesquisa, é o Islã no Brasil. A cobertura do domínio abrange o Islã como religião institucionalizada, a religião dos muçulmanos e a cultura difundida por todo o Oriente Médio, Norte da África, Ásia e Índia. Segundo os Graus de Especialização, o foco é a comunidade muçulmana no Brasil.

A Análise de Domínio na Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) inclui, no sentido mais amplo, mapeamentos bibliométricos e análise de facetas (ou qualquer um dos 11 pontos considerados separadamente) de disciplinas ou outros domínios. Em sentido restrito, os estudos são considerados análise de domínio apenas se considerarem diferentes teorias, “paradigmas” ou tradições nos domínios. A razão é que um domínio não é “dado ao analista de domínio, mas é algo que envolve considerar perspectivas, objetivos, valores e interesses na constituição de um determinado domínio (cf. Hjørland 2016a).

A metodologia utilizada será um estudo comparativo, adaptado à metodologia Miranda (2007). As etapas da pesquisa são:

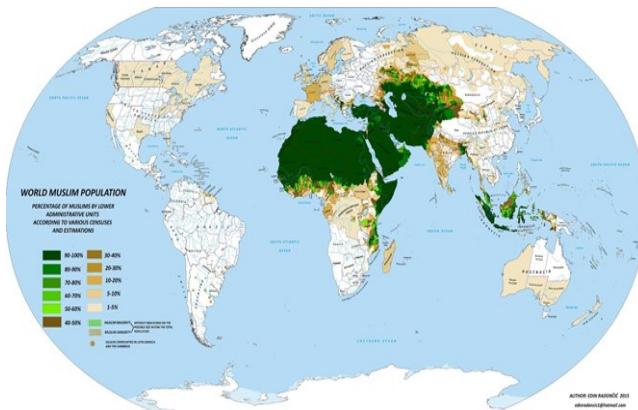
1. Análise e estudo dos esquemas de classificação bibliográficos. Analisaremos a *Bibliographic Classification*, observando o contexto de sua criação, biografia do criador, Henry Evelyn Bliss, e os princípios classificatórios abordados no Esquema.
2. Identificação e extração dos segmentos temáticos da edição da *Bibliographic Classification*, relacionado ao conhecimento e cultura islâmica.
3. Pesquisa na literatura sobre o conhecimento muçulmano de forma a identificar a terminologia referente a cultura islâmica, bem como usos e sentidos do vocabulário utilizados pela comunidade(s). Obras consultadas foram:

- a. Islã - o “Islamismo”, de Maribel Fierro. “Expansão muçulmana” (sec. IV a XI)”, Robert Mantran; “O islamismo como ideologia política de carácter secular”, Felipe Pathé Duarte; “Pensar o Islão: Questões Coloniais, interrogações pós-coloniais”, Abdoolkarim Vakil; Encyclopædia Britannica, Verbete ISLAMISMO.
 - b. Islã no Brasil - A raça africana e seus costumes na Bahia, de Manuel Raymundo Querino (1955), O negro brasileiro, de Arthur Ramos (1940). Os africanos no Brasil, de Raimundo Nina Rodrigues (1932), João José Reis (1995). Rocha (2017) e Claude Hajjar (1985).
4. Avaliação da Estrutura Conceitual observando como critérios:
 - a. A localização do Assunto Islã no esquema.
 - b. A estrutura conceitual do Islã na Classe religião verificando:
 - i. Ordenação lógica
 - ii. Usos e sentidos de vocabulário
 - iii. Detalhamento de assuntos
 5. Validação das relações entre os termos frente a representatividade da comunidade islâmica no mundo.

ANÁLISE DE DOMÍNIO - ISLÃ

O Islã é a religião que mais cresce no mundo. Ele está em situação hegemônica em todo o Norte da África, grande parte da Ásia, Oriente Médio e Oceania, possuindo também um contingente expressivo na Europa e nos Estados Unidos. Os números oficiais da religião no Brasil, conforme o censo de 2010, atribuem cerca de 35.000 adeptos a essa fé. Contudo, movimentos organizados estimam que a população muçulmana no Brasil seja de cerca de 1.500.000 de adeptos (IBGE, 2010). Os muçulmanos correspondem a cerca de 20% da população mundial e apresentam uma extensa diversidade étnica e cultural.

Figura 1 - População Muçulmana no Mundo.



Fonte: Reddit, 2015.

Maribel Fierro (1997) utiliza o termo Islã, palavra árabe que literalmente significa submissão, para designar a religião muçulmana. Também se refere à cultura difundida por todo Oriente Médio, Norte da África, Ásia e Índia. A esta difusão acompanha-se a língua da revelação, o árabe, a exceção do Irã, um país muçulmano de língua persa. Outro termo considerado e reconhecido é Islamismo, de viés político e ideológico, cuja “premissa base é a indivisibilidade absoluta da já referida trindade islâmica: o Islão como religião (*din*), como modo de vida (*dunya*) e como fórmula governativa (*dawla*) (Duarte, 2015, p. 104)”. Neste sentido, o Islã é um movimento social (ortopraxia): “que, como outro movimento social e político análogo, tem uma determinada doutrina, aplica-a ideologicamente e recorre a formas de ação específicas para fazê-la vingar” (Duarte, 2015, p. 100).

A ideologia muçulmana se “assenta num vínculo ético que une as pessoas que fazem parte da mesma sociedade, neste caso, a Ummah” (Duarte, 2015, p.103.). Neste sentido, os vínculos compartilhados pela comunidade, fundamentados pelo componente religioso, denotam ao Islã a função de integração social e política, sendo a trava mestra da orientação da ação dos indivíduos em todos os campos da sociedade” (Duarte, 2015, p. 103).

Geertz (1971). *Islam observed: religion development in Morocco and Indonesia*, denota que uma definição de religião, de certa forma, deverá

incluir a descoberta de “quais tipos de crenças e práticas apoiam que tipos de fé e sob que tipos de condições. Nossa problema, e fica pior a cada dia, não é definir religião, mas encontrá-la” (Geertz, 1971, p.1). Neste sentido, o conceito de religião, embora embasado em um corpo de fé e prática comum, torna-se diversificado e com questões divergentes a partir de contextos históricos e geográficos de cada comunidade de fé. No contexto da sociedade marroquina e da indonésia, estudados por Geertz (1971);

A fé religiosa, mesmo quando alimentada por uma fonte comum, funciona tanto como uma força **particularizadora** quanto como uma **generalizadora**. Na verdade, a universalidade que uma determinada tradição religiosa consegue alcançar surge de sua capacidade de envolver um conjunto crescente de concepções de vida individuais, mesmo idiossincráticas, e, de alguma forma, sustentar e elaborar todas elas. Quando tem sucesso nisso, o resultado pode ser tanto a distorção dessas visões pessoais quanto o seu enriquecimento, mas, de qualquer maneira, seja deformando as fés privadas ou aprimorando-as, a tradição geralmente prospera. No entanto, quando falha em lidar genuinamente com elas, endurece-se em escolasticismo, evapora em idealismo ou desvanece em ecletismo; ou seja, deixa de existir verdadeiramente, exceto como um fóssil, uma sombra ou uma casca. A contradição central do desenvolvimento religioso é que, devido à progressivamente mais ampla gama de experiências espirituais com as quais é forçado a lidar, quanto mais avança, mais precário se torna. Seus sucessos geram suas frustrações (Geertz, 1971, p. 1).

A concepção da religião engloba tanto as culturas orientais quanto aquelas cujos sentidos não se enquadram nas categorias de Oriental ou Ocidental. Exemplos notáveis são as religiosidades africanas e australianas, que, embora geograficamente vinculadas ao Ocidente e Oriente, não são reconhecidas como tal devido à sua singularidade cultural. Vale considerar que a construção do conceito religião em sociedades não ocidentais é pautada na existência de uma pluralidade decorrente de uma diversidade religiosa com concepções distintas do sagrado, muitas vezes discordantes do construto judaico-cristão do Ocidente. Tomemos como exemplo a sociedade nigeriana, caracterizada

por uma diversidade que abrange aproximadamente 250 grupos étnicos, manifestando-se em expressões religiosas que vão desde cosmovisões monoteístas, como as cristãs e muçulmanas, até diversas religiosidades tribais (Ibezim, 2014, p. 90).

Madu (2003, citado por Ibezim, 2014) concebe a religião como “*o reconhecimento humano da existência de poder ou poderes além de si mesmo, compreendendo quem ele é como criador do universo e como sustentador, preservador e provedor deste*”. A religião esclarece o relacionamento entre Deus e o homem, destacando quem é o criador e controlador do universo (Madu, 2003, citado por Ibezim, 2014, p.91). Ugwu (2003, citado por Ibezim, 2014) define o sentido do sistema religioso como um conjunto de “*fé e práticas envolvendo a relação entre a humanidade e o que é considerado como sagrado*”. Ibezim (2014) sintetiza a pluralidade religiosa na Nigéria ao conceber a religião como a consciência humana da existência de um ser (ou seres) espiritual superior, ao qual se dedica total dependência por meio de rituais e sacrifícios observados em diversos grupos religiosos nigerianos (Ibezim, 2014, p. 91).

A concepção da religião no Ocidente remonta às construções do seu conceito a partir do termo “*religio*”, no contexto da sociedade romana na antiguidade, relacionado ao contexto desta sociedade Azevedo (2010) afirma que , “*o termo ‘religio’, enquanto observância escrupulosa do rito, enquanto um zelo constante em relação aos deuses, dizia respeito aos atos do próprio cotidiano; cotidiano que, por sua vez, deveria se configurar por esse cuidado constante em relação aos deuses*” (Azevedo, 2010, p. 92). Nesse contexto, o termo *religio*” tem sua origem etimológica no termo “*relegere*” dos textos de Cícero, cujo “*significado diz respeito a recolher-se, a fazer uma nova escolha, a retornar a uma síntese anterior para recompô-la*” (Azevedo, 2010, p. 93).

A partir da criação das humanidades, o desenvolvimento do conceito de religião adquire novos sentidos. A emergência das Humanidades confere novos significados à religião, resultando na introdução de novos conceitos utilizados para abordar o fenômeno religioso de maneira objetiva e racional. Dessa forma, a religião cristã passa novamente por transformações, incorporando à sua cosmovisão novos conceitos alinhados ao contexto social em que está inserida. Conforme destacado por Coutinho (2012), as diversas definições da religião no Ocidente desempenham um papel crucial na compreensão da natureza das manifestações religiosas. Nesse sentido, a definição de

religião abrange conceitos inovadores, como crença, práticas, valores, coletividades e funcionalidades normativas, coesivas, tranquilizantes, estimulantes, experienciais, maturativas, identitárias e redentoras. Coutinho (2012) delineia a religião da seguinte maneira:

Sob a ótica subjetivista, ela é um sistema composto por descrições do sagrado, respostas ao sentido do mundo e da vida (crenças), meios, sinais, experiências de ligação com esse sagrado (práticas), orientações normativas do comportamento (valores) e atores coletivos com regras e recursos próprios (coletividades). Conforme a perspectiva funcionalista, a religião permite regular e justificar a conduta individual (normativa), proporcionar coesão social (coesiva), consolar e aliviar (tranquilizante), fortalecer a vontade (estimulante), dar sentido à vida (significante), possibilitar a experiência do sagrado (experiencial), promover o crescimento e amadurecimento (maturativa), conferir identidade (identitária) e administrar salvação (redentora) (Coutinho, 2012, p. 187).

O conteúdo da fé muçulmana é extremamente simples: O princípio essencial era a crença em Alá, Deus único, todo-poderoso e eterno, criador de todas as coisas; a crença em Alá é acompanhada da crença nos profetas – o último dos quais foi Muhammad – nos anjos, nos Livros revelados – o último e único necessário dos quais é o Corão -, no dia da ressurreição, na predestinação (*qadar*), o que implica na negação de liberdade do homem (Mantran, 1977, p. 72).

A estrutura doutrinal do Islã possui como princípios basilares a profissão de fé (*shahada*), a oração (*Salah*), a esmola (*Zakat*), o jejum no mês do Ramadã (*Salat*) e a peregrinação (*Hajj*). Segundo tais práticas, ensinadas por Muhammad desde o princípio, “será considerado *Muslim*, que segue a Religião da Verdade (*din al-haqq*)” (Mantran, 1977, p. 72). Miranda e Silva (2019), a atual composição do Islã no mundo sofre a influência de uma série de contextos, que ora evidencia a criação da comunidade unificada por força de seus valores e tradições religiosas, ora denota uma complexa composição ideológica”. Neste sentido, a tradição no contexto da comunidade muçulmana não remonta a um corpus monológico de ideias circulantes, uma vez que realidades/necessidades locais se somam às bases da religião.

De fato, uma análise estrutural do Islã atual deve considerar as influências históricas e sociais na construção das várias identidades recorrentes em sua comunidade. Neste sentido, a construção identitária do Islã sunita do Brasil envolve debates intensos, como as interpretações do Corão e da Hadith da diversidade de seitas e grupos, sobre o lugar da língua árabe, da diversidade étnica dos adeptos do Rio de Janeiro, dos arabismos dos adeptos da comunidade de São Paulo e do Paraná; do lugar da violência, da exposição midiática, dos silêncios e da estigmatização de seus costumes e de sua identidade (Miranda; Silva, 2019, p. 544).

Neste sentido, acreditamos que as manifestações do Islã apresentam variações oriundas dos processos de formação identitária em cada comunidade. Vale considerar que os processos de propagação do Islã interferem na construção da comunidade muçulmana e nas formas de culto derivadas. Desta forma, reconhecida a práxis da fé muçulmana central como a observação dos cinco pilares do Islã: a Confissão, a Oração, o Jejum, a Propagação da Fé e a Peregrinação; as datas sagradas ou comemorativas, o Ramadã, as prescrições alimentares e demais práticas, nichos estáveis da identidade muçulmana, são conformadas a contextos socioculturais que remetem a uma diversidade de manifestações do Islã pelo mundo.

De fato, se as primeiras fases da expansão muçulmana se caracterizavam pela consolidação da comunidade e da religião no estabelecimento da autoridade do Alcorão, a partir das interpretações da Sunnah, do estabelecimento da Sharia, se formam as divisões modernas do Islã (Sunismo e Xiismo), e demais movimentos muçulmanos com a incorporação das manifestações culturais de povos Islamizados. Tais manifestações, por sua vez, se transformam a partir das demandas sociais de comunidades formadas a partir de mecanismos de poder, subjugadas a uma cultura hegemônica e submetidas a diferentes formas de desenvolvimento. No caso da formação identitária do Islã no Brasil, contextos históricos levaram a tratamentos distintos de uma comunidade formada a partir de processos migratórios dissonantes entre si. Na presente obra, opta-se pelos estudos da formação identitária do Islã no Brasil, a partir das primeiras comunidades muçulmanas. Neste sentido, a seguir trata dos conceitos relativos ao Islã Brasileiro, nosso objeto de

estudo. A seguir, trataremos dos conceitos sobre a cultura silenciada do Islã de escravidão, e de seus processos de formação identitária em Salvador e no Rio de Janeiro.

ANÁLISE DE DOMÍNIO: AS DIÁSPORAS MUÇULMANAS NO BRASIL: O MALÊ E O TURCO

Nesta seção aborda-se a formação identitária do Islã no Brasil. Neste sentido, aborda-se a construção identitária do Islã no Brasil a partir da tese de Lima (2018), e do livro *A Raça Africana e seus costumes na Bahia (1955)* e *O colono preto como fator de civilização brasileira* de Manuel Querino (2018), a fim de analisar:

1. Os processos migratórios como formadores da identidade muçulmana brasileira;
2. O apagamento histórico-social do Islã Africano no Brasil;
3. A Organização e Representação do Conhecimento como estratégia para visibilidade e Defesa da memória/ conhecimento de Religiões Periferizadas / Periféricas.

Acreditamos que a formação identitária do Islam no Brasil deve considerar a complexidade dos processos migratórios que, por sua vez, conformam a construção identitária do Islam no Brasil a partir dos contextos histórico-sociais das comunidades muçulmanas. Neste sentido, as próximas subseções abordam, na realidade dos fluxos migratórios do Islã Brasileiro, as formações das identidades históricas do Islam brasileiro.

O Malê: Islã Negro no Brasil

A primeira evidência histórica de muçulmanos no Brasil advém do sequestro de populações africanas escravizadas dos séculos

XVI ao XIX². Querino (2018) em O colono preto como fator de civilização brasileira (2018) denota que a introdução do Islã no continente africano rendeu avanços civilizatórios como a abolição da antropofagia e a prática de sacrifícios humanos, a introdução dos conhecimentos referentes à pecuária e a agricultura.

Acrescente-se a essa circunstância a fundação de feitorias portuguesas em diversos pontos do Continente, e chegar-se-á à conclusão de que o colono preto, ao ser transportado para a América, estava já aparelhado para o trabalho que o esperava aqui, como bom caçador, marinheiro, criador, extrator do sal, abundante em algumas regiões, minerador de ferro, pastor, agricultor, mercador de marfim, etc. Ao tempo do tráfico, já o africano conhecia o trabalho da mineração, pois lá abundavam o ouro, a prata, o chumbo, o diamante e o ferro (Querino, 2018, p.1).

Querino (1955) observa que os comerciantes de escravos tinham como preferência os povos africanos do Norte da África. Cabe esclarecer que, os termos “África” e “africanos” fossem se constituem como reducionismo terminológico introduzido por europeus que desconsidera a diversidade étnica do continente africano. A principal consequência é a inviabilização dessa diversidade e a vulgarização da ideia de um corpus sociocultural homogêneo no continente. Querino (1955) enumera a diversidade de tribos introduzidas no Brasil - Cambinda, Benin, 'Gêge, Savarú, Maqui, Mendobi, Cotopori, Daxá, Angola, Massambique, Tápa, Filanin, Egbá, Iorubá, Efon, ou cara queimada, Qnêto, Ige-bú, Ótá, Oiô, Iabaci, Congo, Galinha, Aussá, Ige-chá, Barbá, Mina, Oondô Nagô, Bona, Calabar, Bornô, Gimun (Querino, 1955, p. 36-37), povos de origem sudanesa e iorubanas migrados com sua cultura, valores e religiosidades.

As principais tribos islamicadas eram Malinkes, Nagôs e Haussás, que foram introduzidas na sociedade brasileira entre os séculos XVIII e XIX. A islamização no continente africano tem como marco inicial a

² Existem relatos da presença de muçulmanos nas primeiras expedições portuguesas ao Brasil, ainda no século XVI. Para a presente obra, ao considerar a migração como formadora de identidades, consideramos a efetiva migração aquela resultante em comunidades historicamente estabelecidas no Brasil.

conquista da Região do Magreb, onde muçulmanos árabes se uniram aos locais contra os bizantinos por volta do século VII. A partir do Egito, muçulmanos expandiram seus domínios pelo Saara a todo a África Ocidental, dando origem à tradição Malinké, “Rio nilo acima, foram do Egito à África Setentrional Oriental além dos assentamentos fundados por mercadores do Iêmen, Omã e imigrantes do subcontinente indiano em todo litoral da África Oriental (Lima, 2018). Segundo Querino (1955), os Fulanis, iniciados pelos árabes, transmitiram as das doutrinas do Alcorão por todo alto Senegal, e, no século XVIII, por toda África (Querino, 1955). Desta forma, a principal região de penetração do Islã, e por conseguinte um dos principais pontos de comercialização de escravizados, era o Sudão.

Os reinos sudaneses eram compostos de populações mestiças negro-hamitas. E, com a influência islâmica, desagregou-se o grande império de Ghâna, com a formação da hegemonia dos Soninke, logo dominada pela dos Malinke, da grande família linguística dos Mandinga. Os Malinkes mantiveram a sua hegemonia no Sudão até o século XV, com o posterior florescimento do reino Songoi, dos Bambara e dos Haussá no século XIX. No meio destes reinos a influência islâmica tornou vários povos como os Gurunsi, os Haussá, os Mandinga, os Mossi, os Peuhl, os Serère, os Songoi e os Uolof, agentes de sua difusão. Além de muitos outros do Senegal e da Guiné (Ramos, 1971, p. 128,129 *apud* Lima, 2018, p. 100)

Os Malês receberam diversas denominações locais e variações que remeteram às origens árabes do Islã, No Rio de Janeiro foram chamados “alufás”, na Bahia, muçulmis ou malês, termo mais comumente reconhecido. Outros termos encontrados são: *amessulumi*, *mussurumni*, *mucurumnim*, *mussurubi*, corruptelas do termo muçulmano *muslim*, registrados por Artur Ramos em suas pesquisas no Rio de Janeiro. O termo malê é de origem incerta, cujas discussões remetem a origem ao termo *Malinké*, ou como corruptela dos termos de *Melle*, *Mellé*, *Mali ou Mald*, ou *Imalê*, expressão iorubana de cunho pejorativo, utilizada pelos Nagôs para designar os negros muçulmanos.

As premissas do Islã introduzido no continente africano garantiram, de certa forma, a sua diversidade cultural. Segundo Lima

(2018), o Islã comprehende o gênero humano como uma unidade e depreende a mesma natureza em todos os homens criados por Deus a partir de Adão. Compreendiam os povos africanos como pertencentes “à raça adâmica a qual Deus outorgou, na pré-eternidade, o Pacto primordial” (Lima, 2018, p.100). Desta forma, “o Islã não adaptou tradições africanas a seu modo de pensar, mas adaptou-se às tradições africanas, quando não violava seus preceitos fundamentais (Ki-zerbo, 2010, p. 204 *apud* Lima, 2018, p. 101). Este formato de propagação do Islã promove uma simbiose/ hibridização na religião muçulmana no continente, criando uma espécie de Islam africanizado fetichista, posteriormente migrado ao Brasil nos corpos escravizados de Filanins, Haussás, e Malinkês, aqui denominados malês.

A teologia do islã dos malês tinha como características: a crença num Deus único e superior (*Alá, Olorum-ulua*) e em Mariana (Mãe de Jesus Cristo), a adoção de práticas de magia, uso de talismãs, mandingas que na sua maior parte, “fragmentos ou versetos do Alcorão, escritos em caracteres árabes, num pedaço de papel, pequenas tâbuas, ou em outros objetos que eles guardavam como gris-gris (Ramos, 1940, p.83)”. A partir deste Islã hibridizado às tradições africanas foi organizada a primeira manifestação da identidade muçulmana entre os escravizados no período colonial no Brasil.

Os Malês descritos por Querino exerciam uma espécie de Islã adaptado e miscigenado às culturas africanas e brasileiras. O Culto Malê por Querino (1955), identifica adaptações presentes em obrigações como a Confissão, o Jejum, Salah, o Saraï, além do misticismo, casamento e restrições alimentares. Tais práticas são adaptadas ao contexto de uma sociedade escravocrata e opressora de qualquer tipo de culto diferente do Catolicismo. Um exemplo está na adequação do início do período do Ramadã às festas do Espírito Santo:

Na semana em que a Religião Católica celebra a festa do Espírito Santo, começava o jejum anual do Malê, pela forma seguinte: levantavam-se de madrugada, coziam o inhame e o pisavam para comer com bola de arroz machucado ou furá, com leite e mel de abelhas. As refeições eram feitas às quatro horas da madrugada e às oito horas da noite. Durante esse intervalo de tempo o Malê nem água bebia, assim como não absorvia a saliva. As sextas-feiras não trabalhavam, por ser dia consagrado às orações. O

jejum é efetuado no intervalo de uma lunação, isto é, se começava na lua nova, terminava na lua nova seguinte. O cardápio era apenas constituído de inhame com azeite de cheiro e sal moído, bolas de arroz machucado com açúcar e água, em grandes cuias. Nesse dia dançavam apenas as mulheres, trazendo em volta do pescoço uma faixa de pano que seguravam pelas extremidades. Quando uma terminava a dansa passava o exercício a outra, retirando o pano e com ele envolvendo o pescoço da parceira. Aquelas que possuíam certa ascendência social, além do pano no pescoço exibiam-se nas dansas, com uma cauda de boi à imitação de espanejador (Querino, 1955, p. 111).

As manifestações religiosas desta comunidade muçulmana eram cercadas por um ambiente de cerceamento e privação de liberdade religiosa. Ao definir o Catolicismo como religião oficial no artigo 5º. Da constituição de 1824³, e a consolidação no código Civil de 1830⁴, sobretudo nos artigos 276 e 277277, opério cerceou as demais manifestações religiosas, permitindo algumas concessões ao cristianismo protestante, muito devido à presença de estrangeiros. Neste contexto acontecem as rebeliões de escravos de 1807 a 1835, com profunda influência de muçulmanos escravizados e libertos.

O Levante de 1835, obriga os malês de Salvador a migrarem para outros estados, como o Rio de Janeiro, devido à perseguição de Estado aos muçulmanos. Este episódio possui grande importância por transformar toda a dinâmica em torno da fé muçulmana a partir da ação do Estado para o silenciamento da vertente afro-brasileira da fé muçulmana. Querino (1955), afirma não existir “razão ou fundamento atribuir o levante de 1835 aos malês” (Querino, 1955, p. 112). Segundo o autor, as provas colhidas para atribuir o levante 1835 não eram contundentes. Foram encontrados entre os presos escritos em grafia estrangeira que lembrava o árabe.

³ Art. 5. A Religião Catholica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo. (Brasil, 1824).

⁴ Art. 276. Celebrar em casa, ou edifício, que tenha alguma forma exterior de Templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra Religião, que não seja a do Estado. Penas - de serem dispersos pelo Juiz de Paz os que estiverem reunidos para o culto; da demolição da forma exterior; e de multa de dois a doze mil réis, que pagará cada um.

Querino afirma que: nos 234 processos de revoltosos africanos não foram encontrados malês: Enumeram-se 165 Nagôs, 21 Haussás, seis Tapas, cinco Bornos, quatro Congos, três Cambindas, três Minas, dois Calabares, um Igebu, um Benin e um Mendobi; não se encontrou, entre os mais de mil e quinhentos africanos; um só representante da seita maometana, sendo a maioria composta por Nagôs e Haussás, e que grande quantidade dos insurretos era composta por escravos dos ingleses e, para evitar conflito com uma nação mais poderosa, o governo desconsiderou as provas materiais do crime, encerrando a investigação (Querino, 1955).

Figura 2 - Debret - Imagem Negro Muçulmano Debret.



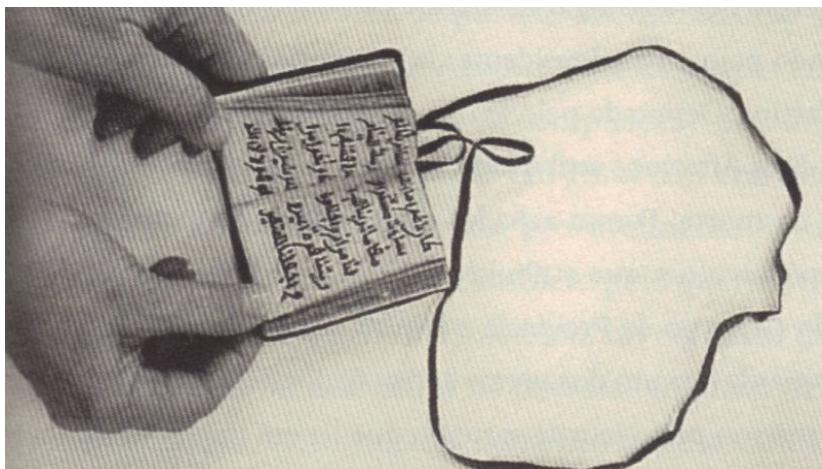
Fonte: BBCNews, 2018.

O Dr. Francisco Gonçalves Martins, chefe de polícia da época, em seu relatório, manifestou-se do seguinte modo: «Em geral, vão quase todos sabendo ler e escrever em caracteres desconhecidos, que se assemelham ao} usado entre os Aussás que figuram terem hoje combinado com os Nagôs». O fato da proclamação dos insurretos ter sido escrita em grafia desconhecida semelhante à

árabe, não quer dizer que somente os malês poderiam redigí-la, visto que africanos de tribos diferentes imiscuíam-se na seita maometana, sem, contudo observar-lhe os preceitos, mas, por simples distração, como acontecia (Querino, 1955, p. 112).

Por sua vez, Santos (2020) atribui a inspiração para a revolta de 1835 a fatores como o aumento da produção manufatureira na Bahia, “*a Jihad de 1804, principalmente a de Osman dan Fodio e as Guerras no Daomé que acarretaram crescimento de cativos das etnias Haussá e sobretudo os nagôs*” (Santos, 2020, p.339). Segundo o autor, na inquirição sobre a revolta dos malês, foram encontrados elementos próprios da cultura muçulmana. Lima (2018), observa a presença de patuás⁵, “tábuas lavadas”⁶ e outros elementos do misticismo muçulmano utilizados para proteção.

Figura 3 - O livrinho Malê - Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.



Fonte: BBCNews, 2018.

⁵ Amuleto que consiste em uma bolsinha de algodão com papel contendo escritos do Alcorão.

⁶ Tábuas utilizadas em ritual de proteção de corpos dos insurgentes de qualquer armas. As tábuas continham escritas do alcorão e eram lavadas em rituais de oração.

Dentre as consequências da Revolta dos Malês, a desconfiança em torno da imagem da comunidade muçulmana e o endurecimento das leis sobre suas práticas religiosas levaram a formação de uma segunda diáspora africana, agora baiana, que migrou de Salvador para fazer parte de outras comunidades muçulmanas formadas na cidade do Rio de Janeiro. Silva (2004), citando Gobineau, corrobora o destino dos migrantes após a revolta de 1835.

Em seu relatório, Gobineau escreve que todos os africanos moslins eram minas, denominação que no Rio de Janeiro e outras regiões do sul do Brasil significava qualquer africano que não fosse banto ou qualquer um que tivesse embarcado entre a costa do Senegal e os Camarões. Ele também menciona que um bom número dos africanos muçulmanos de Salvador, aos se tornarem livres, regressavam à África, mas que outros preferiam emigrar para o Rio de Janeiro. Quarenta anos mais tarde, João do Rio confirmaria a informação de Gobineau: muitos dos moslins do Rio de Janeiro provinham da Bahia. É possível que quisessem não apenas ficar longe de seus antigos donos, mas também escapar de constrangimentos pessoais, da desconfiança e das perseguições que se seguiram às revoltas das primeiras quatro décadas do século XIX (Silva, 2004, p. 290)

Esta nova comunidade passa a viver em territórios comuns, estabelecendo laços de identidade à sua origem em Salvador.

A partir dessa nova identidade que novas teias de solidariedade se teceram. Era por intermédio de Salvador que se importavam de Lagos ou de Ajudá nozes-de-cola, cauris, azeite-de-dendê, sabão e pano-da-costa. Passou-se, assim, no Rio de Janeiro, algo muito semelhante ao que acontecera com os africanos que retornaram do Brasil à África, e formaram em Acra, Anexo, Ajudá, Badagry, Porto Novo e Lagos os seus bairros próprios, e desenvolveram uma nova identidade grupal, a de “brasileiros”. (Silva, 2004, p. 291)

A repressão sobre esta comunidade levou à redução dos adeptos deste Islã até o seu quase desaparecimento ao final do Século XIX e início do século XX. Existe uma variedade de hipóteses para explicar o desaparecimento de uma comunidade muçulmana brasileira oriunda de

descendentes de africanos escravizados. Uma delas reside nos acontecimentos posteriores ao levante malê de 1835. Na ocasião, diversos muçulmanos foram deportados e condenados à morte, enquanto os sobreviventes tiveram de se aculturar a outras formas de culto por serem proibidos de propagar seus valores. Tal proibição impossibilita a conversão de novos adeptos e promove a aderência dos seus descendentes a outras religiões, em sua maioria ao Catolicismo e a religiões de matriz africana, o que, inevitavelmente, promove o desaparecimento destas comunidades.

Vale considerar que parte da repressão à cultura muçulmana no Império do Brasil adviria do fato de sua imagem ser construída enquanto cultura negra. De fato, o cumprimento efetivo da legislação do Império do Brasil e, posteriormente, dos primeiros anos da República, incidiram sobre as formas de culto e manifestações sociais não cristãs advindas, principalmente, de comunidades afro-brasileiras. Neste sentido, muçulmanos brasileiros (malês) utilizaram o aculturamento como forma de perpetuação de suas práticas, misturando-as às diversas manifestações da Cultura Brasileira, sobretudo em religiões de matriz africana. Exemplos observados são o uso os patuás, de turbantes por homens e mulheres, rituais de magia e adivinhação, “O uso da roupa branca e a sexta-feira ser sagrada (consagrada a Oxalá) foram outros costumes muçulmanos trazidos ao Brasil. Para os muçulmanos a sexta-feira é um dia para se rezar em congregação” (Silva Filho, 2013).

O Turco: Árabe, sírio, libanês e brasileiro

A segunda fase da diáspora muçulmana para o Brasil ocorre a partir do final do século XIX ao princípio do século XX. Segundo Lima (2018), a emigração de sírios e libaneses tiveram como causas principais: A Guerra Civil de 1860, A falta de alimentos devido à redução da atividade agrícola, A convocação de Jovens Cristãos para compor as fileiras do Exército Otomano, atividades dos Agentes de passagens, alta carga de impostos, etc. Contudo, a emigração de sírios e libaneses à América acontecia muito devido à concessão de vantagens ou à possibilidade de mudança de vida. Os principais destinos dos sírios e libaneses foram: os Estados Unidos, Canadá, Brasil e Argentina (Lima, 2017).

Segundo Lima (2017), os principais fatores que favoreceram a emigração para o Brasil decorrem devido às transformações políticas e econômicas ocorridas na primeira metade do século XIX que abriram as portas desse país de estrutura continental aos mais diversos grupos de imigrantes (Lima, 2017, p.132). A saber, o fim efetivo do Pacto colonial a partir do Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas, concebido no contexto das guerras napoleônicas, a demanda contratada de mão de obra para o cultivo das terras concedidas para as províncias pelo Império, a partir das leis imperiais 514 de 28 de outubro de 1848⁷, e da proibição do tráfico atlântico de escravos, vindos do continente africano para o Brasil pela lei Eusébio de Queiroz de 04 de setembro de 1850, o auge do ciclo do Café, que levaram a criação da Política de Imigração Subvencionada pelo governo brasileiro, e o surgimento do regime de colonato como nova relação de produção entre o colono e os donos de terra (Lima, 2017).

Claude Fahid Hajjar denota que o estudo da emigração árabe no Brasil, sobretudo de libaneses e sírios, pode ser subdividida em duas etapas distintas e seis levas, cujas razões para migração interferem diretamente na construção do imagético do árabe e do muçulmano no Brasil. Hajjar, citada por Lima(2017) afirma que a primeira etapa se iniciou em 1860 e perdurou até 1938. Os migrantes nesta etapa consistem em sua maioria de cristãos católicos, sendo que somente a partir da segunda etapa observa-se a presença de muçulmanos.

Os motivos da migração nas primeiras levas de migrantes da primeira etapa resumia-se à busca de enriquecimento, e ao serviço militar de jovens cristãos. Não se tratando de uma migração forçada, como os negros muçulmanos, foi marcada por incentivos estatais para atração da população árabe. Somente a partir da terceira leva a migração árabe possui elementos de migração forçada como a fuga da guerra, da fome, de doenças, etc., em período foi marcado pela Primeira Grande Guerra (1914-1918), Gripe Espanhola, Revolução Russa (1917), a Crise de 1929, além da ascensão do Nazismo.

⁷ Art. 16º A cada uma das Províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização, e não poderão ser roteadas por braços escravos.

Quadro 1 - Primeira Etapa da Imigração de sírios e libaneses ao Brasil segundo Hajjar (1985).

Período	Contingente	Motivos
1860 a 1900	Cristãos - Católicos	- Possibilidade de acúmulo de riquezas
1900 - 1914	Cristãos - Católicos	- Possibilidade de acúmulo de riquezas. - Convocação ao serviço militar de jovens Cristãos.
1918 - 1938	Cristãos - Católicos	- Primeira Grande Guerra - Fome e doenças. - Possibilidade de acúmulo de riquezas. - Criação de comunidades sírio-libanesas no Brasil

Fonte: Lima, 2017.

A segunda etapa migratória iniciou em 1945, após a Segunda Grande Guerra e perdurou até o ano de 1984. O contingente de migrantes é marcado por muçulmanos e cristãos católicos sírios e libaneses. Sua natureza é típica de um movimento de migração forçada, uma vez que a sua população se vê obrigada a fugir de conflitos internos e externos, decorrentes da pressão política e das guerras no Oriente Médio. Nesta etapa, o enriquecimento deixa de ser o motivo principal, substituída pela necessidade de refúgio. Os destinos de tais comunidades foram: Rio de Janeiro, São Paulo; os estados na região do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina., o Estado do Mato Grosso e as cidades de Belém e Manaus. Nesta época, comunidades árabes se consolidam e criam raízes em solo brasileiro.

Quadro 2 - Segunda Etapa da Imigração de sírios e libaneses ao Brasil segundo Hajjar (1985).

Período	Contingente	Contingente
1945 - 1955	Sírios, libaneses e palestinos muçulmanos	<ul style="list-style-type: none"> - Migração forçada por conflitos internos - Pressão Política - Guerra no Oriente Médio
1956 - 1970	Sírios, libaneses e palestinos Cristãos (Católicos) e muçulmanos	<ul style="list-style-type: none"> - Conflitos no Oriente Médio - A criação da Organização para a Libertação da Palestina – OLP; e, - A Guerra dos Seis Dias e a tomada das Colinas de Golã, pelo Estado de Israel.
1971 - 1984	Cristãos (Católicos) e muçulmanos	<ul style="list-style-type: none"> - Setembro Negro.

Fonte: Lima, 2017.

Além destas ondas migratórias, conflitos atuais como a Guerra da Síria, iniciada em 2011, causaram uma leva de refugiados cujo número de indivíduos pode chegar a 5 milhões de pessoas. Só no Brasil foram abrigados cerca de 2.252 indivíduos. Contudo, o número atual de muçulmanos no Brasil, entre convertidos (revertidos) e migrados é de difícil mensuração, muito devido ao atraso na realização do último censo demográfico.

Os números do Islã no Brasil, segundo IBGE (2010), são de cerca de 35.671 adeptos. Contudo, as novas composições sociais, advindas principalmente da diáspora africana e da crise da Síria, devem compor diversas inserções, tanto nos números quanto nas características do Islã no Brasil. Mesmo assim, os critérios sobre a composição da religião muçulmana pelo IBGE assumem a ideia de autorreconhecimento, da

forma em que o muçulmano se vê, sua identidade individual (Silva, 2018, p. 56).

A imagem do muçulmano brasileiro sofreu diversas transformações no tempo. Neste tempo, a imagem estereotipada do árabe, mascate, do turco, foram transformadas para a imagem da violência. Nisto, observamos a ressignificação do termo xiita aludida à noção do terrorismo, o imagético da violência como natureza da comunidade muçulmana, a visão monolítica fé muçulmana, e a visão de países muçulmanos enquanto estados antidemocráticos. A construção do estereótipo é fruto da desinformação, oriundo da difusão da visão eurocêntrica do mundo e do consequente silenciamento da história das comunidades muçulmanas. No caso brasileiro, a história das comunidades muçulmanas pretas, acrescenta ao seu desaparecimento o sentimento de inexistência de um Islã genuinamente brasileiro e de matriz africana.

Esta sensação de inexistência da história de um Islã Negro também se reflete nos esquemas de classificação bibliográfica. Neste sentido, é necessário o desenvolvimento e a análise de estruturas classificatórias possíveis para a inclusão de assuntos silenciados para a sua promoção e representatividade. Estudos culturais com vistas à construção e atualização de instrumentos de classificação podem ser utilizados como instrumentos para *advocacy*⁸ das causas de comunidades culturalmente silenciadas, para a redução de biases culturais e adequações terminológicas.

O próximo capítulo trata dos conceitos referentes à Organização do Conhecimento de Comunidades Periféricas. Nela, apresenta-se conceitos referentes à Organização do Conhecimento segundo Dahlberg e Hjorland, Sistemas de Organização do Conhecimento por Zeng (2008) e Hodge(2000); além da Análise Facetada por Ranganathan e Broughton e o *Classification Research group* do Reino Unido.

⁸ O termo tem origem na palavra *advocare*, do latim, que significa ajudar alguém que está em necessidade. Em inglês, deriva do verbo *to advocate*. Entretanto, a tradução literal em português, advogar, traz uma conotação em demasiaido jurídica – e nem sempre o advocacy possui esse foco. Advocacy, na atualidade, é utilizado como sinônimo de defesa e argumentação em favor de uma causa. É um processo de reivindicação de direitos que tem por objetivo influir na formulação e implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população (Enriconi, 2017).

ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Neste capítulo, abordam-se os conceitos relacionados à Organização do Conhecimento. Discutem-se a OC como uma ciência, segundo Ingetraut Dahlberg (2006), e a Organização Social do Conhecimento, segundo Birger Hjørland (2008) e Brascher e Carlan (2010), bem como os conceitos relacionados aos produtos e processos da OC. Além disso, são exploradas as noções de Garantia Literária e Cultural por Mario Barité (2019), bem como os Sistemas de Organização do Conhecimento de Gail Hodge (2000) e Marcia Lei Zeng (2008).

ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Dahlberg (1993) conceitua a Organização do Conhecimento como ciência, seguindo critérios estabelecidos por Diemer (citado por Dahlberg, 2014). Neste contexto, o conceito de ciência é apresentado sob três perspectivas: uma perspectiva cultural, uma perspectiva antropológica e uma perspectiva proposicional. Sua fundamentação teórica foi desenvolvida no início do século XX, pelos trabalhos de Ranganathan (análise facetada e combinações de conceitos) e Wüster em relação “à formação de sistemas com base nas duas formas hierárquicas de sistemas de conceitos usando a Lógica de Port Royal” (Dahlberg, 2006, p. 14).

Neste sentido, define a Organização do Conhecimento como:

Ciência que ordena a estruturação e sistematização dos conceitos, de acordo com suas características, que podem ser definidas como elementos de herança do objeto, e a aplicação dos conceitos e classes dos conceitos ordenados pela indicação de

valores, dos referentes aos conteúdos dos objetos ou assuntos (Carlan; Ribeiro, 2011, p.55).

A representação ocorre quando a Organização do Conhecimento se baseia em unidades de conhecimento e sua combinação em palavras, símbolos e termos. Essas unidades de conhecimento são conceitos que consistem em elementos denominados características de conceitos. “Dahlberg afirma serem exatamente estes fatores que permitem que um sistema de conceitos seja construído, tal qual um sistema de organização do conhecimento” (Dahlberg, 2006, p. 211). A representação não se trata necessariamente da representação do conhecimento da realidade em si, mas de uma realidade validada e orientada pela perspectiva de um contexto histórico-social que define valores reconhecidos como ciência, conhecimento e verdade. Neste sentido, Pombo (1998) denota a importância e a artificialidade existente na classificação daquilo que consideramos como natural. Segundo a autora:

Na verdade, nada nos parece mais “natural”, óbvio e indiscutível que as classificações dos entes, dos factos e dos acontecimentos que constituem os quadros mentais em que estamos inseridos. Elas constituem os pontos estáveis que nos impedem de rodopiar sem solo, perdidos no desconforto do inominável, da ausência de “idades” ou “geografias”. Só elas nos permitem orientar-nos no mundo à nossa volta, estabelecer hábitos, semelhanças e diferenças, reconhecer os lugares, os espaços, os seres, os acontecimentos; ordená-los, agrupá-los, aproxímá-los uns dos outros, mantê-los em conjunto ou afastá-los irremediavelmente (Pombo, 1998, p. 1).

A Organização do Conhecimento no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação, trata especificamente da Organização da Informação em registros bibliográficos. Em sentido amplo, a OC é a “organização social do trabalho mental, ou seja, de como o conhecimento é socialmente organizado e como a realidade é socialmente organizada (Hjørland, 2006)”. Hjørland (2003) afirma que a organização do conhecimento em tradições, ideologias e paradigmas podem ser vistos como a combinação de conceitos envolvendo a organização social e intelectual. São organizações cognitivas baseadas em influências sociais (Hjørland, 2003, p.94).

A Organização do Conhecimento é profundamente atrelada a uma Teoria do Conhecimento por implicar “um conjunto de conceitos e suas relações (ou seja, “compromisso ontológico”) (Hjørland, 2015). Uma teoria tem implicações para quais conceitos, observações etc. são relevantes e para o que deve ser considerado menos relevante” (Hjørland, 2015, p. 124). Por exemplo, a Classificação Decimal de Dewey e a *Bibliographic Classification* possuem diferentes interpretações para relação de conceitos em suas classes e divisões de subclasse. Dewey baseia sua divisão em uma interpretação conhecimento presente nas teorias de Hegel, Harris e Bacon. Similarmente, a estrutura da BC baseia-se no consenso entre o conhecimento segundo a perspectiva positivista de Comte. A *Colon Classification* de S. R. Ranganathan, embasada no pensamento filosófico Vediano (1500 BC), cuja concepção implica o corpo do conhecimento tecido em sistema vis-à-vis, observando o conhecimento como unidade em si (Satija; Sight, 2013; Olson, 2011; Hjørland, 2013). Neste sentido, a leitura de mundo do classificacionista, por ser relacionada ou derivada de uma teoria do conhecimento, que tende a ser compartilhada publicamente por paradigmas implicando formas divergentes na representação de um mesmo assunto.

Em suma, a Organização do conhecimento envolve condicionantes filosóficas e culturais atuantes nas diversas fases da produção do conhecimento, na elaboração de SOC, na representação da informação contidas em documentos nos mais diversos ambientes de informação e nas necessidades de informação do usuário. Assim, os atores da produção científica, orientados ao contexto sociocultural, têm suas decisões influenciadas pela escala de valores aos quais tiveram contato. Desta forma, as decisões do autor na produção do conhecimento, do classificacionista na criação de SOC, do bibliotecário na classificação e categorização dos documentos e da percepção do usuário quanto às necessidades, demandas e desejos de informação remetem a perspectiva de um certo contexto sociocultural (Miranda, Silva, 2019, p. 83). Tal condição denota a necessidade do conhecimento de assunto por parte do classificador nas atividades de classificação e indexação. Em outras palavras, o classificador deve desenvolver a habilidade crítica para lidar diferentes teorias e seu impacto ideológico nas classificações (Hjørland, 2013, p. 171).

A principal abordagem para a construção das classificações se dá pela justificativa de seleção terminológica pela forma de garantias. O termo garantia, utilizado pela primeira vez por Hulme, em 1901, no âmbito da organização do conhecimento segue a mesma linha semântica dos sentidos de “segurança ou certeza sobre algo”, “ação de demonstrar a razão ou prover um fundamento para uma decisão” ou “apoiar ou garantir a qualidade, acurácia ou condição” (Barité, 2011). Sua função consiste em servir como autoridade evocada pelo classificacionista para verificar decisões sobre a seleção de classes e conceitos para o sistema, sua ordenação nas listas e no próprio sistema “da divisão das classes de unidade/conceitos, da extensão de sua subdivisão, de quando e onde síntese está disponível, e se as ordens de citação são perguntas estáticas ou variáveis e similares (Beghtol, 1986, p. 111 *apud* Barité, 2011, p. 2).

Em trabalho recente, Barité enumera diversos tipos de garantia proposta por diversos autores por mais de um século.

Algunas parecen ser variaciones o especificaciones de las cuatro más mencionadas en la literatura: la garantía literaria que se fundamenta en la terminología suficientemente documentada; la garantía de usuario que pone énfasis en el lenguaje de las personas que buscan información y trabajan con ella; la garantía académica, que recalca en los consensos científico-técnicos y especializados denominativos de objetos y fenómenos; y la garantía cultural, orientada a atender los valores, las creencias y las miradas particulares con los que una comunidad puede asumir, entender o interpelar al conocimiento establecido, o puede crear su propio universo semántico al compartir las mismas coordenadas culturales (Barité, 2019, p. 476).

Beghtol (2002 *apud* Barité, 2011), posiciona a garantia cultural em cada sistema de classificação baseada em assuntos e preocupações de certa cultura, qualquer cultura de determinado país, ou de uma maior ou menor unidade social (Beghtol, 2002a, p. 45 *apud* Barité, 2011). Neste sentido, cultura se refere a um conjunto de valores, crenças e conhecimentos próprios de um grupo social, em sua escala local, a distinção de uma cultura em respeito a outras e uma visão homogênea de pessoas e ideias, e as unidades sociais referidas a grupos étnicos, disciplinas acadêmicas, domínios da arte, facções políticas, religiões e/ou

linguagens (Barité, 2011). A garantia cultural abarca tanto a literatura específica de um recorte social, quanto às tradições locais de determinada cultura. Um ponto sensível do conceito de garantia cultural se refere à questão do princípio de hospitalidade presente em sistemas de organização universais.

La implantación de una perspectiva cultural para la OC exige la construcción de una terminología consistente, apegada al conjunto de creencias o de ideas que se pretende representar, y depurada de todos los elementos peyorativos, discriminatorios o inapropiados que puedan ponerla en cuestión. En la garantía cultural se trabaja, pues, con material sensible para comunidades, colectivos y movimientos sociales que actúan en actitud reivindicativa, y que además suelen contener corrientes disímiles en cuanto a estrategias y pensamiento político. Por ello, conviene que los trabajos de campo y los productos terminológicos creados con una perspectiva cultural puedan contar con la validación - al menos sumaria - de los colectivos atendidos (Barité, 2019, p. 481)

Contudo, as constantes transformações do conhecimento conferem à literatura mudanças advindas das transformações socioculturais. Neste sentido, o contexto, ao influenciar diretamente a produção do conhecimento, valida novas teorias e substitui antigos paradigmas e conforma as perspectivas dominantes de reconhecer o mundo. Por outro lado, a dinâmica do conhecimento também envolve a resistência ao novo, onde o antigo paradigma, ou modelo, apoiando-se em uma estrutura própria e classificando conhecimentos não alinhados como **periféricos, não ciência, conhecimento inválido, popular ou inferior**. Exemplo conhecido são as biases na classificação de religiões de matriz africana onde, apesar da riqueza cultural envolvida em suas práticas, ritos e lendas, não dispunha de notação específica nos esquemas de classificação bibliográfica (Silva, 2018, p. 30).

Os trabalhos de Broughton (2006), Miranda, Costa e Silva (2020) sobre a Representação do Conhecimento sobre Religiões em Esquemas de Classificação Bibliográfica denotam como o status da representação de assuntos referentes à cultura e identidade de grupos sociais minoritários estão orientados a partir do preconceito oriundo da imagem construída no Ocidente. Biases identificáveis quanto a ordenação,

vocabulário ou detalhamento de assuntos podem interferir na visibilidade da cultura de grupos sociais minorizados socialmente. As consequências da sub-representação, somados a construção e a divulgação extensiva de “ideias negativas sobre determinada comunidade, torna-se fonte de condutas predatórias, sob o risco de privação de direitos de um determinado grupo social” (Miranda; Silva , 2019).

De fato, a construção do senso comum sobre a imagem das religiões de matriz africana no Brasil, do Islã no Ocidente, dos Judeus na Europa da Segunda Guerra são exemplos de como a opção pelo silenciamento da cultura de grupos sociais “interfere diretamente nos direitos à expressão cultural e religiosa, visibilidade, livre acesso e circulação de seus adeptos” (Miranda; Silva, 2019). As consequências reconhecidas são a “demonização” das manifestações culturais/rituais das religiões de matriz africana, a associação à violência e terrorismo aos adeptos do Islã no Ocidente (que historicamente não se resume ou se inicia nos atentados de 11 de setembro de 2001), e do Holocausto Judeu na Segunda Grande Guerra. A classificação da Umbanda na Classificação Decimal de Dewey, conforme demonstrado em Costa (2017), passa a ter alocação própria na CDD em suas edições mais recentes. O estudo

evidenciou a necessidade de revisão tanto na classificação quanto na catalogação de assuntos, pois foram percebidas distorções na representação quanto a seus conceitos possivelmente refletindo o entendimento de um tempo em que a influência política e social tratava com preconceito religiões de possessão e influências afro. A falta de revisão pode perpetuar a interpretação preconceituosa e distorcida (Costa, 2017, p. 130)

A sub-representação de culturas minoritárias nas classificações tem sua origem em raízes mais profundas. A começar pelo conceito, classificações são, por definição, representações de uma realidade produzida a cada instante e cujo sentido é induzido a partir de mecanismos de poder (Foucault, 1977). García-Gutiérrez em *Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia*, denota que o ato de classificar remete ao esvaziamento de formas de pensamento desautorizadas pelo poder. Neste sentido

Classificar supõe enviar ao exílio todas as ordens possíveis, salvo as autorizadas pelo poder. E são, na realidade, essas ordens exiladas, que não se foram nunca, que terminam por subverter a aparente calma classificatória. No interior das categorias se farão fortes, serão cúmplices dos próprios textos maltratados e instigarão à derrubada de seus anfitriões (García-Gutiérrez, 2006, p. 111).

Para García-Gutiérrez, o ato de classificar reflete uma estratégia de silenciamento, uma vez que o conhecimento e sua classificação são instâncias construídas a partir de ideologias. Neste sentido, a vulgarização da perspectiva ocidental como conhecimento único e válido, na verdade, se apresenta como instância que parte de um lugar predeterminado por uma lógica dominante. No Ocidente, o código disjuntor herdado da Árvore de Porfírio, e de outras raízes procedentes de velhos temores bíblicos, organiza nossa cosmovisão e comportamento em torno de uma lógica e de um sistema binário (García-Gutiérrez, 2006, p. 111).

Neste sentido, a realidade representada nas classificações adota aspectos inerentes à própria estrutura construída em sociedade. Classificações são construções sociais condicionadas a partir de uma forma de pensar enviesada, por sua vez, são validadas pelos pares. Em outros termos, classificar é representar a realidade, uma realidade enviesada, injusta e repleta de contradições (Szostak, 2017). A complexidade da classificação de culturas periféricas, ao lidar com estruturas sociais enviesadas e preestabelecidas desde sua formação, denota a importância do desenvolvimento de um senso crítico apurado ao profissional (Classificacionista ou Classificador) na classificação de culturas exteriores a sua forma de pensar. Inevitavelmente, nossas escolhas remetem à formação de nossa subjetividade, o que, em última forma, também se torna um elemento na classificação de termos referentes a culturas em posição minoritária.

Em pesquisa no Catálogo de Obras Gerais da Biblioteca Nacional, utilitária da Classificação Decimal de Dewey, em como as relações entre os termos Jihad, Sharia, “Direito Muçulmano”, “Fundamentalismo Islâmico” e Terrorismo denota o problema da estrutura da CDD e da influência da formação dos profissionais invocaram tanto desvios de classificação como: a não opção pelo termo reconhecido pela comunidade (Sharia), a associação para visão belicista do *Jihad*, e a opção

inadequada dos termos Islã (que se refere à religião islâmica, não seu viés ideológico), e terrorismo islâmico (cuja notação envolve um viés religioso, e não político).

Quadro 3 - Relações entre os termos Sharia, Jihad, Fundamentalismo Islâmico e Terrorismo Islâmico no catálogo da Biblioteca Nacional

TERMO TÓPICO	OBRA	NOTAÇÃO BN
Jihad	A atual guerra islâmica: o terrorismo	297.72
Fundamentalismo Islâmico	A doença do Islã	320.550917671
Terrorismo Islâmico	A crise do Islã: guerra santa e terror profano	297.72

Fonte: Miranda; Silva, 2019.

Se no exemplo acima remete à imagem construída do muçulmano no Ocidente, silenciamentos na classificação de povos originários e literatura periférica, o uso de termos que remetem ao capacitismo, etarismo e misoginia também se formam a partir do pensamento construído em sociedade que orientam à forma como o agente reconhece o Outro. Neste sentido, a escolha por termos que não representam uma comunidade não se explica somente pela inerente falta de subsídios que determinado SOC possa ter. Existem aspectos puramente sociais que interferem nossas perspectivas em relação ao que não está propriamente dado como real, ou verdade, ou conhecimento válido. Durante o capítulo 3 abordaremos as questões referentes à classificação de culturas e as relações sociais. Para efeito de pesquisa, o próximo capítulo trata exclusivamente dos Sistemas de Organização do Conhecimento com foco nos esquemas de classificação bibliográfica.

SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

O imperativo da recuperação de registros de informação demanda a concepção de sistemas que possibilitem a organização e representação de conceitos. Dahlberg, conforme citado por Bráscher e Carlan (2010), atribui aos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) uma dupla função, atuando na representação do conhecimento e na organização e representação dos assuntos dos documentos em um sistema. Nesse contexto, os SOC são concebidos como sistemas conceituais, desdobrando-se como “tipos de representações do conhecimento, resultantes do processo de organização do conhecimento, e simultaneamente como ferramentas empregadas nos procedimentos de classificação e indexação (Brascher; Carlan, 2010, p.150)”, delineando os temas dos documentos em um sistema de informação.

Os sistemas de organização do conhecimento se configuram como linguagens documentárias, cuja função está intrinsecamente relacionada à Organização do Conhecimento e à Organização da Informação. Carlan e Medeiros (2011) propõem a seguinte definição para Sistemas de Organização do Conhecimento:

Sistemas conceituais semanticamente estruturados que incorporam termos, definições, relacionamentos e propriedades dos conceitos. No contexto da organização e recuperação da informação, os SOC desempenham o papel de padronização terminológica, facilitando e orientando tanto a indexação quanto os usuários. Quanto à estrutura, variam de esquemas simples a multidimensionais, enquanto suas funções incluem eliminar ambiguidades, controle de sinônimos ou equivalentes, e o estabelecimento de relacionamentos semânticos entre conceitos” (Carlan; Medeiros, 2011, p. 54).

Bráscher e Carlan (2010) delineiam os Sistemas de Organização do Conhecimento, no âmbito da Ciência da Informação, como “representações de domínios do conhecimento que delimitam o significado de termos no contexto desses domínios, estabelecem relações conceituais que auxiliam a posicionar um conceito no sistema conceitual e são utilizadas como instrumentos de organização e recuperação da informação” (Brascher; Carlan, 2010, p. 153).

De acordo com Hodge (2000), o termo “Sistema de Organização do Conhecimento” abrange uma variedade de esquemas concebidos para organizar informações e promover a gestão do conhecimento. Esses esquemas incluem classificações que organizam materiais ao nível geral, cabeçalhos de assunto para fornecer acesso detalhado e arquivos de autoridade para o controle de versões variantes de informações essenciais. Além disso, abarcam esquemas menos convencionais, como redes semânticas e ontologias. Dessa forma, os sistemas de organização do conhecimento são essenciais para cada biblioteca, museu ou arquivo (Hodge, 2000, p. 3).

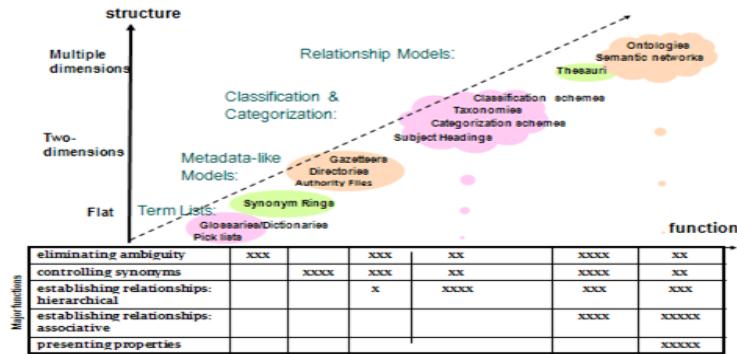
A função primordial de um SOC é organizar materiais para recuperação e gestão da informação, servindo como elo entre o usuário da informação e o material onde a informação está registrada. O SOC desempenha o papel de guia para o usuário no processo do conhecimento, respondendo a questões sobre o escopo da coleção e o necessário para circulá-la. Suas características incluem a imposição de uma visão de mundo particular em sua coleção e itens relacionados, a caracterização da mesma entidade de diferentes maneiras dependendo do SOC utilizado, e a necessidade de semelhança suficiente entre o conceito expressado em um SOC e o objeto do mundo real ao qual o conceito se refere (Hodge, 2000, p. 3).

Hodge (2000) categoriza os tipos de SOC com base em suas semelhanças estruturais, destacando listas de termos, com ênfase na lista de termos e suas definições, classificações e categorias, com ênfase na divisão de setores de assunto, e listas de relacionamentos, com ênfase nas conexões entre termos e conceitos. Exemplificando, listas de termos englobam listas de autoridades, glossários, dicionários, encyclopédias e gazetteers, enquanto classificações e categorias abrangem esquemas de classificação bibliográfica, listas de cabeçalho de assunto, esquemas de categorização e taxonomias. Por sua vez, listas de relacionamentos incluem tesouros, ontologias e redes semânticas.

O termo Sistemas de Organização do Conhecimento abrange qualquer tipo de sistema construído para organizar a informação e gerir o Conhecimento (Hodge, 2000, p.1). Incluem esquemas de classificação e categorização, listas de cabeçalho de assunto, Vocabulários controlados, redes semânticas e ontologias. Zeng (2008) afirma que a classe dos SOC pode ser subdividida por quatro grupos maiores: lista de

termos, modelos de metadados, classificação e categorização e modelos relacionais.

Gráfico 4 - Tipos de Sistemas de Organização do Conhecimento segundo Marcia Zeng.



Fonte: Marcia Zeng (2008).

Broughton denota que Esquemas de Classificação Bibliográfica, são historicamente construídos por três tipos de abordagens classificatórias: Abordagens Enumerativas, analítico-sintéticas e facetadas. Os Esquemas de classificação Enumerativos organizam os assuntos a partir de uma longa lista de classes subordinadas de especificidade crescente e com muitas classes pré-coordenadas. Esquemas Analítico-Sintéticos listam conceitos uma única vez com um set de padrões comuns, ou de tabelas auxiliares comuns, e códigos notacionais que expressam a ideia de lugar, tempo, forma física, e outros, e esquemas facetados onde conceitos são “desconstruídos até suas partes mais simples e organizados em uma estrutura *Top-down/Bottom-Up*.

Ranganathan (1967), por sua vez, subdivide as abordagens classificatórias em uma escala evolutiva, das classificações enumerativas a livremente facetada, em cinco tipos, enumerativas, quase-enumerativas, quase-facetadas, rigidamente facetadas e livremente facetadas.

Quadro 4 - Abordagens classificatórias segundo Gopinath e Ranganathan (1967)

Tipos de Classificação	Características	Exemplos
Classificações enumerativas	Lista simples que enumera todos os assuntos, no passado, presente e futuro presumido	Library of Congress Classification (LCC).
Classificações Quase-Enumerativas	Lista ampla enumerando assuntos do passado, presente e futuro presumido com a adição de tabelas de isolados comuns	17a. Edição da Classificação Decimal de Dewey Subject Classification Brown
Classificações Quase Facetadas	Lista ampla enumerando a maioria dos assuntos do passado, presente e futuro previsível, adicionadas de algumas tabelas de isolados comuns e algumas tabelas de isolados especiais.	Classificação Decimal Universal Bibliographic Classification (BC1).
Classificações rigidamente facetadas	Consistem em Tabelas de Classes Básicas, Isolados Comuns e isolados especiais apenas. Na Classificação Facetada não existem tabelas enumerando assuntos compostos. O número da classe de qualquer Assunto composto pode ser construído com a ajuda de Assuntos Básicos, os Isolados Comuns e Isolados Especiais enumerados para cada assunto.	1a. Edição da Colon Classification.

Tipos de Classificação	Características	Exemplos
Classificações Livremente facetadas	<p>Em um Esquema de Classificação Facetada Livremente, inexistem quaisquer influências ou inibições pelos cronogramas existentes para classificação. Quaisquer facetas que ocorram em um Assunto Composto são todas descobertas pela Análise de Faceta desse assunto. A sequência apropriada das facetas descobertas é então determinada de acordo com os Postulados e Princípios declarados. Os Termos de Faceta são organizados nessa sequência. - Então, cada Termo de Faceta é substituído por seu Número de Faceta. Finalmente, os Números de Faceta são sintetizados no Número de Classe com a ajuda dos Dígitos de Conexão apropriados. Assim, cada Assunto Composto determina suas próprias Facetas - isto é, Ideias de Faceta, Termos de Faceta, Números de Faceta - e Número de Classe. Ele também determina sua própria sequência de Faceta. Não há nada rígido, seja no número ou na sucessão de facetas. Tudo é livre.</p>	<p>3a. Versão (7a. Edição da Colon Classification).</p> <p>2a. Edição da Bibliographic Classification</p>

Fonte: Gopinath, Ranganathan, 1967.

O próximo quadro exemplifica as diferenças entre estruturas enumerativas (semienumerativas) da Classificação Decimal de Dewey e analítico sintético (ou semi-facetada) da Classificação Decimal Universal.

Quadro 5 - Classificação do Sufismo na Classificação Decimal de Dewey e Classificação Decimal Universal

Classificação Decimal de Dewey ⁹	Classificação Decimal Universal ¹⁰
297.4 Sufismo (Misticismo Islâmico)	281 - Sufismo
297.4092 Santos Muçulmanos (Sufi).	<u>281-1 Teoria e filosofia da Sufi. Natureza da Sufi. Fenômeno do Sufismo</u>
297.41 Teologia doutrinal Sufi	281-2 Evidências Sufi
297.43 Adoração Sufi	281-3 Pessoas no Sufismo
297.431-297.438 Subdivisions of Sufi worship	281-36 Santos no Sufismo
297.4.382 Literatura devocional do Islã Sufi.	281-4 Atividades religiosas. Prática religiosa
297.43.824 Meditações do Islã Sufi.	281-5 Adoração sufí
297.44 Vida e Prática do Islã Sufi	281-6 Processos no Sufismo
297.446 Observações individuais do Islã Sufi	281-7 Organização e administração religiosa
297.45 ética Sufi	281-8 Sufismo caracterizado por várias propriedades
297.48 Ordens Sufi	281-9 História da fé, Sufi, denominação ou igreja
297.482 Mevleviyeh	

Fonte: Elaborado pelo autor com base na CDD 23(2011); e na CDU (2023).

No próximo capítulo abordaremos os conceitos pertinentes à Análise Facetada. Neste sentido, consideramos a Análise Facetada a partir de sua criação por S. R. Ranganathan, seu desenvolvimento pelo *Classification Research Group* e sua influência entre os principais esquemas de classificação bibliográfica da atualidade.

⁹ DEWEY, M. **Dewey Decimal Classification and relative index**. 23rd. ed. Albany, NY: Forest Press, 2011. 4v.

¹⁰ UDC CONSORTIUM. **Bibliographic Classification Segunda Edição**. 2^a. Ed. Brasília: IBICT, 2007.

ANÁLISE FACETADA

Os Fundamentos da Teoria da Classificação Facetada foram descritos por S.R Ranganathan nos livros *Colon Classification; Prolegomena to Library Classification. Library Classification: Fundamentals and Procedures, with 1,008 graded examples and exercises.* (1944), *Elements of Library Classification* (1945), *Classification and Communication* (1951), *Philosophy of Library Classification* (1951), *A Descriptive Account of the Colon Classification* (1965). Nestas obras, Ranganathan descreve princípios básicos da análise facetada e de estruturas de classificações facetadas.

A base da abordagem facetada é a ideia de que os conceitos em qualquer área temática, ou domínio, podem ser analisados e atribuídos individualmente a uma seleção de categorias teóricas, que são predominantemente de natureza funcional ou linguística. O processo de análise gera um modelo conceitual do domínio, uma estrutura lógica e sistemática que pode ser utilizada como uma base para organização de documentos (Broughton, 2020, p. 1).

A análise facetada parte da abordagem analítico sintética como fundamento lógico e fragmenta um assunto complexo até suas mais simples partes constituintes (facetas). O ponto central da teoria de Ranganathan são as categorias fundamentais”, que se constituem

noções abstratas, denominadas Personalidade, Matéria, Energia, Espaço, Tempo, utilizadas para estabelecer a relação entre conceitos (TRISTÃO *et al.*, 2004)¹¹. Personalidade é a característica distinguindo o assunto; Matéria é o material físico do qual um assunto pode ser composto; Energia é uma ação que ocorre com respeito ao assunto; Espaço é o componente geográfico da localização de um assunto; Tempo é o período

¹¹ TRISTÃO, A. M. D.; FACHIN, G. R. B.; ALARCON, O. E. Sistema de classificação facetada e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. **Ciência da Informação**, [s.l.], v. 33, n. 2, p. 161-171, maio 2004.

associado com um assunto (Prescott, 2003 *apud* Tristão *et al.*, 2004, p.165)

A Análise Facetada é o tipo de abordagem classificatória reconhecida para satisfazer a representação do conhecimento em suas dimensões materiais, Status ontológico do *Phenomena* a ser tratado, do ponto de vista que expressa; das preferências locais dos usuários que o acessam; das mudanças históricas nos Sistemas de organização do conhecimento; e da dimensionalidade como valor desejável nos sistemas (Broughton, 2020).

As vantagens perceptíveis de um esquema facetado frente aos esquemas tradicionais são referentes a predicibilidade e lógica do esquema e a regularidade em sua estrutura, a capacidade para representar assuntos semanticamente complexos a partir da combinação de conceitos, regras claras para a combinação, e a flexibilidade na combinação que permite múltiplos caminhos para descoberta de recursos e recuperação (Broughton, 2020).

Broughton (2020) afirma a Análise Facetada como uma metodologia altamente confiável para a construção de vocabulário controlado na forma de classificações, tesouros e outras ferramentas de recuperação de assuntos” (2020). As aplicações atuais se estendem desde a atualização de novos conhecimentos, a potencial utilização no desenvolvimento de IAs, na gestão do conhecimento e informações em contextos empresariais, na organização do conhecimento em bibliotecas digitais, etc. Segundo Pestana (2017), são poucos os estudos que contestam as vantagens da Análise Facetada em comparação a outras abordagens.

Broughton (2004), a análise facetada é a abordagem classificatória mais influente dos últimos 100 anos. Embora não se encontrem muitas bibliotecas organizadas a partir da abordagem facetada, seus princípios têm influenciado a estrutura e o desenvolvimento de esquemas de classificação geral. Suas principais características são a identificação precisa dos relacionamentos entre classes, o uso de notações sintéticas, e ideias como identificadores de facetas, a aplicação consistente da ordem de citação e o padrão/tabela invertida, advindas de classificações facetadas, podem ser encontradas nas mais recentes atualizações de sistemas originalmente não facetados (Broughton. 2004). Exemplos

recentes são a atualização da *Bibliographic Classification* e da Classificação Decimal Universal a partir dos trabalhos da *Bibliographic Classification Association* e do *Classification Research Group* do Reino Unido.

Nossa abordagem na presente obra é a utilização da Análise Facetada como abordagem de classificação para conhecimentos não hegemônicos em esquemas de classificação bibliográfica. No próximo capítulo aborda-se o trabalho do *Classification Research Group* no desenvolvimento da análise facetada.

THE CLASSIFICATION RESEARCH GROUP

O *Classification Research Group* do Reino Unido, conforme destacado por Spiteri (2017), desempenhou um papel preponderante na evolução da Teoria da Classificação durante a segunda metade do século XX. Fundado em 1952 por membros como Alan Gilchrist, Anthony Charles Foskett, Barbara Kyle, entre outros, o grupo teve como objetivo primordial desenvolver um novo sistema de classificação bibliográfica capaz de atender às exigências informacionais da época. Sua atuação formal estendeu-se até 1968, continuando suas reuniões até a década de 1990.

A premissa fundamental do grupo residia na inadequação dos esquemas de classificação gerais para representar e organizar conhecimentos especializados, conforme observado por Miranda e Campos (2022, p. 167). Seu *corpus* de pesquisa abrangeu a Análise Facetada, Operadores Relacionais e a Teoria dos Níveis Integrativos, cujas inovações foram aplicadas nos campos das Humanidades, Ciências Sociais, Indústria, Segurança e Saúde Ocupacional (Miranda e Campos, 2022; Spiteri, 2017).

As investigações do *Classification Research Group* sobre a análise facetada de S. R. Ranganathan ampliaram as categorias fundamentais, possibilitando uma análise mais refinada e a distinção entre processos e operações (Broughton, 2020). No contexto do Reino Unido, o grupo contribuiu para a elaboração da teoria de Ranganathan, identificando um maior número de categorias, como coisa, tipo, parte, propriedade, material, processo, operação, agente, paciente, produto, subproduto, espaço e tempo (Broughton, 2020). A leitura dos boletins do *Classification Research Group* evidencia sua participação na construção de diversos

Sistemas de Organização do Conhecimento, utilizando a Classificação Facetada como método.

Conforme introduzido anteriormente, os esquemas de classificação bibliográfica mais utilizados no mundo refletem a cultura ocidental, influenciando a organização da informação e sujeitando-a a preconceitos que distorcem o objeto em questão. O capítulo subsequente aborda a organização do conhecimento em culturas não hegemônicas, explorando a interação entre a Organização e Representação do Conhecimento e os processos de resistência cultural em comunidades periféricas. Analisa-se como essas relações influenciam a construção de subjetividades e moldam a estrutura das ideias que compõem formas de pensar e agir em diversos grupos sociais.

A discussão central destaca a interferência dos processos de construção de subjetividades dos envolvidos no processo de classificação, como classificadores, classistas, usuários e autores, na Organização do Conhecimento. A análise ressalta a necessidade de compreender como as classificações formalizam relações de hegemonia, subordinação e resistência social, perpetuando desigualdades presentes na sociedade. Neste contexto, são explorados temas como racismo, islamofobia e antisemitismo, com base nas contribuições teóricas de S. Hall (2013), M. Foucault (2006), Souza Santos (2007) e M. Chauí (2008).

HEGEMONIA, DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA

Compreender o sujeito periférico requer a problematizar o conceito sociológico de hegemonia nas relações sociais. Gramsci, citado por Hall (2016) nos apresenta o conceito de hegemonia como uma forma de poder. Segundo o autor:

Grupos Sociais particulares estão em conflito de diversas formas, incluindo ideologicamente, para ganhar o consenso de outros grupos e alcançar um tipo de ascendência sobre eles, na prática e no pensamento. Esta forma de poder, Gramsci chamou de hegemonia: ela nunca é permanente e não é reduzível a interesses econômicos (Hall, 2016, p. 88).

No interior das relações sociais se insere como tipo de dominação social os processos de formação da subjetividade de comunidades periféricas. Neste sentido, observa-se que a comunidade minorizada sofre diversos processos que promovem seu aculturamento a partir da propagação da cultura hegemônica. Exemplos destes processos são a partir da ascendência no mercado cultural, domínio de capital, e dos fluxos culturais e tecnológicos, que atuam como forças dominantes de homogeneização cultural que ameaçam “subjuguar todas as que aparecem, impondo uma mesma cultura homogeneizante — o que tem sido chamado de “McDonaldização” ou “Nike-zação” de tudo” (Hall, 2003,). Miranda e Silva (2019):

Como exemplo de conflitos desta natureza, identificam-se as relações de dominação entre as etnias residentes nas províncias da Nigéria. Etnias em condição majoritária como Hausa-fulani, Iorubá e Igbo interferem no arcabouço cultural da região de tal forma que provocam o aculturamento das etnias em condição de minoria social (IBEZIM, 2014). Neste caso, observa-se o risco de

uma sistemática extinção de uma identidade cultural religiosa a partir dos conflitos religiosos, do aculturamento dos grupos minoritários, do incentivo a endogamia religiosa, do etnocentrismo cultural e da secularização advinda do modernismo (Miranda; Silva, 2019).

Hall observa o problema que estas estratégias de poder infringem na formação ideológica de comunidades minorizadas. Uma das características mais comuns se observa na contradição existente em comunidades periféricas ao naturalizar os abusos infringidos pelo Estado e por comunidades em condição majoritária. Hall afirma que

As ideologias subordinadas são necessária e inevitavelmente contraditórias: “Os elementos da Idade da Pedra e os princípios de uma ciência mais avançada, os preconceitos de todas as fases anteriores da história ... e as intuições de uma filosofia futura...” Ele demonstra como o “eu”, que escora essas formações ideológicas, não é um sujeito unificado, mas contraditório, uma construção social. Desta forma, ele nos ajuda a compreender uma das características mais comuns e menos explicadas do “racismo”: a “submissão” das vítimas do racismo aos embustes das próprias ideologias racistas que as aprisionam e definem. Ele demonstra ainda como elementos distintos e frequentemente contraditórios podem se entrelaçar e se integrar aos distintos discursos ideológicos; mas também a natureza e o valor da luta ideológica que busca transformar as ideias populares e o “senso comum” das massas. Tudo isso é de profunda importância para a análise das ideologias racistas e para a centralidade, dentro dela, da luta ideológica (Hall, 1997, p. 333).

Hannah Arendt em *As origens do totalitarismo* (1977) descreve como o antisemitismo, estruturado em teorias raciais, não encontrou resistência por parte da sociedade judaica emergente. De fato, o antisemitismo não teve sua origem na Alemanha nazista, mas baseou-se em estruturas preestabelecidas para o seu surgimento.

A verdade histórica de tudo isso é que a ideologia racista, com raízes profundas no século XVIII, emergiu simultaneamente em todos os países ocidentais durante o século XIX. Desde o início do século XX, o racismo reforçou a ideologia da política

imperialista. O racismo absorveu e reviveu todos os antigos pensamentos racistas, que, no entanto, por si mesmos, dificilmente teriam sido capazes de transformar o racismo em ideologia (Arendt, 1977).

Neste sentido, os textos de S. Hall e H. Arendt remetem às formas de opressão que se construíram como bases para estabelecer uma certa idealização do outro. Neste sentido, o NEGRO diaspórico de S. Hall é o não-britânico, embora nascido no Império britânico, o JUDEU descrito por Hannah Arendt era construído e esvaziado como não-cidadão. Estas construções estruturam as formas de pensar do grupo hegemônico e do grupo dominado interferindo nas subjetividades para perpetuar as relações de poder e transformar as relações sociais.

A metáfora mais contundente utilizada desta relação social é a ideia de centro-periferia, sendo que o centro hegemônico determina o que é ser periférico. Boaventura de Souza Santos (2007), observa que esta forma de poder, denominada “pensamento abissal”, refere-se a um sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas são fundamentadas pelas primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos, sendo que a parte subjugada desaparece como realidade. Neste sentido, o subjugado, minoritário ou marginal é produzido como antagônico e radicalizado social e epistemologicamente (Santos, 2007).

A vertente moderna deste tipo de controle social é denominada Fascismo social. Trata-se de um novo regime de relações sociais de poder que concedem ao mais forte o poder de voto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca. Adota as formas de apartheid social, que é a segregação propriamente dita, fascismo contratual, que adota a estratégia de coação onde as diferenças de poder entre as partes do contrato do direito civil são tão grandes que a parte mais fraca e vulnerável apenas aceita as condições impostas pela parte mais poderosa, e o fascismo territorial, que ocorre quando atores sociais com forte capital patrimonial tomam ou neutralizam o controle de Estado nos territórios, a partir da cooptação ou violação das instituições estatais e exercendo a regulação social sobre os habitantes do território sem a participação destes e contra seus interesses (Santos, 2007).

Estas formas de dominação por muito tempo encontraram lastro no direito e na epistemologia e validaram discursos que tendiam a estigmatizar grupos sociais inteiros. As *Jim Crow Laws* no Sul dos Estados Unidos, as leis contra a vadiagem, capoeira, chorinho e religiões de matriz africana no Brasil, o Arianismo e a eugenia, exemplos deste pensamento, fundamentados pelo Direito e Ciência, que validaram a ação de movimentos de segregação social em pleno século XX, corroboraram os diversos tipos de racismo, tais como a islamofobia e o antisemitismo, e serviram de lastro legal para a escravização de africanos por europeus no Novo Mundo, o extermínio sistemático de judeus, pessoas LGBTQIAP+, ciganos e outras minorias na Segunda Grande Guerra e a estigmatização de árabes e muçulmanos como terroristas a partir do atentado às torres Gêmeas. Tais racismos estruturados nas sociedades ocidentais se tornaram estratégias de controle social, conformando o pensamento em sociedade, naturalizando a violência e o silenciamento social. Um exemplo claro no Brasil está no `embranquecimento` da história da sociedade brasileira, construída a partir do silenciamento de culturas, como estratégia construída a partir do período colonial brasileiro. A consequência foi o estabelecimento do lugar subalterno das culturas pretas a uma noção construída a partir do apagamento de sua memória e da elevação da cultura europeia na constituição da sociedade Brasileira.

O CONTROLE EPISTÊMICO DA PERIFERIA

Stuart Hall (1997) denota que a concepção de cultura como terreno historicamente moldado, construído a partir do acordo entre todas as correntes filosóficas e teóricas.

A cultura é concebida como o terreno historicamente moldado sobre o qual todas as correntes filosóficas e teóricas operam e com a qual elas devem chegar a um acordo. Ele chama a atenção para o caráter determinado desse terreno e a complexidade dos processos de desconstrução e reconstrução, pelos quais os velhos alinhamentos são derrubados e novos alinhamentos podem ser efetuados entre os elementos dos distintos discursos entre as ideias e as forças sociais. A mudança ideológica é concebida não

em termos de substituição ou imposição, mas em termos da articulação e desarticulação das ideias (Hall, 1997, p.326).

O conceito cultura tem se transformado e se ressignificado no decorrer da história. Marilena Chauí (2008) denota esta transformação como forma de reafirmação das estruturas de poder na sociedade. A princípio, o conceito cultura é interpretado a partir das necessidades humanas por representação, reconhecimento e significado. Do latim *colere*, o termo é associado à ideia de cultivo, se referindo “a ação que conduz à plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar, florescer e cobrir de benefícios” (Chauí, 2008, p. 55). Contudo, no século XVII, o conceito é ressignificado para o sentido de civilização. No Iluminismo, tornando-se o padrão que mede o grau de civilização de uma sociedade. Desta forma, a cultura torna-se o “conjunto de práticas que permite avaliar e hierarquizar o valor dos regimes políticos segundo critério de evolução” (Chauí, 2008, p. 55).

Esta interpretação permanece nos séculos seguintes e reiteraram a associação entre a cultura e evolução, desta vez sob a ideia de progresso. A partir do século XX, um conceito expandido de cultura surge como contraponto ao conceito iluminista adotando seu sentido a todos os aspectos da vida social (Chauí, 2008). Stuart Hall se refere a esta definição de cultura a partir do terreno das práticas, representações, linguagens e costumes concretos de qualquer sociedade historicamente específica. Também inclui as formas contraditórias do “senso comum” que se enraízam e ajudam a moldar a vida popular” (Hall, 1997, p. 332).

Para S. Hall (1997), “toda prática social tem condições culturais ou discursivas de existência”. As práticas sociais, na medida em que dependam do significado para funcionarem e produzirem efeitos, se situam “dentro do discurso”, são “discursivas” (Hall, 1997, p. 34). Enquanto práticas discursivas determinadas a partir das relações sociais são conformadas pelo grupo que está em posição dominante na sociedade. A partir do discurso é formado o objeto do conhecimento:

O conhecimento sobre todos os sujeitos e as práticas ao redor deles, afirmou Foucault, são históricos e culturalmente específicos. Eles não tinham, e não poderiam ter, uma existência fora dos discursos específicos, isto é, fora da forma que foram representadas em discurso, produzidos como conhecimento e

regulados pelas práticas discursivas e técnicas disciplinares de uma sociedade e tempos particulares (Hall, 2016, p. 85).

Neste sentido, o conhecimento construído no Ocidente envolve uma relação dialética que reafirma o discurso hegemônico em sociedade. Nisto, classificar, segundo Hall, significa construir uma representação da realidade e decidir como valores verdade sobre alguma inquietação. Assim, decidir entre cultura e não cultura, progresso e atraso, civilizado e selvagem não se trata apenas de representar a realidade, mas de construir uma realidade válida sob certas condições, com modelos e limites orientados sobre uma única perspectiva, validados por um único discurso. Para Langridge (1967), o conceito de Unicidade de discurso é um desafio ao considerar questões referentes à unidade da cultura, a incompatibilidade entre as várias épocas da Cultura Ocidental e a criação de modernos sistemas de classificação bibliográfica.

O sujeito construído a partir destas dinâmicas de poder, ao ser aculturado, minorizado, estigmatizado, radicalizado, despolitzado e invisibilizado social, histórica e epistemologicamente tem suas formas de reconhecer o mundo, sua história e qualquer manifestação cultural constantemente negadas, invisibilizadas e substituídas por versões avaliadas e validadas à perspectiva hegemônica. Considerando a realidade brasileira, observamos um exemplo no discurso construído sobre a deturpação histórica e silenciada sobre a participação dos muçulmanos escravizados nos movimentos de independência do Brasil. Por outro lado, a partir destas mesmas estruturas se desenvolvem formas de resistência que viabilizaram a construção de novas culturas e identidades.

A RESISTÊNCIA DA PERIFERIA

Foucault (1977) infere a infraestrutura da sociedade evoca a presença de micropoderes em todas as formas de relação social. A natureza destas relações “suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade da de resistência e resistência real que o poder daquele que o domina tenta se “manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior a resistência” (Foucault, 1977, p. 233). Neste sentido, dentro das dinâmicas de poder também se inserem movimentos de resistência social. Segundo Frank e Fuentes (1989):

Exemplos destes movimentos são as revoltas de escravos em Roma, as Beguine e outros movimentos de mulheres no século XII, alguns dos quais desencadearam a caça às bruxas e outras formas de repressão contra as mulheres, os movimentos/guerras camponesas do século XVI na Alemanha, os conflitos históricos étnicos e nacionais em todo o continente. É claro que, ao longo da história, na Ásia, no mundo árabe e na expansão do Islã, assim como na África e na América Latina, múltiplas formas de movimentos sociais se converteram em agentes de resistência e transformação social (Frank; Fuentes, 1989, p. 19).

Estes movimentos de resistência abarcam não apenas movimentos de lutas como os descritos acima, mas também se insere como processos e estratégias de construção de subjetividades identitárias como a hibridização, o resgate de identidades originárias e locais, a decolonialidade do saber e a desclassificação (Hall, 1997; Santos, 2007). S. Hall nos remete às novas formas de cultura advindas das relações entre culturas diáspóricas. Desta forma, observa movimentos transruptivos de grupos sociais minoritários como os processos como a assimilação de práticas sociais hegemônicas, o resgate da cultura da terra de origem e a formação de novas culturas híbridas. Boaventura de Souza (2007) remete à vigilância epistêmica sob a forma de uma ecologia de saberes. Neste sentido, a resistência consiste na reflexão orientada a partir da diversidade cultural e de múltiplas perspectivas (Santos, 2007).

No campo da OC, a elaboração de atualizações e instrumentos de classificação orientados à inclusão de conhecimentos de culturas minorizadas ou periféricas constituem formas de resistência epistêmica às estruturas de controle social. Iniciativas como as atualizações da *Religion Class 200*, e a transição da BC2 para uma estrutura facetada foram realizadas para a garantia de uma representação de assuntos mais igualitária. Propostas de Atualizações como da classe Espiritismo na CDD e frutos de Estudos Críticos do campo de Estudos Culturais, enquanto formas de contribuição para a redução de desigualdades em esquemas de classificação bibliográfica, promovem saberes subalternizados ampliando sua recuperabilidade. Neste sentido, soluções se apresentam como forma de novos instrumentos para organização de saberes subalternizados (periféricos), ou de atualizações de instrumentos de classificação já existentes.

Idrees (2011), em busca de uma proposta para resolução de problemas de classificação em bibliotecas paquistanesas, coordenou pesquisa abrangente sobre possíveis soluções frente a inadequação de esquemas de classificação universais para organizar bibliotecas com materiais sobre o Islã, coletou entre bibliotecários os seguintes resultados:

- O desenvolvimento de um esquema independente e abrangente sobre o Islã.
- Atualizações e expansões nos esquemas de classificação.
- Revisão extensiva de Sistemas de Classificação locais (*indigenous*) e posterior criação de um sistema embasado em todos eles.

Contudo, mesmo a solução na forma do desenvolvimento do esquema de classificação, a partir do esforço coletivo entre pesquisadores da temática muçulmana e profissionais da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação de diversos países, e embasado em perspectivas das bibliotecas do Mundo Muçulmano poderia provocar a ocorrência de novas biases, uma vez que os pontos de vista representados seriam das perspectivas locais do Islã. Neste sentido, Feinberg (2007 apud MAI, 2010, p.628), afirma a inevitabilidade da existência de biases de classificação. Segundo o autor, todas as classificações possuem biases que não podem ser evitadas ou apagadas para criar uma classificação “neutra” ou “*unbiased*”. Da mesma forma, é impossível a neutralidade na atuação do classificador/indexador nas atividades de representação do conhecimento, visto que o profissional não consegue se “descolar das suas concepções, suas visões de mundo e tampouco é capaz de simular o “desligamento” nem sequer momentâneo da sua consciência” (Arboit, 2017, p. 162).

Milani e Guimarães, por sua vez, denotam biases de classificação como problemas éticos. De fato, a classificação, a atuação profissional do classificador, embora munida de aspectos técnicos, remete a necessidade de especialização, ou pleno conhecimento do assunto tratado. Nisto, qualquer esquema de classificação, ainda que apresentáveis biases de fundo cultural, não pode ser considerado fator preponderante na inadequação da classificação de conhecimentos não hegemônicos. De fato, erros de classificação são manifestações

puramente humanas e, no caso de variações e conhecimento locais, é a abordagem ética do classificador que orienta as atividades de classificação, categorização indexação de documentos,

Aqui voltamos ao problema da sub-representação. Quando considerados o conhecimento produzido ou cuja temática são grupos sociais não hegemônicos invariavelmente testemunhamos silenciamentos de seu arcabouço cultural. No caso específico do Islam brasileiro, observamos o silenciamento histórico do muçulmano negro no brasil, cujas comunidades foram representativas/numerosas ao decorrer dos séculos XVIII e XIX, nas cidades de Salvador e no Rio de Janeiro. Em pesquisa no catálogo *online* da Biblioteca Nacional pelos termos “Islam no Brasil”, e variáveis “islamismo no Brasil”, (Islam*) AND (Bra*il), foram encontradas 58 ocorrências, 52 delas livros. Destes, somente quatro obras referiam-se diretamente ao Islã brasileiro.

Quadro 6 - Obras do Catálogo da Biblioteca Nacional sobre Islam no Brasil

A minoria islâmica Brasileira, por Ezzeddine Hussein
Aposta em Teerã, o acordo nuclear entre Brasil Turquia e Irã, Luiz Felipe Lampreia
Bantos Malês e Identidade Negra, Nei Lopes
Brasil e Islã: teoria e prática do direito internacional

Fonte: Biblioteca Nacional, 2023.

Contudo, produções literárias e acadêmicas que não apresentam os termos em seus títulos ou palavras-chave, ou que o islã não seja sua temática principal apresentam um panorama das principais características de um Islã Negro no Brasil. Estes são os casos de livros de autores brasileiros como Gilberto Freyre, Manuel Querino, Nina Rodrigues, dentre outros. A questão, neste caso, denota como produções sobre culturas não hegemônicas, ou não alinhadas, ou periferizadas são silenciadas a partir das estruturas sociais na formação dos agentes classificadores, Classificacionistas e classificadores, e na construção histórica dos estereótipos aplicados às comunidades não alinhadas.

Em resumo, a inevitabilidade de desvios na classificação de saberes não ocorre apenas pela inadequação dos instrumentos de classificação. As formações culturais dos atores da representação, a saber, Classificacionistas, classificadores, usuários, autores e instituições estão inseridos em estruturas de controle social que orientam decisões em cada âmbito da produção do conhecimento. Neste sentido, e no contexto de sociedades diáspóricas como as nossas, o controle social envolve estratégias de silenciamento e estereotipização de “culturas não validadas”, estabelecendo “novas verdades” e a naturalização de abusos de toda a sorte, a partir do silenciamento dos saberes subalternizados e da promoção de perspectivas dos grupos sociais hegemônicos. Neste sentido, a elaboração de estratégias, seja na construção de novos instrumentos, propostas de atualização de assuntos, promoção de normas de conduta, que promovam a visibilidade e recuperabilidade destes saberes são reconhecidas formas de resistência e transformação de realidades.

Na próxima capítulo, apresentaremos o processo da atualização da *Bibliographic Classification* para a abordagem livremente facetada, advindo do trabalho de Mills e Broughton e demais membros do CRG como alternativa para a classificação de conhecimentos periféricos e a atualização de assuntos referentes à cultura muçulmana brasileira.

ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo aborda os resultados de uma análise comparativa entre distintas edições da *Bibliographic Classification*, desenvolvida por Henry Evelyn Bliss. Nesse contexto, examinamos a origem do esquema de classificação, considerando a formação do próprio criador e as influências que moldaram os princípios teóricos subjacentes ao esquema. Adicionalmente, investigamos as soluções adotadas durante a revisão do referido esquema, a qual foi supervisionada por Jack Mills, um proeminente membro do *Classification Research Group*. Esse exame se baseia na análise dos boletins publicados pelo *Classification Research Group* e pela *Bibliographic Classification Association* durante o período de produção do esquema.

Os boletins do *Classification Research Group* foram veiculados no *Journal of Documentation* a partir de sua quarta edição e continuaram até o ano de 1968. No que diz respeito às atualizações da *Bibliographic Classification*, os boletins do CRG que se referem a essas revisões abrangem as edições publicadas entre 1972 e 1975, coincidindo com o período de publicação da segunda edição da *Bibliographic Classification*. Os boletins estão disponíveis na página oficial da organização, totalizando 53 boletins referentes ao período de 1954 a 2011. Os boletins publicados até 1967 são pertinentes à primeira versão da BC, enquanto os subsequentes dizem respeito à segunda edição.

A seguir, procede-se à identificação e extração de segmentos temáticos presentes na primeira e segunda edições da *Bibliographic*

Classification, relativos ao conhecimento sobre o Islã. Nesse contexto, examina-se a aplicação dos princípios classificatórios estabelecidos por H. E. Bliss na primeira versão e a análise da faceta da classe “Religião,” desenvolvida pelo *Classification Research Group* e implementada por J. Mills e Vanda Broughton em 1977. a seguir, a análise se concentra nas estruturas classificatórias, considerando critérios como a alocação do assunto “Islã” no esquema, a organização conceitual do Islã na classe Religião, com enfoque na ordenação lógica, usos e significados de vocabulário, bem como o detalhamento de tópicos.

Por fim, investigamos se as relações entre os termos refletem adequadamente a representatividade da comunidade islâmica no Brasil. O Quadro a seguir denota as classes principais das edições da *Bibliographic Classification*:

Quadro 7 - Comparativo da Classe Religião das versões da *Bibliographic Classification*

Bibliographic Classification (BC1)	Bliss Bibliographic Classification 2nd Edition (BC2)
Religião Teologia. Moral e Ética	Religião, Ocultismo, Moral e Ética
Teologia Geral e Sistemática	Teoria e Filosofia da Religião, Natureza da Religião, Fenômeno da Religião
Natureza da Religião	Teologia Sistemática
Adoração	Teologia Moral, Ética
Ética	Prática da Religião
História da Religião	Sistemas Religiosos
Mitologia	Religiões e Mitologias
Religiões Asiáticas e Orientais	Misticismo
Hinduísmo	Ocultismo
Islã	Ética e Moral
Judaísmo	
A Bíblia	
Cristianismo	
História do Cristianismo	

Fonte: BCA, 2020.

BIBLIOGRAPHIC CLASSIFICATION 1a. EDIÇÃO - HENRY EVELYN BLISS

Henry Evelyn Bliss foi um dos principais pensadores da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Foskett em *Classification and indexing in the Social Sciences* denota a importância do trabalho de Henry E. Bliss na Ciência da Classificação. Seus trabalhos sobre a Organização do Conhecimento tornaram-se bases teóricas imprescindíveis para o estudo sobre o desenvolvimento de assuntos e sistematização das relações entre assuntos e entre assuntos e suas partes. As bases de sua Teoria da Classificação foram publicadas no primeiro volume de seus esquemas de classificação sob o título *A Bibliographic Classification, Extended by Systematic Auxiliary Schedules for Composite Specification and Notation*.

osteriormente conhecida como BC1, publicada em quatro volumes nos anos de 1940 a 1953 (Foskett, 1974, p. 74). Em *Knowledge Organization in Libraries*, Bliss sumariza seus princípios para Classificação em Bibliotecas em 32 Tópicos. Destes, cinco são considerados de maior significado para a determinação de traços característicos da *Bibliographic Classification* (Mills, 2017).

No segundo volume da BC, Bliss (1953) assim descreve os princípios básicos de sua filosofia de Classificação e do Classificação Bibliográfica:

Nos sistemas de Ciência, Educação e Sociedade, a organização (sistemas) de conhecimento, pensamento e propósito, estabelecidos, embora de forma incompleta, em um **consenso** de cientistas e educadores, aprovam, embora imperfeitamente, para classificações de assuntos e de livros ou outros materiais bibliográficos, com **máxima eficiência** relativa para vários interesses e propósitos. Tais classificações dependem principalmente da **subordinação** válida de assuntos especiais relacionados, ou subclasses, às disciplinas ou classes gerais relevantes; e qualquer a eficiência máxima depende da **colocação** intencional e conveniente de subclasses estreitamente relacionadas nas classes gerais relevantes. Esta **eficiência máxima** relativa é complementada por muitas referências a locais alternativos que atendem a diferentes interesses ou visualizações.

Esses cinco princípios, brevemente denominados: **Subordinação, Colocação, eficiência máxima, relatividade de classificação e alternância localização positiva**, são básicos para a filosofia de classificação e para nossa proposta de **Classificação Bibliográfica**. Esta é a nossa breve declaração mais abrangente desses princípios e dessa filosofia (Bliss, 1953, p.2)¹².

O *Consensus*, neste caso, é utilizado na seleção terminológica do esquema, baseia-se no consenso entre a opinião científica e educacional. Parte do princípio que o *corpus* do conhecimento era estável a maioria do tempo, considerando mudanças esporádicas nas fronteiras de cada conhecimento, e na ideia que o Conhecimento possuía uma ordem natural, e que essa ordenação deveria estar refletida com precisão nos esquemas de classificação. Nas palavras de Bliss (1933) As chamadas “Classificações Naturais”:

Provavelmente serão mais estáveis e permanentes do que aquelas nas quais as classes e relações são selecionadas e organizadas com algum interesse ou propósito subjetivo, mas não consistentemente com as relações lógicas e naturais. Tais são chamados de arbitrários, ou classificações “artificiais” (Bliss, 1933, p. 12)

As revisões no esquema de classificação, embora previstas, não seriam tão radicais uma vez que as mudanças ocorram continuamente na fronteira do conhecimento, necessitando de revisão frequente dos detalhes do esquema de classificação (Foskett, 1973, p. 74).

Contudo, mesmo a classificação natural e científica contêm elementos conceituais. Eles devem estar em conformidade tão estreitamente possível às classificações dos objetos naturais e às relações estabelecidos no consenso de cientistas e educadores da organização do conhecimento e do pensamento. Classificações tão abrangentes estão disponíveis e adaptáveis a muitos interesses

¹² BLISS, H. Evelyn. *A bibliographic classification: extended by systematic auxiliary schedules for composite specification and notation. volume 2*, New York: The H.W. Wilson Company, 1953.

e propósitos. Eles não são apenas mais disponíveis aos diversos interesses e propósitos divergentes, e mais eficiente em atendê-los; mas em suas classes gerais eles são mais estáveis e permanentes, porque são mais abrangentes, adaptativos e de desenvolvimento. Além disso, em seus detalhes especiais, eles tendem a se tornar **mais estáveis à medida que as teorias relevantes se tornam melhor verificáveis e à medida que o conhecimento neles contido se torna mais definitivamente organizado**. Esta estabilidade depende da constância da ordem de natureza, na realidade das relações compreendidas e na correlação do conhecimento às realidades verificadas (Bliss, 1933, p. 12).

Contudo, a teoria de Bliss reconhece a relatividade e a transitoriedade como aspectos característicos da natureza do conhecimento. Neste sentido, a natureza do conhecimento era relativa se consideradas diferentes perspectivas, e transitória segundo a dinâmica do Conhecimento. Segundo Mills (2017), para suprir as demandas desta natureza, seriam necessários a “observância de certos princípios básicos que regem a ordem das classes” (Mills, 2017), a saber a subordinação e a coordenação. A subordinação é o princípio dominante desta classificação, secundário apenas à sua abrangência (Bliss, 1933, p.21). Foskett (1974), o princípio da subordinação na BC1 é caracterizada no “desenvolvimento de assuntos partindo do geral para o específico”, denominado como graduação por especialidade (Foskett, 1974, p. 75).

As disciplinas especiais estão subordinadas, ao longo destas aulas, às disciplinas gerais relevantes; estudos derivados e as ciências aplicadas estão relacionadas com as suas ciências fundamentais; e todos esses são sucessivamente subordinados em **gradação por especialidade**. Subordinação é importante não apenas para assuntos especiais, mas também para assuntos gerais. Por exemplo, a Zoologia está subordinada à Biologia e coordenada com a Botânica. Essas relações são mostradas por recuo na sinopse, embora não em tabelas seriadas, onde não é necessário mostrá-los, nem é viável. A coordenação está relacionada à subordinação, e os dois princípios são combinados nas tabelas seriadas, se a subordinação é mostrada por recuo ou não, quer a notação o mostre ou não Foskett (1974), o princípio da subordinação na BC1 é caracterizada no “desenvolvimento de

assuntos partindo do geral para o específico”, denominado como graduação por especialidade (Bliss, 1933, p. 21).

A coordenação consiste na colocação de assuntos, relacionando-os de forma que auxilie o leitor reconhecendo diferentes grupos de usuários acessem a qualquer literatura, sob diferentes pontos de vista (Foskett, 1974). O argumento de Bliss era que apenas a colocação sistemática poderia atender as necessidades de e que essa era a característica fundamental de uma boa classificação (Mills, 2017, p. 574). Consiste na reunião de classes intimamente relacionadas à propinquidade.

Um exemplo muito importante é o das ciências naturais dispostas em ordem de especialidade, sendo cada ciência em um sentido individual e coordenada com suas ciências congêneres, mas em outro sentido subordinada àquela da qual é principalmente dependente para conceitos e princípios e da qual é amplamente derivada pela especialização (Bliss, 1929, p. 153)

Segundo Foskett (1974), a importância do princípio da Especificação Composta está baseado nas Tabelas Sistemáticas Auxiliares, que consistem em uma lista de termos que podem ser usados para subdividir mais de um assunto no esquema” (Foskett, 1974, p. 76).

Bliss afirmou que um dos propósitos da Classificação era “demonstrar que um sistema coerente e abrangente, baseado nos princípios lógicos de classificação e consistente com os sistemas de ciência e educação, pode estar disponível para serviços em bibliotecas, “para auxiliar na revisão... de classificações há muito estabelecidas... “e para fornecer um “adaptável, eficiente e econômico classificação, notação e índice.” Um princípio fundamental é a ideia de subordinação - cada assunto específico está subordinado ao geral apropriado (BCA, 2023).

A abordagem classificatória de Bliss não se tratava de um esquema de classificação estritamente padronizado, “mas de uma classificação com foco no conhecimento, relativamente permanente e com alternativas a subordinação de assuntos, conforme necessidades locais” (Moraes; Campos, 2020, s.p.). Desta forma, Bliss fez um extenso estudo

sobre a história da classificação das ciências, cujo esboço foi amplamente resumido em Ciências, Ciências Sociais, Humanidades (Foskett, 1973, p. 75). O esquema de classificação resultante, fundamentado no Pensamento positivista¹³, é composto por quatro Classes principais, Filosofia, Ciências, História e Ciências Aplicadas, e subdivisões que formam subclasses, conforme demonstrado na composição das classes principais.

O esquema de classificação de H. E. Bliss representa o corpo do conhecimento de sua época. Bouchardt (1958), reitera “a primazia sobre a Filosofia e a Matemática, as Ciências Naturais por ordem cronológica de desenvolvimento, encerrando-se com o *Homo sapiens*. Tratado o *Homo sapiens* fisicamente, o mesmo passa a ser tratado por diversos ângulos: Psicologia, Educação, Ciências Sociais, História Social, Política e Economia e Religião tratam o Homem partir de sua Alma, daí que pode faz, de sua vida social em teoria e, na prática, e das suas relações com o Sagrado (Religião). Segue-se o detalhamento de problemas advindos das relações sociais como a Ciência Política e a Política, Jurisprudência e Leis, A aplicação prática de algumas teorias anteriores. Ao final, trata-se das Artes, Filologia e Literatura, Bibliografia e Biblioteconomia. A BC1 utiliza tabelas auxiliares Sistemáticas para a especificação de assuntos: tipos de publicações na tabela 1, e nas subdivisões geográficas e períodos históricos nas tabelas 2 e 4.

¹³ Segundo Dicionário de Filosofia Nicola Abbagnano, o termo Positivismo foi empregado pela Saint-Simon, para designar o método exato das ciências e sua extensão para a filosofia, e o termo adotado por Auguste Comte para a sua filosofia e, posteriormente uma grande corrente filosófica com numerosas e variadas versões a partir da segunda metade do século XIX, O Positivismo tem como premissa a ideia da Ciência como instância última, e único suporte para vida individual e social do homem, único conhecimento, única moral, única religião possível. Suas teses principais são I a A ciência é o único conhecimento possível, e o método da ciência é o único válido: portanto, o recurso a causas ou princípios não acessíveis ao método da ciência não dá origem a conhecimentos; a metafísica, que recorre a tal método, não tem nenhum valor. 2-O método da ciência é puramente descritivo, no sentido de descrever os fatos e mostra as relações constantes entre os fatos expressos pelas leis, que permitem a previsão dos próprios fatos (Comte); ou no sentido de mostrar a gênese evolutiva dos fatos mais complexos a partir dos mais simples (Spencer). 3 A método da ciência, por ser o único válido, deve ser estendido a todos os campos de indagação e da atividade humana; toda a vida humana, individual ou social, deve ser guiada por ele (Abbagnano, 2007, p. 776).

Figura 2 - Tabela Sinótica da Classificação do Conhecimento segundo Bliss

SYNOPTIC TABLE OF THE CLASSIFICATION OF KNOWLEDGE			
PHILOSOPHY.	SCIENCE.	HISTORY.	APPLIED SCIENCES.
Principles. Ontology (Reality). Epistemology.			
Philosophy of Science.	Principles of Science. <i>Abstract Sciences and General Methods.</i> Science of Order. Methodology. Logic. Mathematics. Other general methods: Metreology, Statistics.	History of Science.	
Philosophy of Nature. Cosmology.	Natural Sciences, General. Natural History. Evolution.		Applied Metrology, Statistics, etc.
	Physical Sciences.		Technology.
	Physics. Mechanics, Dynamics. Matter, Energy, and Radiation. Special Physics.		Applied Mechanics.
	Chemistry. Physical and theo- retical. Mineralogy. Crystallography. Analytical and Special Chemistry.		Physical Technology.
	Special Natural Sciences and Descriptive Natural History.		Petrography.
	Astronomy. Theoretical, Mechanical. Astrophysics.		Chemical Technology.
	Geology. Physical and theoretical. Geography, Physiography. Meteorology.	Historical and Stratigraphical.	Metallurgy.
Philosophy of Life.	Biological Sciences.	Practical Astronomy.	
	Biology. Cytology, Ontogeny, and Embryology. Physiology and Ecology. Morphology. Genetics, Paleontology. Phylogeny, Organic Evolution. Botany. Zoology.		Economic Geology. Economic Geography.
			Economic Botany. Economic Zoology.

Fonte: Bliss.

Quanto à notação, as principais qualidades da *Bibliographic Classification* (BC1) estavam na “simplicidade e economia de seus termos e símbolos; a concordância de uma opinião científica e o clima cultural; sua consistência interna; e sua Verificabilidade” (Borchardt, 1958, p. 127). A BC1 possuía um sistema notacional misto, com letras (A-Z) e números (1-9), a qual dava a possibilidade de construir cerca de 18.278 classes diferentes, utilizando apenas três letras na notação. A título de comparação, a versão da Classificação Decimal de Dewey da época

possuía a capacidade de construir apenas 1.000 classes diferentes (Bouchardt, 1958).

A BC1, bem como as demais classificações de sua época, apresentava dificuldades quanto à hospitalidade de novos conceitos ou novas ciências (Bouchardt, 1958). Presente tanto para a representação das ciências puras quanto às ciências aplicadas. Mills (2017) e Drobnicki (1996), denotam que esta característica da BC1 consiste na falha em aplicar o princípio mais fundamental da Classificação: ou seja, aplicar o princípio da divisão e esgotá-lo antes de aplicar outro (Drobnicki, 1996, p. 9). Drobnicki (1996) acrescenta outros problemas como a falta de provisão para alguns tópicos, Notações desajeitadas, provisões desiguais, análises incompletas ou inexistentes e Índices gerais pobres (Drobnicki, 1996, p. 9). Foskett observa que os problemas na *Bibliographic Classification* devido a sua natureza como um empreendimento pessoal/individual de seu criador. Mills observa que a *Bibliographic Classification* é basicamente um sistema enumerativo. Neste sentido, apresenta problemas em sua estrutura referentes a alocação de novas conhecimentos, identificáveis pelos pesquisadores do CRG.

BIBLIOGRAPHIC CLASSIFICATION 2^a EDIÇÃO - JACK MILLS & VANDA BROUGHTON

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa na segunda edição da *Bibliographic Classification*. Aborda-se o trabalho cooperativo dos membros da *Bibliographic Classification Association* e do *Classification Research Group*, do Reino Unido, na revisão do esquema para a abordagem facetada. A *Bliss Classification Association* é criada no ano 1967, com objetivo de promover o desenvolvimento e uso das classificações facetadas, em particular o desenvolvimento e uso da segunda edição da *Bibliographic Classification*, dar suporte aos usuários da primeira edição da *Bibliographic Classification*. A associação implementou os objetivos por meio de publicações como tabelas, tesauros, periódicos em mídia apropriada, na promoção de encontros e sessões de treinamento estabelecidos no tempo especificado pelo comitê.

Logo em sua criação, A BCA previra a revisão da primeira versão da *Bibliographic Classification*, a partir dos princípios estabelecidos por H. E. Bliss e da Classificação Facetada desenvolvida a partir das categorias

do *Classification Research Group*, do Reino Unido. Jack Mills, que presidiu a associação desde a morte de H. E. Bliss, coordenou a revisão da *Bibliographic Classification* e, com parceria de Vanda Broughton, editou e publicou o esquema em 22 partes a partir do ano de 1977. O desenvolvimento do novo esquema também contou com a colaboração de membros fundadores do CRG como Mills, Coates e Foskett: This system “embodies many of the principles developed by the CRG in the creation of special classification schemes and indexing systems during the 1960s and 1970s” (McIlwaine; Broughton, 2000, p. 198 *apud* Miksa, 2017).

Detalhes relativos à elaboração do novo esquema de classificação podem ser encontrados nos Boletins da *Bibliographic Classification Association* (BCA), que foram publicados desde a fundação da referida Associação em 1967. Logo no primeiro ano, quando a presidência estava sob a liderança de Henry E. Bliss, já se previa a necessidade de revisar o esquema vigente. O trabalho de Mills & Broughton, em parceria posterior com os membros do *Classification Research Group* foi minuciosamente documentado nos Boletins do CRG e BCA publicados a partir do ano de 1967, na BCA, e de 1971, no CRG. Nesse período, Jack Mills ocupava simultaneamente as posições de presidente tanto do BCA quanto do *Classification Research Group* (CRG). A publicação do esquema revisado fora subdividido em 23 partes, no período de 1977 a 2012.

A segunda edição da *Bibliographic Classification*, agora embasada nos fundamentos da Análise Facetada, também adota como princípios abordados por Bliss como a graduação por especialidade, subordinação e coordenação. Os princípios fundamentais para uma classificação bibliográfica, segundo Farradane, são a definição de um lugar único de definição e definição única de correlação máxima. ‘

Reverter para aceitar disciplinas como classes principais e classificar por subdivisão levaria de volta a antigas confusões, já que o conteúdo das ‘disciplinas’ muda com o tempo enquanto os objetos aos quais elas se relacionam, as entidades naturais e o homem, não mudam. Em assuntos não científicos, o problema real era de definição - determinar o que o escritor realmente quis dizer com as palavras usadas.

A classe religião foi publicada já nas primeiras edições de 1977, e já em seu título, Religião, Ocultismo, Moral e ética, denota as influências do trabalho do CRG na composição das classes novo sistema. O próximo capítulo trata especificamente da classe religião nas duas versões.

A CLASSE RELIGIÃO NA BIBLIOGRAPHIC CLASSIFICATION

Henry Evelyn Bliss observa o princípio *Collocation* ao reservar alocações distintas para o conceito Religião. Neste sentido, a classe Religião na BC1 está reservada na Classe P (Religião, Teologia e Ética), com possibilidade de ser alocada sob a classe K - Ciências Sociais, como subordinada à subclasse Sociologia, classe AJ, para assuntos referentes à Filosofia da Religião (Teologia), tabelas Sistemáticas 15, e 16. Sobre a estrutura da Classe P - Religião na BC1, compartilhada com Teologia e Ética, trata-se da aplicação da teoria de H.E Bliss, que a religião deve ser vista como um fenômeno “puramente humano”, pertencente ao âmbito da Ciências Sociais. Neste sentido, o conhecimento sobre religião, enquanto “desenvolvimento antropológico, mental, social e étnico”, é comparado, à linguagem e à arte, abrangendo toda gama da vida e profundamente enraizada na natureza humana.

A religião chega através de afeições e atitudes individuais e sociais em relação aos poderes e providências, belezas e esplendores que permeiam o mundo circundante e, em um sentido profundo, comprehende toda a vida espiritual do homem. Os espíritos, que nos estágios primitivos são imaginados como animando objetos e forças naturais e dominando para sempre a vida de homens e animais e para o mal, são em estágios posteriores transcendidos nas concepções de Deus onipotente e onipresente. Na presença do imenso, do incompreensível e do assustador, da mente humana, contemplando o mundo, concebe e adora o Santo e o Divino como penetrante ou imanente. Se esta concepção reflete a realidade é uma questão de competência filosófica, Uma teologia. (Bliss, 1929, p. 313)

A natureza da Religião possui um contexto psicológico, uma perspectiva étnica e um primeiro plano ético (Bliss, 1929). A religião é, ao mesmo tempo, ao mesmo tempo pessoal e social, com predomínio da aplicação social sendo, portanto, pertencente às Ciências Sociais (Bliss, 1929). A notação para Religião na BC apresenta-se como se segue:

Quadro 8 - Classe Religião na *Bibliographic Classification*

PA	Religião Teologia e ética
PB	Teologia Geral e Sistemática
PC	Natureza da Religião, Teologia
PD	Adoração, Devoção Religiosa
PE	Ética
PF	História da Religião, Estudo comparativo da Religião
PG	Mitologia
PH	Religiões Asiáticas e orientais
PI	Hinduísmo
PJ	Budismo
PK	ISLÂ
PL	Judaísmo
PM	A Bíblia
PN	Religião Cristã, Cristandade, Teologia e ética
PO	História do Cristianismo

Fonte: Bliss, 1970.

A abordagem classificatória de Bliss à classe Religião na BC1, não denota uma abordagem pluralista, uma vez que subclasses como A Bíblia, Religião Cristã, Teologia e Ética e História do Cristianismo demonstram o favorecimento a alocações sobre o Cristianismo em relação às demais. Neste sentido, Bliss observa a necessidade da realização de estudos comparativos subordinados aos estudos de religiões particulares, e as suas teologias, ética e eclesiologia especiais (Broughton, 2020). Assuntos comuns às demais religiões, períodos históricos e Subdivisões Geográficas são cobertos pelas Tabelas Auxiliares Comuns de Classe, e Tabelas Especiais. Literaturas referentes à classe religião também podem ser alocados nas classes Filosofia Seção AJ, K(Sociologia), tabelas sistemáticas especiais 15 e 16.

Quadro 9 - Religião na Classe Filosofia na *Bibliographic Classification (AJ)*

AJA	Teologia. Filosofia da Religião. Racional. Teologia Filosófica
AJB	Deus. Deísmo. Ideia, Conceito de.
AJC	Teologia Natural
AJD	Adoração, Devocional, Religião
AJH	Tópicos especiais e discussões sobre o bem e o mal.
AJK	Teologia sistemática. Tratado
AJL	Ritual
AJM	Religião e teologia revelada
AJO	Adoração Natural
AJP	Panteísmo
AJQ	Dualismo
AJR	Deísmo
AJS	Gnosticismo
AJT	Agnosticismo. Ateísmo
AJU	O Sobrenatural. Milagres
AJV	Misticismo religioso
AJW	Vida Religiosa, Serviço e experiência
AJY	Liberdade e Tolerância Religiosa

Fonte: Bliss, 1953.

No contexto específico da classe religião, a nova classe P, modelada a partir da utilização da abordagem analítica padrão da faceta, identifica oito facetas principais nas quais o conhecimento sobre religião é organizado: Sistemas Religiosos, Práticas da religião, agentes da prática religiosa, Teologia Sistemática, perspectiva a qual a religião é examinada Lugar, Tempo e Subdivisões comuns (Mills; Broughton, 1977). Abaixo, apresentamos a aplicação da abordagem facetada às classes principais da religião muçulmana.

Quadro 10 - Aplicação categorias religião à Classe Islã na *Bibliographic*

P - Religião, Misticismo, O Oculto, Moral e Ética	PV - Islã
PA7 - Princípios e Teoria da Religião	PA7 V - Princípios e Teoria da Religião Islâmica
PB - Teologia Sistemática	PVB - Teologia Sistemática do Islã
PD - Prática da Religião. Adoração	PVD - Prática da Religião Islâmica. Adoração Islâmica
PE - Sistemas Religiosos	PVE - Sistemas Religiosos
PG - Religiões e mitologias	PVG - Religiões e mitologias no Islã
P7 - História da Religião	PV7 - História da Religião
P8 - por Local	PV8 - por Local
P9 - Biografia	PV9 - Biografia
Subdivisões Comuns de Forma	Subdivisões Comuns de Forma
Subdivisões comuns de Assunto	Subdivisões comuns de Assunto
Religião Comparada	Religião Comparada

Classification

Fonte: Mills & Broughton, 1977.

O levantamento terminológico sobre informações sobre o Islã foi realizado no site da *Bibliographic Classification Association*. As próximas Subseções apresentam os resultados obtidos como resultados das etapas da análise na *Bibliographic Classification*, Segunda Edição.

Localização do Assunto Islã

A Classe Religião está localizada como uma das classes principais no sistema da BC2 sob a notação P. As atualizações da classe Religião na *Bibliographic Classification* para a abordagem facetada tinha como principal objetivo correção de *biases* tendentes à cosmovisão cristã. A seguir, apresentaremos as facetas principais da Classe Islã.

- I. Princípios e Teorias da Religião islâmica: Nesta faceta estão alocados conceitos abstratos em relação à religião. Filosofia da Religião em PVA A e Sociologia da Religião Muçulmana em PVA KA.
- II. Teologia Sistemática: Nesta faceta estão alocadas conceitos referentes às Evidências e bases da religião muçulmana, Teologia, natural, Teologia revelada, Manifestações de Deus, revelação escritural, livros sagrados, Mitos e mitologia, Leis religiosas, Teologia doutrinal, dogma, natureza de Deus, natureza do Mundo, Natureza do homem, experiência religiosa, Natureza do mundo, natureza do mundo sobrenatural, natureza do homem, Experiência religiosa, Misticismo Teologia Moral, ética.

Quadro 11 - Classe Teologia Sistemática em *Bibliographic Classification*, 2a. Edição

Notação	Facetas
PVB	Teologia Sistemática segundo o Islã
PVB B	Bases e evidências da Religião Muçulmana
PVB C	Teologia Natural
PVB F	Teologia Revelada
PVB G	Manifestação de deus segundo o Islã
PVB J	Escrituras
PVB K	livros sagrados
PVB L	Mitos e Mitologia muçulmana
PVB N	Leis religiosas, códigos
PVB O	teologia doutrinal Dogma
PVB OF	Natureza de Deus
PVB RW	Natureza do Mundo
PVB S	Natureza do mundo Sobrenatural
PVB U	Natureza do Homem
PVB W	Experiência Religiosa
PVB Y	Misticismo * Alternative is PW

PVC	Ética e Teologia Moral
-----	------------------------

Fonte: *Bibliographic Classification Association*.

III. Prática da Religião muçulmana, Adoração: Estão alocados aqui assuntos referentes aos agentes e atividades da prática religiosa. Como agentes da prática religiosa estão o mundo natural, pessoas, o homem, o mundo sobrenatural e artefatos (arte religiosa e literatura e retórica). As práticas da religião muçulmana podem ser organizadas por características de tempo, por pessoas ou grupos para quem foram designados, por atividades devocionais formais (ritos e rituais), e por práticas não formais.

Quadro 12 - Classe Adoração Muçulmana em Bibliographic Classification 2nd Edition

Notação	Facetas
PVD	Adoração Muçulmana. (Agentes)
PVD E	Mundo Natural
PVD H	Pessoas. O Homem
PVD L	Mundo Sobrenatural
 PDO Y	Artefatos
PVD P	Arte Islâmica
PVD X	Literatura e retórica (não escriturais (Atividades) PEB By Características de tempo
PVE D	por pessoa ou grupo para quem foi projetado
PVED Y	Atividades devocionais formais
PVE R	Ritos do Islã
PVE W	Religião Devocional no Islã

Fontes: *Bibliographic Classification Association*.

IV. Sistemas religiosos: Estão reservados nesta faceta assuntos referentes à Instituição e eclesiologia, organizadas por

Agentes (Artefatos, Personalidades; Organizações, administração, e Governo, por Atividades (relações externas, trabalho pastoral, ordens religiosas. Estão alocados assuntos referentes às ordens religiosas, movimentos e escolas de pensamento, heresias e cismas, e seitas.

Quadro 13 - Classe Sistemas Religiosos na Bibliographic Classification 2nd Edition

Notações	Facetas
PVE	Sistemas Religiosos
PVF BI	Instituições muçulmanas
PVF BOY	Agentes no Islã
PVE P	Organização, Administração e governo no Islã
PVF K	Trabalho pastoral no Islã
PVP S	Ordens religiosas muçulmanas
PVE T	Movimentos e escolas de pensamento no Islã
PVF V	Cismas e Heresias no Islã
PVF X	Seitas (divisões) na religião muçulmana

Fonte: Bibliographic Classification Association.

- V. Subdivisões do Islã e Mitologias: nesta faceta estão alocados assuntos referentes às religiões e subdivisões da fé muçulmana. Estão alocados assuntos sobre a fé muçulmana e suas ramificações. Estão alocadas assuntos sobre o Islã Sunita e ramificações, Xiita e ramificações, o Sufismo, Variações Locais do Islã, o Pan-Islam e o movimento Black Moslem.
- VI. Subdivisões comuns: As subdivisões comuns referente aos Islã são subdivisões de forma e subdivisões comuns de Assunto. Subdivisões de forma correspondem aos números 2 e 3 da tabela 1 e subdivisões de assunto correspondem aos números de 4 a 6 da tabela

- VII. Subdivisões por local: Corresponde a categoria Lugar se refere a adição dos números da Tabela 2 para a composição de assuntos organizados por locais. Na presente obra, materiais referentes ao Islã no Brasil estariam alocados na sob a notação PVZ P, no Rio de Janeiro, PVZ PO.
- VIII. História do Islã: Se refere a alocação de assuntos sobre a história da religião muçulmana.
- IX. Biografia: Se refere a biografias de personalidades ligadas ao Islã.

Estrutura Conceitual

A análise da estrutura conceitual da BC2, no sentido de sua ordenação lógica apresenta como resultados:

- a) Distribuição racional de assuntos sob diferentes perspectivas. A classificação facetada da BC2 permite a organização de informações sobre diferentes perspectivas de uma forma isonômica, sem qualquer preferência a assuntos de qualquer religião.
- b) Maior hospitalidade de assuntos. A Classificação Facetada, aliada a tabelas auxiliares da BC2, permite uma organização eficiente na construção de notações para assuntos complexos.
- c) Correção das Associações entre as religiões Babismo e Fé Bahai permanecem.
- d) O Sufismo surge como uma subdivisão do Islã tais como Sunni e Shi'ia.
- e) Formalização de uma estrutura hierárquica.

O vocabulário da BC2 (*Bliss Classification*. 2 edição) adota termos conceitos da oriundas da cosmovisão Cristã-Ocidental. O assunto é abordado no BC Boletim 14 de dezembro de 1971, por Valeria Lang, inicia os trabalhos na Classificação das religiões a partir do Cristianismo, uma vez que a classe está bem desenvolvida a partir da primeira edição da BC . Quanto à atribuição de usos e sentidos de expressões referentes a cultura/identidade islâmica, observa-se como resultados:

- a) Correção de reducionismos como a ideia de Adoração islâmica atribuída como expressão total da prática religiosa muçulmana.
- b) Associações entre Fundamentalismo, Terrorismo e *Jihad*.

Quanto ao detalhamento de Assuntos, a análise apresenta como resultados:

- a) Grandes possibilidades de organização de assuntos referentes ao Islã, advindos da abordagem analítico-sintética da classificação facetada, e da utilização das tabelas auxiliares.

Adequação da seleção terminológica a termos referentes a cultura islâmica

Quanto à seleção terminológica, as atualizações de vocabulário na classe religião da BC2, adotam uma linguagem neutra, própria de um sistema que se diz universal. O problema consiste nas próprias noções acerca da religiosidade, cuja linguagem não reconhece os sentidos inerentes a cada religião/cultura abordada. O problema é tratado por Vanda Broughton no Boletim da *Bibliographic Classification Association* número 15, publicado em dezembro de 1972.

Tal como acontece com muitas disciplinas de humanidades, especialmente aquelas que lidam com muitas culturas, vocabulários únicos tendem a ser gerados para cada unidade cultural. Assim, as palavras judaicas para um local de reunião (sinagoga), para um ministro (rabino), para dias santos específicos (Hanukah, Rosh Hashaná, etc.) são todas especiais para o judaísmo e diferem das palavras usadas para os mesmos conceitos pelos cristãos, Hindus ou Muçulmanos. Neste sentido a enumeração destes assuntos é impraticável para cada religião (embora Bliss tenha feito isso até certo ponto, seus cronogramas estão longe de ser abrangentes), e fazê-lo evitaria o objetivo de um cronograma analítico-sintético. O conhecimento do sujeito por parte do classificador é confiável para fazer a análise de conceitos, embora tal análise não seja, em geral, muito difícil, mas exige familiaridade com vocabulários especializados (BCA, 1975, P. 14).

Na presente obra, alguns problemas de linguagem reconhecidos são referidos as noções de Deus, deuses e seres espirituais que, dependendo da religião ou cultura abordada, deveriam obter classificações diferentes na estrutura hierárquica do sistema. Contudo, as características da BC2 permitem uma classificação especializada, onde são possíveis adequações de contextos sem interferir na cultura de determinada comunidade. No caso específico da religião islâmica, informações relativas à organização eclesiástica são ausências possíveis, visto que a organização islâmica não possui uma organização eclesiástica formal como no cristianismo.

Vale considerar que, embora a reestruturação da classe religião tenha possibilitado avanços na redução do enviesamento à ideologia cristã, a BC2 ainda representa a visão de fora de uma comunidade com uma diversidade de questões/assuntos que interferem diretamente na construção de sua identidade. Contudo, a abordagem analítico-facetada se apresenta como uma metodologia útil na inclusão de saberes subalternizados.

PROTÓTIPO DE UM SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO ALFABÉTICO-SISTEMÁTICO

INTRODUÇÃO

O presente protótipo é um modelo de esquema de classificação para conhecimentos oriundos de comunidades periferizadas. Reconhecido o silenciamento histórico de conhecimentos advindos de culturas não-hegemônicas, no protótipo experimentamos a Análise Facetada como metodologia para a construção de um esquema de classificação de documentos cujos assuntos são produzidos ou se referem a culturas minorizadas e/ou silenciadas. A Construção da estrutura utiliza também como metodologia a Análise de Domínio proposta por Miranda (2018). O objeto do experimento é o Culto Malê. As etapas da construção do esquema são: delimitação de assunto, definição de público alvo, levantamento das fontes, seleção dos termos, estabelecimento das relações, escolha do tipo da notação, escolha do índice alfabetico e avaliação do esquema¹⁴.

¹⁴ A Metodologia inclui as etapas de escolha de software e Período de Atualização que não foram consideradas devida natureza experimental do presente protótipo.

DELIMITAÇÃO DA ÁREA

O assunto classificado é o Culto Malê¹⁵. Neste sentido, se refere aos assuntos referentes à cultura de negros islamizados migrados à força ao Brasil entre os séculos XVI e XIX, constituindo comunidades numerosas em Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre. Os aspectos abordados na classificação observam o culto Malê como manifestação/ vertente local do Islã no Brasil, hibridizado com culturas locais e manifestações religiosas originárias dos africanos levados cativos ao Brasil. O Culto Malê, descrito por Manoel Querino como religião de matriz africana, em que suas origens remetem à expansão do Islã na região do Magreb, Norte da África, do Sudão e Vale do Mina.

Neste protótipo, o culto malê pode ser alocado a partir de três perspectivas de classificação. A primeira enquanto manifestação do Islã, incluído nas facetas da Religião Muçulmana. A segunda como um sistema religioso independente, aplicando as facetas da classe Religião e as relações entre os conceitos, representando discussões e valores da religião e do seu tempo. A terceira é considerar o culto Malê como uma variante local do Islã, no qual contextos locais conferem certas características únicas que distam o corpus do conhecimento de sua classe principal de qualquer forma. A microestrutura aplicada será da *Facet Analytical Theory in Managing Knowledge Structure for Humanities (FATKS)*, e as categorias para a classe Religião desenvolvida por Vanda Broughton.

PÚBLICO-ALVO

O público-alvo são profissionais da informação, estudantes e interessados na classificação de conhecimentos de comunidades não-hegemônicas, por não-hegemônicos a partir da perspectiva não-hegemônica.

¹⁵ Culto Malê é expressão utilizada por Manuel Raymundo Querino para descrever as práticas religiosas dos Malês. Aqui, a expressão denota a expressão do Islã praticado por africanos migrados à força ao Brasil no século XIX, e de afro-brasileiros revertidos ao Islã.

LEVANTAMENTO DAS FONTES

Para o mapeamento do domínio. e, consequentemente, para a Garantia literária, foram utilizadas as seguintes fontes:

- A Classe Religião do protótipo Facet Analysis Theory (FAT-HUM), do projeto FATKS desenvolvido por Vanda Broughton
- Tesauro de La Unesco
- “A raça africana e seus costumes na Bahia”, de Manuel Raymundo Querino.
- O Negro Brasileiro de Artur Ramos.
- O artigo “Os Malês segundo Abd Al Rahman Al-Baghdadi, um imã otomano no Brasil Oitocentista”, de João José Reis.

FACET ANALYTICAL THEORY IN MANAGING KNOWLEDGE STRUCTURE (FATKS)

Segundo Broughton (2020) o projeto FATKS (*Facet Analytical Theory in Managing Knowledge Structure for Humanities*), visa construir protótipo de um sistema de classificação das humanidades “e testar sua eficácia como ferramenta de classificação e indexação (Broughton, 2020). O protótipo de classificação desenvolvido, chamado *Faceted Analytical Theory for Humanities* (FAT-HUM) consiste em três Componentes distintos:

- As disciplinas (Religião e Belas Artes), cujas estruturas de facetas, desenvolvidas nos trabalhos de Vanda Broughton, estavam consolidadas.
- Ampla cobertura de assuntos, embasado no *Broad System Ordering*, “Originalmente desenvolvido por Eric Coates em 1978 como uma ferramenta de pesquisa e etiquetagem geral e uma linguagem de comutação específica para ambientes de grande escala, (Broughton, 2020), e
- Conceitos Lugar, forma e etnia atendidos a partir do uso das Tabelas auxiliares da Classificação Decimal Universal.

A estrutura do protótipo adota o modelo FAT-HUM (*Facet Analysis Theory for Humanities*), desenvolvido a partir do trabalho de J. Mills e V. Broughton nas revisões da Bibliographic Classification(BC2) e da Classificação Decimal Universal (CDU), utiliza as categorias Coisa (entidade), Parte, Propriedade, Processos, Operações, Paciente, Agente, Tempo e Teoria e Filosofia suportada pela sintaxe e pela notação. Neste sentido, a sintaxe do esquema proposto inclui regras sobre a ordem de citação, notação (facetas, humanidades e Tabelas auxiliares), relacionamentos entre assuntos e Ordem de arquivamento.

Quadro 13 - Categorias da Classe Religião por Vanda Broughton

Categorias	Descrição
Coisa (Entidade)	Religiões e Fés, nomes específicos de religiões e movimentos religiosos
Parte	Estruturas, organizações e instituições com a fé. Divisões administrativas
Propriedade	Atributos da religião
Processo	Conceito-ação que ocorre internamente ou sem agente externo em particular
Operação	Conceito-ação realizada por agentes, normalmente aderentes.
Paciente	Recipientes da operação
Agentes	pessoas que realizam as operações
Tempo	Período
Espaço	Lugares
Teoria e Filosofia da Religião	Conceitos abstratos relativos à religião

Fonte: Broughton, 2020.

As categorias são também as classes principais do esquema. Sua ordem de citação nas classes segue padrão invertido, na sequência da “concretude crescente”, do geral ao específico. No Quadro 1, segue o exemplo de sua aplicação ao Islã.

Quadro 14 - Conceitos sobre a cultura muçulmana aplicados a estrutura facetada FAT-Humanidades de Vanda Broughton

Religião. Teologia	Islam
Teoria e filosofia da Religião.	<i>Aqidah & Kalām.</i> Pensamento Muçulmano
História da fé, religião, denominação ou igreja (Tempo)	História do Islã; História do Islã no Brasil
Agentes na religião (pessoas e objetos)	Pessoas e Objetos no Islã;
Destinatários da pastoral. Tipos e grupos sociais	Destinatários do Cuidado Pastoral no Islã
Prática religiosa	<i>Ibadah.</i> Adoração Islâmica no Islã;
Processos na religião	Processos no Islã
Organização e administração religiosa	Organização e Administração no Islã
Lugar	Lugares geográficos do Islã.

Fonte: Classe FAT-HUM: Religião. Teologia. (ucl.ac.uk)

Broughton (2020) denota como expressividade da hierarquia e sintaxe da notação desenvolvida para FAT-HUM “pressupõe a existência e o uso de toda a classificação plenamente desenvolvida (Broughton, 2020). Como no exemplo do presente SOC, na utilização de apenas uma disciplina do utilizada “a notação pode ser encurtada automaticamente substituindo a peça de notação disciplinar por um único dígito ou letra (Broughton, 2020)”. Neste sentido, para o presente produto substitui-se a notação 590 para Religião pela letra R, e permanecem as notações de segundo nível para as facetas da religião. A aplicação para a faceta Islã segue conforme demonstrado no quadro 15.

Quadro 15 - Classes principais para a Religião Muçulmana

Notação	Classe (Faceta)
R	Religião
R8	Islã
R8A	<i>Aqidah & Kalam.</i> Teoria e Filosofia Muçulmana
R8C	História do Islã
R8E	Pessoas e Objetos do Islã
R8H	Pacientes do cuidado pastoral
R8J	<i>Ibadah.</i> Adoração Islâmica
R8K	Processos do Islã

R8M	O Islã caracterizado por várias propriedades
R8N	Organização e administração religiosa

Fonte: O autor

As notações de auxiliares comuns de classe seguem vocabulário padrão desenvolvido para o protótipo FAT-HUM com vocabulário desenvolvido nas atualizações da CDU e da BC2, com a utilização dos sinais () como indicador de facetas e caracteres alfanuméricos representando auxiliares comuns de classe. Para o presente protótipo, utilizaremos os auxiliares de Pessoas, tempo, grupos étnicos, lugar, forma e língua, cujas notações das facetas como se segue:

Quadro 14 - Tabelas Auxiliares de Conceitos de Aplicação Geral

Notação	Conceitos de Aplicação Geral
(K...)	Pessoas
(F...)	Tempo
(E...)	Grupos Étnicos. (Raça)
(D...)	Lugar
(B...)	Forma
(A...)	Língua

Fonte: Outcomes and prototype - project FATKS (ucl.ac.uk)

TESAURO DE LA UNESCO

A pesquisa no Tesouro visa identificar termos e relações referentes ao Islã e suas relações. O Tesouro da Unesco é uma “lista controlada e estruturada de conceitos utilizados na análise de assuntos e recuperação de documentos e publicações (Unesco, 2020)”. Sua primeira edição foi lançada em 1977 e, atualmente possui traduções em inglês, russo, francês, espanhol e árabe. e sua estrutura subdivide-se em sete áreas temáticas, Educação, Ciências, Cultura, Ciências Sociais e Humanidades, Informação e Comunicação, Política, direito e economia e Países e Grupamento de Países. O quadro 2 apresenta os conceitos encontrados e as respectivas relações.

Quadro 16 - Conceitos sobre a cultura muçulmana em Tesauro de La Unesco

Conceito	Relações
Arte Islâmica	Arte Religiosa - Cultura Muçulmana
Cultura Muçulmana	Cultura Nacional
Direito islâmico (Sharia)	Sistema Jurídico
Educação Islâmica	Sistema educacional
Islam	Religião Antiga
Mesquita	Edifício Religioso - Monumento
Muçulmano	Grupo religioso
País islâmico	Relação Religião e Estado

Fonte: SKOS: Tesauro de la UNESCO (um.es)

QUERINO, RAMOS E JOÃO JOSÉ REIS

O vocabulário do presente protótipo inclui as aplicação de conceitos e termos referentes ao culto Malê às categorias desenvolvidas e para a Religião pela Equipe de Vanda Broughton no projeto FATKS. os autores consultados são Manuel Raymundo Querino em sua obra “A raça africana e seus costumes na Bahia”, Arthur Ramos em “O Negro Brasileiro (1940) e “A Cultura Negra no Brasil”, e João José reis com o artigo “Os Malês segundo Abd Al Rahman Al-Baghdadi, um imã otomano no Brasil Oitocentista”.

O vocabulário do Culto Malê, segundo a perspectiva de Manoel Querino considera as contribuições do Negro na Cultura Brasileira. O capítulo “Dos Malês” no livro “A raça africana e seus costumes na Bahia”. Querino observa a importância do Colono Africano na criação do Estado Brasileiro e nos apresenta uma perspectiva decolonial da cultura muçulmana do Brasil dos séculos XVIII e XIX. O islã segundo Querino é uma religião de matriz africana, cujas práticas se adequam às perseguições impostas pelas camadas hegemônicas da sociedade brasileira oitocentista. Autores como Nina Rodrigues, Arthur Ramos e João José Reis ajudam a contextualizar e atualizar a perspectiva de Querino, e acrescenta as experiências do imã otomano ‘Abd Al-Rahmān Al-Baghdādī, com os malês dos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Segundo Ramos (1940):

O islamismo de tinta fetichista penetrou no Brasil com os negros sudanezes, principalmente os Haussós, e em menor proporção com os Nagôs, Gêges e outras nações: Outra prova, e esta de valor sociologico, de que foram os Haussás os principaes introductores do islamismo no Brasil, está na herança da indole guerreira deste povo, reviviscencia das lutas religiosas do Islam, na Africa, e causa principal dos varios movimentos sediciosos que a historiografia regista entre os negros no Brasil. Os ritos observam principios oriundos do Islã africano (Ramos, 1940, p. 81).

Artur Ramos, nas obras “as Culturas Negras no Novo Mundo” (1949) e “O Negro Brasileiro” (1940), descreve características de Islã hibridizado em sua teologia a crença num Deus único e superior (*Alá, Olorum-ulua*) e em Mariana (Mãe de Jesus Cristo). e não admitiam a adoração a ídolos, mas não se separaram de seus talismãs, Mandingas que “na sua maior parte, fragmentos ou versetos do Alcorão, escriptos em caracteres árabes, num pedaço de papel, pequenas tâbuas, ou em outros objetos que elles guardavam como gris-gris (Ramos, 1940, p. 83)”.

Os Malês receberam diversas denominações locais e variações que remeteram às origens árabes do Islã. No Rio de Janeiro foram chamados “alufás”, na Bahia, muçulmis ou malês, termo mais comumente reconhecido. Outros termos encontrados são: *amessulumi*, *mussurumni*, *mucurumnim*, *mussuruhi*, corruptelas do termo muçulmano *muslin*, registrados por Artur Ramos em suas pesquisas no Rio de Janeiro. Outras discussões remetem a origem ao termo *Malinké*, ou como corruptela dos termos de *Melle*, *Mellé*, *Malí ou Malal*, ou *Imalé*, expressão yorubana de cunho pejorativo, utilizada pelos Nagôs para designar os negros muçulmanos. (Querino, 1955; Ramos, 1940; Reis, 2023)

O Levante de 1835, obriga os malês de Salvador a migrarem para outros estados, como o Rio de Janeiro, devido à perseguição de Estado aos muçulmanos. Este episódio possui grande importância por transformar toda a dinâmica em torno da fé muçulmana a partir da ação do Estado para o silenciamento da vertente afro-brasileira da fé muçulmana.

SELEÇÃO DOS TERMOS E ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES

Os termos selecionados, ao observar sua associação direta com as características do culto Malê descritas nas obras de Manoel Raymundo Querino, Artur Ramos, Raimundo Nina Rodrigues, e João José Reis, às categorias desenvolvidas por Vanda Broughton são aplicadas posteriormente na estrutura do protótipo. os 63 termos selecionados e aplicados às categorias de Broughton são dispostas de acordo com o quadro a seguir:

Categorias		Termos
Atividades da Religião	→	Oração (Escritos)
Atividades da Religião	→	Ramadâ (Jejum)
Compreensão	→	Olorum-ulua
Muçulmana de Deus	→	
Deus, Compreensão	→	Alá
Muçulmana de Deus	→	
Educação Religiosa	→	Dawa
Grupo Étnico	→	Ashanti
Grupo Étnico	→	Árabe (Idioma, língua)
Grupo Étnico	→	Filanins, Fulani
Grupo Étnico	→	Haussá
Grupo Étnico	→	Malê
Grupo Étnico	→	Nagô
Grupo Étnico	→	Pehul
História da Fé (Tempo)	→	Diáspora Baiana
História da Religião	→	Revolta dos Malês
História da Religião	→	Revoltas, Levantes
Ibadah. Adoração	→	Jejum
Islâmica		
Local	→	Bahia
Local	→	Cuba
Local	→	Porto Alegre
Local	→	Recife
Local	→	Rio de Janeiro
Local	→	Rio de Janeiro (Cidade)

Local	→	Salvador
Organização e Administração da Religião	→	Ladane
Organização e Administração da Religião	→	Lemane
Organização e Administração da Religião	→	Lendas
Organização e Administração no Islã	→	Alufá
Pessoas e Objetos do Islã	→	Alcorão
Pessoas e Objetos do Islã	→	Hadith
Pessoas e Objetos do Islã - Profetas	→	Jesus Cristo (<i>Issa</i>)
Pessoas e Objetos na Religião	→	Qaṣīdat al-Burda (poema do Manto)
Pessoas e Objetos no Islã	→	Maomé
Pessoas e Objetos no Islã	→	Mariana (<i>Mariam</i>)
Pessoas e Objetos no Islã	→	Patuá (amuleto)
Pessoas e Objetos no Islã	→	Signo de Salomão
Pessoas e Objetos no Islã	→	Sunnah
Pessoas e Objetos no Islã	→	Suras
Pessoas e Objetos no Islã	→	<i>Tecelá</i>
Pessoas e Objetos no Islã	→	Xerife
Prática da Religião	→	Adoração Islâmica

Prática da Religião	→	Adultério (Casamento)
Prática da Religião	→	Caridade (Zakat)
Prática da Religião	→	Casamento
Prática da Religião	→	Casamento, Amuré
Prática da Religião	→	Celibato
Prática da Religião	→	Confissão (Shahada)
Prática da Religião	→	Educação
Prática da Religião	→	Fazer Sala
Prática da Religião	→	Feitiço
Prática da Religião	→	Funeral
Prática da Religião	→	Jejum (Sawm)
Prática da Religião	→	Oração (Ritual)
Prática da Religião	→	Oração (Salah)
Prática da Religião	→	Peregrinação (<i>Hajj</i>)
Prática da Religião	→	Poligamia (Casamento)
Prática da Religião	→	Sará
Práticas da Religião	→	Amuré
Religião e Sociedade	→	Ummah
Teoria e Filosofia da Religião	→	Anjos
Teoria e Filosofia da Religião	→	Demônios
Teoria e Filosofia da Religião	→	Jinns
Teoria e Filosofia da Religião	→	Satanás, Shaitaan
Teoria e Filosofia do Islã	→	Morte (conceito)

Os relacionamentos na presente obra obedecem à estrutura do sistema analítico sintético desenvolvido para a Classificação Decimal Universal. os relacionamentos organizadas/ representadas são: Adição, Range, coordenação, fase de comparação, fase de influência, fase de viés, fase de exposição e subgrupamento. O Quadro 11 apresenta símbolos notacionais e exemplos das relações.

Quadro 17 - Relacionamentos: Tipos, Notações e Exemplos.

Tipo de relacionamento	Notação	Exemplo
Adição	+	590+420 « Educação além da Religião'
Range	/	420/590 «o campo de disciplinas que vão da educação à religião'
Coordenação	:	590:420 'Religião e educação em relações coordenadas (recíprocas)''
Fase de comparação	=	590 = 420 'Comparação entre religião e educação'
Fase de influência	>>	590>>420 'A influência da religião na educação'
Fase de viés	<<	420<<590 'Religião para fins educacionais'
Fase de exposição	-	590-420 'Religião visto pela educação'
Subgrupamento	<	590<420 'Educação como parte da religião'

Fonte: Fatks, 2024.

O item capítulo trata da classificação da Religião Muçulmana, aplicando os termos referentes ao Culto Malê à estrutura FAT-HUM, desenvolvida no projeto FATKS.

PROTÓTIPO DE SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO ALFABÉTICO SISTEMÁTICO

Classes Principais do Islã (Culto Malê)

R8 A	<i>AQĀID</i> & <i>KALĀM</i> . PENSAMENTO MUÇULMANO
R8A4	Alá. Deus Segundo o Islã <i>Olorum-ulud</i> ¹⁶ . Nome de Deus Segundo O culto
R8A5	Malê Natureza de Deus e dos Seres Espirituais Seres Espirituais <i>Malaika</i> . Anjos <i>Shayatin</i> . Demônios <i>Jinns</i> <i>Shaitaan</i> .Satanás.
	Morte O morto Vida pós-morte
R8C	HISTÓRIA DO CULTO
	Diásporas Diáspora Baiana
	Revoltas, Levantes Levantes dos Malês Levantes no século XIX Levantes Haussás Levantes Nagôs
R8E	PESSOAS E OBJETOS DO ISLÃ Livros Sagrados

¹⁶ Querino(1940) e Ramos (1955) denota Olorum como uma forma sincrética de divindade (Olorum e Alá). No presente protótipo, identificamos como um dos nomes de Deus, segundo os Malês.

R8E23

Quran. Alcorão. Livro Sagrado.

Suras

R8E24

Sunnah

Hadith

Literatura não-religiosa

Qaṣīdat al-Burda (poema do Manto)

Lendas

Objetos de Culto

Talismãs

Patuá

Signo de Salomão

Tecebá

Pessoas

Muhammad. Maomé. Fundador da Religião

Issa, Al-Masīḥ. Jesus Cristo, o Messias

Ibn Mariam. Jesus Cristo, Filho de Maria

Nabi. Jesus Cristo como Profeta.

Mariam. Mariana. Maria, mãe de Jesus Cristo¹⁷.

<Pessoas da religião como Agente>

Muçulmano

Malê

Malês de Linhagem Africana

Malês de Linhagem Chádica

Haussás

Malês de Linhagem Yorubana

Nagôs

Malês de Linhagem Mandê

Malinkes

R8 H

PACIENTES DO ISLÂ

R8 J

IBADAH. ADORAÇÃO ISLÂMICA

Arkān al-Islām. Pilares do Islã

Shahada. Confissão

Zakat. Caridade

¹⁷ Querino denota Maria, Mãe de Jesus Cristo, como espécie de divindade. Contudo, o Islã não denota pessoas de tal natureza.

Sawn. Jejum
Salah. Oração
Oração (Ritual)
Oração (Escritos)
Hajj. Peregrinação¹⁸

Cerimônias e Rituais

Amurâ. Nikkah Casamento como Ritual
Janażgħ. Ritos fúnebres. Funeral

Casamento e Família

Adultério
Celibato
Poliginia¹⁹

Adoração Islâmica

Ramadã (Jejum)

Educação Islâmica

Misticismo

Feitiço Malê

R8 K PROCESSOS NO ISLÃ
Processos no Culto Malê

R8 M O ISLÃ CARACTERIZADO POR VÁRIAS
PROPRIEDADES

R8 N ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO NO ISLÃ
Oficiais da Religião
Alufá
Ladane (autoridade)
Lemane (autoridade)

¹⁸ Explicar sobre como o contexto local interfere diretamente no cumprimento (ou não cumprimento) desta e outras prescrições.

¹⁹ Poliginia é expressão correta, uma vez que não existem possibilidades de que uma mulher tenha mais que um marido no Islã.

Xerife (autoridade)

TABELA AUXILIAR COMUM DE PESSOAS

As regras da Tabela Auxiliar Comum de Pessoas derivam dos auxiliares comuns da Classificação Decimal Universal (CDU) e têm como objetivo indicar pessoas e suas características. Os auxiliares representados por (K...) são aplicáveis às tabelas principais, especialmente quando o aspecto pessoal é secundário em relação ao assunto tratado. Caso um determinado assunto na tabela principal não possua subdivisões ou auxiliares especiais para o aspecto pessoal, o próprio (K...) pode ser utilizado para representá-lo. Por exemplo, os papéis de agente e paciente podem ser distinguidos por meio dos códigos (K01) ou (K02). Se a tabela principal já contemplar um espaço para o aspecto pessoal, as subdivisões podem ser diretamente acrescentadas a esse número. No quadro a seguir, apresentam-se regras, notações e facetas relacionadas a esses auxiliares

(K...)

TABELA DE AUXILIARES COMUNS DE PESSOAS

(K0...)	PESSOAS DE ACORDO COM O PAPEL	(K01) Pessoas como agentes, realizadores, praticantes (K02) Pessoas como alvos, clientes, usuários
(K3)	Pessoas de acordo com a idade ou faixas etárias	
(K4)	Pessoas de acordo com a etnia características, nacionalidade	
(K5)	Pessoas de acordo com o sexo e parentesco	(F51/E53) Pessoas de acordo com ao sexo (F55/E57) Pessoas de acordo com à família (K55) Pessoas em situação de parentalidade ou relação ascendente. Antepassados. Antepassados (K56) Pessoas filiais ou relação descendente (K57) Pessoas em garantia relação
(K6)	Pessoas de acordo	(K61) Pessoas de acordo com a constituição geral,

	com a constituição, saúde, disposição, traços hereditários ou outros	disposição ou caráter (K62) Pessoas de acordo com ao estado físico e à saúde (K63) Pessoas de acordo com a inteligência e ao estado mental ou psicológico (K64) Pessoas de acordo com ao temperamento, predisposição (K67) Pessoas de acordo com as suas características herdadas, constituição (K68) Pessoas de acordo com aos seus hábitos, comportamentos, atitudes adquiridos
(K7)	Pessoas de acordo com a ocupação, trabalho, subsistência, educação	(K71) Pessoas de acordo com ao trabalho, ao emprego, ao estatuto administrativo (K75) Pessoas em relação ao local de trabalho, local de trabalho (K76) Pessoas de acordo com ao domicílio e sua relação com o trabalho ou outra atividade (K77) Pessoas de acordo com as fontes de renda ou seguros (K78) Pessoas de acordo com à educação, formação, experiência (K79) Pessoas de acordo com as funções executivas
(K8)	Pessoas de acordo com o social classe, estado civil	(K81) Pessoas de acordo com a classe social ou status (K83) Pessoas de acordo com as categorias económicas (meios, segurança, outros direitos) (K85) Pessoas pertencentes às categorias socioeconómicas marginais. Grupos marginais (K86) Vítimas das circunstâncias (K87) Pessoas dependentes. Dependentes (K88) Pessoas conforme o casamento, família ou outro estado civil

Fonte: Projeto FATKS, 2024

TABELA AUXILIAR COMUM DE LÍNGUA

Os auxiliares comuns de língua indicam a língua ou forma linguística de um documento cujo assunto é dado por um número principal. (CDU, 2024)

(A)	AUXILIARES COMUNS DE LÍNGUAS	
(A-0)	Origens e	(A-00) Poliglota. Poliglota

	períodos da linguagem. Fases de desenvolvimento	
(A-2)	Originais ou suas adaptações (não traduzidas)	
(A-30)	Documentos traduzidos. Traduções	
(A1/A8)	Línguas naturais	
(A1/A9)	Línguas (naturais e artificial)	
(A1/A2)	Línguas indo-europeias	(A11) Línguas germânicas (A111) Inglês (A112) Outros germânicos ocidentais Idiomas (A113) Germânico do Norte Línguas (nórdicas) (A114) Línguas germânicas orientais (A12) Línguas itálicas (A123) Faliscano (A124) Latim (A13) Línguas românicas (A14) Grego (Helênico) (A15) Línguas celtas (A16) Línguas eslavas (A17) Línguas bálticas
(A21/A22)	Línguas indo-iranianas	(A21) Línguas índicas (A22) Línguas iranianas (A23) Nuristani (Kafiri) (A29) Indo-europeu morto idiomas (não listados em outro lugar)
(A34)	Línguas mortas de filiação desconhecida, falado no mediterrâneo e perto leste (exceto semita)	
(A35)	Línguas caucasianas	
(A41)	Línguas afro-asiáticas (hamito-semíticas)	(A411) Línguas semíticas (A412) Egípcio-copta (A413) Línguas berberes (A414) Línguas chádicas (A415) Línguas cuchitas (A416) Línguas omóticas (A419) Outros idiomas afro-asiáticos

(A42)	Línguas nilo-sarianas		
(A43)	Congo-cordofaniana (niger-cordofaniana) línguas		
(A45)	Línguas khoisan		
(A51)	Línguas uralo-altaicos		
(A55)	Línguas paleo-siberianas		
(A56)	Línguas esquimo-aleutas		
(A57)	Línguas dravidianas		
(A58)	Línguas sino-tibetanas		
(A61)	Línguas austro-asiáticas	(A612) (A613) (A614)	Línguas mon-khmer Línguas Munda Grupo Nicobarese
(A62)	Línguas austronésias		
(A71)	Línguas indo-pacíficas (não-austronésias)		
(A72)	Idiomas australianos		
(A81/A82)	Línguas indígenas norte-americanas		
(A87)	Línguas indígenas da américa central e do sul		
(A9)	Linguagens artificiais		

Fonte: Projeto FATKS, 2024.

TABELA AUXILIAR COMUM DE TEMPO

As regras da Tabela Auxiliar Comum de Tempo visam indicar a data ou tempo associado a um assunto representado por um número de uma classe principal. Essas regras abrangem diversos conceitos temporais, incluindo o calendário cristão e sistemas não cristãos de contagem de tempo, bem como outras noções, como as estações do ano e o tempo geológico. Na notação de calendário, os elementos de magnitudes diferentes (ano, mês e dia) são separados por pontos. A base para a indicação do tempo é o calendário cristão, mas a Tabela Auxiliar Comum também prevê a representação de sistemas não cristãos de contagem de tempo. Além disso, a numeração não-hierárquica é introduzida pelo asterisco, como exemplificado em (F327*) para meses. As regras da notação incluem o indicador de faceta representado por (F...) seguido de algarismos de 1 a 9. Nos demais casos, ocorre um ponto após cada três dígitos, conforme é usual na Classificação Decimal Universal (CDU).

AUXILIARES COMUNS DE TEMPO		
(F:0/F: 2)	Datas e Intervalos de Tempo (Ad) no Cristão Convencional (Gregoriano) Reckoning	
(F3/F7)	Hora Divisões Diferentes das Datas no Cálculo Cristão (Gregoriano)	
(F3)	Divisões e Subdivisões de Tempo Convencionais: Numeradas, Nomeadas, Etc.	<p>(F31) Indicações gerais de tempo (F32) O ano. Estações e outras divisões do ano (F33) O mês. Subdivisões do mês (F342) Nomeado dias da semana (F34) Dias. Horas ou horários do dia (F36) Tempos de paz, guerra, perigo, emergência, dificuldades (F37) Hora de atividade de trabalho, ocupação, produção, rotina diária (F38) Férias. Ocasiões festivas e</p>

		comemorativas
(F4)	Duração. Tempo. Período. Prazo. Idades e Faixas Etárias	
(F5)	Periodicidade. Frequência. Recorrência em Intervalos Especificados	
(F6)	Geológico Divisões Arqueológicas e Culturais Do Tempo	

Fonte: Projeto FATKS, 2024.

TABELA AUXILIAR COMUM DE GRUPOS ÉTNICOS

As regras da Tabela Auxiliar Comum de Grupos Étnicos têm origem nos auxiliares comuns da Classificação Decimal Universal (CDU) e possibilitam indicar grupos de pessoas com base em sua etnicidade (raça), linguagem e nacionalidade. Esses auxiliares derivam principalmente dos auxiliares de língua (representados por “A...”). Eles permitem distinguir grupos linguístico-culturais, como exemplificado pelo código (E111) para povos de língua inglesa, em contraste com as pessoas que residem na Inglaterra (código E: D4101) (Fakts, 2024)

(E)	AUXILIARES COMUNS DO GRUPO ÉTNICO
(E:D1/D9)	Povos associados com lugares específicos, por exemplo, (E: D4) Europeus combinação com tabela (D) Lugar
(E-5)	Raças coloniais e povos
(E-81)	Aborígenes - Raças e povos
(E-82)	Indígenas. Nativo, local, habitantes nascidos no local

E-86)	Raça em senso convencional		
E11/E19)	Caucasianos, Raças brancas em geral		
(E11/E2)	Raças e povos indo-europeus		
(E11/E8)	Raças, povos e Grupos linguístico cultural Variados	(E11) Raças e povos Germânicos (E111) Raças e povos falantes da língua inglesa (E13) Raças e povos românicos e latinos (E16) Raças e povos eslavos	
(E2/E8)	Orientais, Africanos e outras raças e povos não-brancos	(E21) Raças e Povos índicos (E41) Raças e povos afro asiáticos (E5123) Raças e povos Mongólicos, Mongóis (E62) Austronésios (E72) Raças e povos Australianos. Povos Aborígenes Australianos (E81/E82) Povos Ameríndios Norte Americanos (Indígenas Americanos) (E87) Povos ameríndios da América Central e Central e do Sul	

Fonte: Projeto FATKS, 2024

TABELA AUXILIAR COMUM DE LUGAR

Os auxiliares comuns de Lugar têm a função de indicar o âmbito geográfico, a localização ou outros aspectos espaciais relacionados a um assunto representado por um número de uma classe principal). Esses auxiliares, derivados da CDU, são frequentemente utilizados após uma notação de assunto. Também é possível a representação do mesmo assunto sob diferentes perspectivas a partir do estabelecimento de relações. Utilizando o exemplo do presente protótipo:

- **R8(D81) - Religião Muçulmana – Brasil: Indica o Islão no Brasil segundo local.**
- **R8(K01):(D81) - Muçulmanos no Brasil - Indica a perspectiva segundo comunidade de praticantes da religião.**

Os auxiliares de lugar também podem ser interpolados para obter uma sequência desejada. Por exemplo:

- **R8(D81) Islã no Brasil**
- **R8(D81): 51**

Auxiliares de lugar podem ser usados sozinhos para classificar alguns tipos de documentos onde o aspecto do lugar seja o único relevante a ser considerado, como caso de alguns mapas. Na Seção política da tabela (4/9), a subdivisão ocorre até municípios, departamentos ou unidades administrativas equivalentes. Unidades menores podem ser representadas de duas maneiras:

- 1. Usando os auxiliares especiais em (1-2) e (1-3).**
- 2. No número para a unidade de nível mais alto (país, estado) ou naquele para a unidade de nível mais baixo (condado, departamento, etc.).**

AUXILIARES COMUNS DE LUGAR		
(D-0/D-9) Lugar e espaço em geral. Localização. Orientação (D-1) Orientação. Pontos da bússola. Posição relativa (D-2/D-4) Unidades políticas. Unidades administrativas (D-2) Unidades administrativas mais baixas. Localidades. Incluindo: Distritos (Reino Unido). Comunas (França). Gemeinden (Alemanha) (D-3) Unidades maiores no estado (D-4) Unidades de nível mais alto (estadual). Nações. Estados. Das confederações (D-5) Territórios dependentes ou (D-6) Estados ou agrupamentos de Estados de vários pontos de vista (D-7) Áreas e esferas de atividade privada ou coletiva (D1-8) Localização. Fonte. Trânsito. Destino (D-9) Regionalização de acordo com pontos de vista especializados		
(D100)	Universal em relação ao local. Internacional. Todos os países em geral	(D15) O universo Celestial ou o espaço cósmico, em geral. Localidades no espaço, ou Extraterrestres (D16) Lugares e Áreas da Terra de acordo com coordenadas (D18) Medidas ou dimensões espaciais

D2)	Designação Fisiográfica	(D20) Ecosfera (D21) Surface of the Earth in general. Land areas in particular. Natural zones and regions (D23) Above sea level. Surface relief. Above ground generally. Mountains (D24) Below sea level. Underground. Subterranean (D25) Natural flat ground (at, above or below sea level). The ground in its natural condition, cultivated or inhabited (D26) Oceans, seas, and interconnections (D28) Inland waters (D289) Brackish waters (D29) The world according to physiographic features
(D3)	Lugares do Mundo Antigo e Medieval	(D309) Legendary countries. Conjectural countries. Places of uncertain existence, e.g. Atlantis. Fabulous lands (D31) Ancient China and Japan (D32) Aegyptus. Ancient Egypt (D33) Judaea. The Holy Land. Region of the Israelites. Including: Jerusalem. Nazareth. Bethlehem. Sichem. Jericho (D34) Ancient India (D35) Medo-Pérsia (D36) Regions of the so-called barbarians (D37) Italia. Ancient Rome and Italy (D38) Graecia. Ancient Greece (D391) Graeciae insulae (D392) Ásia Minor occidentalis. Including: Phrygia. Tróia (Troy). Lydia (D393) Ásia Minor orientalis. Including: Cappadocia. Cílacia. Cyprus (D394) Ancient Syria. Phoenicia. Palaestina. The Hittites. Arábia (D395) Ásia septentrionalis occidentalis. Including: Scythia. Colchis. Armenia (D396) Ásia meridionalis centralis. Including: Hyrcania. Bactria (D397) Ancient Africa. Including: Mauretania. Numídia. Karthago (Carthage). Libya. Aethiopia (D398) Europa meridionalis orientalis. Including: Dacia. Vindelicia. Rhaetia. Noricum. Pannonia. Illyria. Dalmatia (D399) Other regions. Ancient geographical divisions other than those of classical antiquity
(D4/D9)	Países e Lugares do Mundo Moderno	(D4) Europe (D5) Ásia (D6) África (D7) North and Central America (D8) South America. States and regions of South America. Latin America (D9) States and regions of the South Pacific and Australia. Arctic. Antarctic

Fonte: Projeto FATKS, 2024

TABELA AUXILIAR COMUM DE FORMA

Auxiliares comuns de forma indicam “forma ou apresentação de um documento que trata de um assunto representado por um número principal”. Eles não são usados para representar um assunto do documento (CDU, 2024)”. Nota: Os auxiliares comuns de forma indicam a História apresentada como um filme. Quando houver necessidade de exprimir mais de um aspecto de forma, dever-se-á distinguir entre forma interna, quando a forma influencia o assunto (por exemplo, uma apresentação histórica) e forma externa aquela que expressa apenas as características físicas do suporte da informação (por exemplo, uma gravação de som). Independentemente da ordem numérica, a forma interna deverá ocorrer junto do assunto, antes de se exprimir a forma externa. [...] Teatro - forma histórica de apresentação - gravação de som (história do teatro em gravação sonora). Ordem de citação: estes auxiliares são usados normalmente após uma notação de assunto, mas, se desejarmos, todos os documentos que tenham a mesma forma física ou de apresentação do assunto (ou suas variantes) podem ser agrupados sob o auxiliar de forma adequada (CDU, 2024).

(B-...)	Características físicas, características de produção e utilização, complementares matéria, etc.	
(B-2)	Documentos segundo a forma Física, Externa	(B-21) Documentos de acordo com escopo e tamanho (B-22) Documentos de acordo com a cor e transparência (B-23) Documentos de acordo com o seu material (substância) (B-24) Documentos de acordo com sua impressão espacial (B-25) Documentos conforme ilustração (B-26) Documentos de acordo com a sua vinculação (B-27) Tipo de edição (B-28) Documentos defeituosos (B-29) Documentos com outras características físicas
(B-3)	Documentos de acordo com o método de	(B-32) Manuscrito documentos (autógrafos, cópias holográficas). Manuscritos. Pictórico documentos (desenhos, pinturas)

	produção	(B-33) Scripts datilografados. Impressões (B-34) Documentos legíveis por máquina (B-35) Exemplares. Reproduções. Documentos duplicados (B-36) Documentos impressos (B-38) Obras multi-part, multivolume
(B-4)	Documentos por estágio de produção	
(B-5)	Documentos para tipos específicos de usuário	
(B-6)	Documentos segundo onde acordo com o nível de apresentação e disponibilidade	
(B-7)	Matéria suplementar emitida com documento	
(B1)	Bibliografias	
(B2)	Livros em geral	
(B3)	Obras de referência	
(B4)	Separações não seriais. Separata	
(B5)	Publicações seriadas. Periódicos	
(B6)	Publicações de sociedades, organizações	
(B7)	Documentos para instrução, ensino, estudo, treinamento	
(B8)	Obras colecionadas e poligráficas. Formas. Listas. Ilustrações. Publicações empresariais	(B81) Poligrafias individuais. Obras reunidas de autores individuais (B82) Poligrafias coletivas. Coletâneas de obras de diversos autores (B83) Técnica e normativa Documentos. Tabelas. Listas, etc. (B84) Imagens. Documentos Pictóricos. Documentos gráficos (B85) Publicações de empresas (industriais, comerciais). Publicidade comercial, informação, material publicitário (B86) Tridimensional documentos (sólidos). Documentos áudio e audiovisuais (B88) Atestados. Propósito especial Documentos (B893) Curiosidades. Miscelânea. Vários.

	Anedotas. FaceTime. Aforismos. Máximas etc
(B9)	Forma interna. Apresentação em forma histórica. Fontes legais e históricas

Fonte: Projeto FATKS, 2024.

ÍNDICE

Termos	Categorias/ notação
Ashanti	→ Grupo Étnico R8(E41: D81)
Adoração Islâmica	→ Ibadah. Adoração Islâmica R8J3
Alá	→ Deus, Compreensão Muçulmana de Deus R8A4
Alcorão	→ Pessoas e Objetos do Islã R8E23
Alufá	→ Organização e Administração no Islã R8N263/ R8N25
Amurê	→ Ibadah. Adoração Islâmica. Cerimônias e Rituais. Casamento. R8J55
Anjos	→ Teoria e Filosofia da Religião. Seres Espirituais/ Anjos R8A5961
Árabe (Idioma, língua)	→ Auxiliares comuns de Língua
Bahia	→ Auxiliares Comuns de Lugar - Américas - América do Sul - Brasil - Bahia (D813)
Caridade (Zakat)	→ Ibadah. Adoração Islâmica R8J16
Casamento	→ Ibadah. Adoração Islâmica R8J15
Celibato	→ Ibadah. Adoração Islâmica R8J1477
Shahada	→ Ibadah. Adoração Islâmica - Princípios do Islã - Confissão R8J433
Cuba	→ Auxiliares Comuns de Lugar (D7291) Muçulmanos Afro-Cubanos R8(E41: D7291)

Termos	Categorias/ notação	
Dawa	Ibadah. Adoração Islâmica	R8N66
Demônios	Teoria e Filosofia da Religião	R8A59651
Diáspora	História da Fé (Tempo)	R8C
Baiana		
Educação	Ibadah. Adoração Islâmica	R8J17
Educação Islâmica	Ibadah. Adoração Islâmica	R8J172
Feitiço	Ibadah. Adoração Islâmica	R8J45
Filanins, Fulani	Grupo Étnico	R8(E41: D81)
Funeral	Prática da Religião	R8J57
Hadith	Pessoas e Objetos do Islã	R8E23
Haussá	Grupo Étnico	R8(E41:D81)
Jejum (Sawn)	Ibadah. Adoração Islâmica	R8J14247
Jesus Cristo (Issa)	Pessoas e Objetos do Islã - Profetas	R8E32
Djíns	<i>Aqaid & Kalam.</i> Pensamento Muçulmano. Teoria e Filosofia do Islã. Seres espirituais.	R8A596
Ladane	Organização e Administração da Religião	R8N265 / R8N25
Lemane. Iman	Organização e Administração no Islã	R8N262
Lendas	Organização e Administração da Religião	
Malê	Grupo Étnico Muçulmanos Afro-Brasileiros	R8(E41: D81)
Maomé	Pessoas e Objetos no Islã	R8E31
Mariana (Mariam)	Pessoas e Objetos no Islã	R8E
Morte (conceito)	Teoria e Filosofia do Islã	R8A86
Nagô	Grupo Étnico Muçulmanos Brasileiros de Origem Nagô	R8(E41: D81)

Termos		Categorias / notação	
Olorum- uluá	→	Alá. Muçulmana de Deus sob a perspectiva dos malês	Compreensão R8A442(E041: D81)
Oração (Escritos)	→	Ibadah..Adoração Islâmica	R8
Oração (Ritual)	→	Ibadah..Adoração Islâmica	
Oração (Salah)	→	Ibadah..Adoração Islâmica.	
Patuá (amuleto)	→	Pessoas e Objetos no Islã	
Pehul <i>Hajj</i>	→	Grupo Étnico Ibadah..Adoração Islâmica - Princípios do Islã - Peregrinação	R8(E41: D81)
Poligamia	→	Ibadah. Adoração Islâmica. Casamento e Família. - Poliginia.	
Porto Alegre	→	Auxiliares Comuns de Lugar - Américas - América do Sul - Brasil - Rio de Janeiro	
Qaṣīdat al- Burda (poema do Manto)	→	Pessoas e Objetos na Religião	
Ramadã (Jejum)	→	Atividades da Religião	
Recife	→	Auxiliares Comuns de Lugar - Américas - América do Sul - Brasil - Pernambuco	
Revolta dos Malês	→	História da Religião	
Revoltas, Levantes	→	História da Religião	
Rio de Janeiro	→	Auxiliares Comuns de Lugar - Américas - América do Sul - Brasil - Rio de Janeiro	

Termos	Categorias/ notação		
Rio de Janeiro (Cidade)	→	Auxiliares Comuns de Lugar - Américas - América do Sul - Brasil - Rio de Janeiro	
Salvador	→	Auxiliares Comuns de Lugar - Américas - América do Sul - Brasil - Bahia - Salvador	
Sará	→	<i>Ibadah.</i> Adoração Islâmica	
<i>Shaitaan.</i>	→	Teoria e Filosofia da Religião	R8A59652
Satanás.			
Signo de Salomão	→	Pessoas e Objetos no Islã	R8E78
Sunnah	→	Pessoas e Objetos no Islã	R8E24
Suras	→	Pessoas e Objetos no Islã	R8E23
<i>Teeebá</i>	→	Pessoas e Objetos no Islã	R8E74
Ummah	→	Religião e Sociedade	
Xerife	→	Organização e Administração no Islã	R8N261

AVALIAÇÃO DO ESQUEMA

A dissertação de Messa (2017) descreve os critérios mais utilizados na avaliação de linguagens documentárias, utilizadas também na avaliação de esquemas de classificação bibliográfica. Estes critérios subdividem-se em Planejamento, domínio do conhecimento, forma de apresentação, unidade linguística, tipos de relações, e notas de escopo. Neste sentido, a avaliação do presente esquema de classificação bibliográfica segue metodologia adaptada a Messa (2017), selecionado como critérios:

1. **Planejamento:** apresentação formal, Flexibilidade do Sistema, Idioma e uso de Abreviaturas;
2. **Domínio do Conhecimento:** Estrutura do conhecimento, Especificidade, Categorização dos

- termos;
3. **Forma de Apresentação:** Sistemática ou alfabética;
 4. **Unidade Lingüística;**
 5. **Relações:** Tipos de relações utilizadas;
 6. **Notas de escopo;**
 7. **Princípios Teóricos e Metodológicos.**

Durante a construção do esquema, optou-se pela estrutura da *Facet Analytical Theory for Humanities* (FAT-HUM), protótipo desenvolvido no projeto FATKS pela equipe de Vanda Broughton na Escola de Estudos da Biblioteca, Arquivo e Informação da UCL. A escolha justifica-se pela reconhecida eficiência de sistemas analítico-sintéticos, mais precisamente, sistema analítico-facetados na construção de estruturas de esquemas de classificação bibliográfica.

Broughton afirma que “Classificações desse tipo fornecem ferramentas eficazes para o gerenciamento de vocabulário, descrição e recuperação de documentos. Análise de facetas fornece um método que é, em teoria, apropriado para a gestão de terminologias e conceitos em uma variedade de ambientes (Broughton, 2002)²⁰“. As vantagens da abordagem facetada se observam na previsibilidade de sua estrutura formal, na hospitalidade e flexibilidade do Sistema.

Quanto ao vocabulário, a apresentação do esquema utilizou-se de expressões próprias da comunidade muçulmana. No caso do Islã, observa-se o cuidado do uso da terminologia transliterada do Árabe, seguido da categoria em português, como no exemplo da faceta ***Aqaid e Kalām. Teoria e Filosofia segundo o Islã.*** Nisto, consulta-se o vocabulário utilizado na dissertação de Idrees²¹, *Development of a Classification Scheme for Islam* (2012). Mais precisamente do Culto Malê, consulta-se a terminologia presente nas obras de Querino (1940), Ramos (1955) e Reis (2023).

²⁰ BROUGHTON, Vanda. *Facet analytical theory as a basis for a knowledge organization tool in a subject portal*. [S.l.], 2002.

²¹ IDREES, Haaron. *Development of a Classification Scheme for Islam*. Dissertação: Universidade de Berlim. 2012.

REFERÊNCIAS

UDC Summary. disponível em: <https://udcsummary.info/php/index.php>. Acesso em: 04 abr 2024.

BLISS CLASSIFICATION ASSOCIATION. **Bibliographic Classification 2nd Edition.** [S.l.], 2024.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. **Instrumentos de Representação Temática da Informação I.** Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/718032>. Acesso em: 04 abr. 2024.

QUERINO, Manuel Raymundo. **A raça africana e seus costumes na Bahia.** Salvador: Editora Livraria Progresso, 1955.

REIS, João José. Os malês segundo ‘Abd Al-Rahmān Al-Baghdādī, um imã otomano no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História**, [s.l.], v. 43, n. 93, p. 355–396, maio 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-93472023v43n93-17>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente obra é uma consequência da pesquisa anterior sobre a organização do conhecimento de culturas periféricas, que apresenta um diagnóstico sobre a classificação de culturas não hegemônicas nos esquemas de classificação bibliográfica mais utilizados no mundo. Na realidade, avaliam-se abordagens classificatórias na Organização do Conhecimento de Saberes oriundos de culturas advindas de sociedades não hegemônicas no contexto ocidental. Neste sentido, estruturas classificatórias enumerativas presentes em esquemas como a BC1 possuem uma claro favorecimento da perspectiva/ cosmovisão Judaico-Cristã, com biases culturais referentes a:

- as relações hierárquicas difusas para assuntos da mesma natureza,
- baixo número de notações prontas.
- Falta de atualização sobre assuntos emergentes ao conhecimento muçulmano.
- A dificuldade na notação de assuntos complexos
- O enviesamento à cosmovisão judaico-cristã Ocidental
- O evidente discurso majoritário expresso na estrutura hierárquica do sistema.

A Revisão da *Bibliographic Classification* é um exemplo das possibilidades da abordagem classificatória analítico-facetada na construção, atualização ou revisão de classificações que apresentam vieses em assuntos referentes a culturas periféricas. Com a adoção da Análise Facetada, fruto do trabalho de Jack Mills, Vanda Broughton e sua equipe, utilizando as categorias desenvolvidas pelo CRG a partir das categorias de Ranganathan soluciona biases culturais na classe Religião. Quanto à estrutura, a aplicação das categorias permite o tratamento igualitário entre as religiões e oferece maior hospitalidade de assuntos. Contudo, permanecem problemas referentes ao uso e sentido do vocabulário, fortemente orientado às religiões judaico-Cristãs.

O produto da pesquisa *Protótipo de um sistema de organização do Conhecimento Alfabetico Sistemático* a aplicação da Análise Facetada na classificação do Islã Negro Brasileiro, segundo estrutura FATKS desenvolvida por Vanda Broughton demonstra a viabilidade da Análise Facetada como metodologia para a classificação de conhecimentos não-hegemônicos e/ou periféricos, na criação e atualização de esquemas de classificação bibliográfica. Por sua vez, a Análise de Domínio é fundamental na seleção da terminologia e no vocabulário controlado, seguindo perspectivas de grupos sociais ou autores periferizados, trazendo à superfície conhecimentos subalternizados/ periferizados. No protótipo, são utilizadas as perspectivas do Islã Negro do Século XIX por Manuel Raymundo Querino. Vale ressaltar a importância do trabalho colaborativo dos grupos de pesquisa na consolidação de teorias para novas abordagens para classificação.

O desenvolvimento da pesquisa nos trouxe outras perguntas para prosseguimento posterior: Como resolver o problema da terminologia: Utilizar a terminologia mais utilizada, os termos da cultura representada, ambas? E como traduzir os sentidos de determinada cultura às categorias desenvolvidas a partir de perspectivas ocidentais? Como resolver o problema da representação de culturas periféricas? Como estabelecer diferenças e intersecções entre periférico e não-hegemônico, e, quais culturas muçulmanas podem ser enquadradas como periféricas?

A inclusão e a representatividade de grupos sociais são fundamentais na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Dentre os 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável, destaca-se o quarto eixo de ação, que visa promover “sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência”. A ONU destaca a interligação inseparável entre desenvolvimento sustentável e paz, enfatizando que um não pode existir sem o outro (ONU, 2015). Nesse contexto, a defesa e promoção da diversidade cultural desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade justa e inclusiva. No interior das Relações Sociais de Poder, e muito além dos contextos histórico-sociais, o silenciamento de culturas de comunidades minorizadas parte da construção de uma realidade construída a partir de processos de Hegemonia e Resistência sociais. Neste sentido, a subjugação e o domínio sobre o que se produz e o que é produzido advém do controle das informações publicizadas sobre tais comunidades.

No cenário brasileiro, a realidade social é permeada por estas dinâmicas que atuam como mecanismos de controle social, fundamentadas em relações de poder, hegemonia e dominação. É importante ressaltar que nestas dinâmicas de poder, o pensamento não é meramente uma representação direta do mundo real, mas sim uma das diversas expressões possíveis derivadas da multiplicidade de grupos sociais que, geram e são objetos de conhecimento que expressam sua cultura e valores.

Somente com a aquisição do conhecimento através da educação podemos mover nossas estruturas internas, modificando, pelo menos um pouco, nossas formas de ver o outro. Neste sentido, conhecer a fundo expressões culturais e valores diferentes dos nossos, pode nos levar a exercitar o respeito a diferentes formas de ser, e a diversidade de formas de fé e de reconhecer o mundo. Contudo, este ainda é um projeto de longo prazo, de avanços e recuos sucessivos, a passos curtos, e necessários na construção de um mundo melhor.

A reflexão proposta durante a pesquisa é permeada pela necessidade da Organização do Conhecimento com vistas a recuperação da informação de saberes subalternizados a partir de mecanismos de poder utilizados por grupos sociais hegemônicos que visam a perpetuação de seu próprio domínio social. A partir das mesmas estratégias de hegemonia, surgem formas de resistência destes grupos sociais, visando a publicização de suas obras, costumes, enfim, sua identidade.

REFERÊNCIAS

- AHJUM, Gadija. Re-constructing a religious identity through activism in an Islamist movement: experiences of female members of Qibla. *Journal for Islamic Studies*, [s.l.], v. 33, n. 1, p. 151-184, 2013.
- ARBOIT, Aline Elis. Representação do Conhecimento como ato ideológico. *Logeion: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 154-166, 2017.
- AZEVEDO, Cristiane. A procura do conceito de Religio: entre o relegere e o religare. *Religare: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões* da UFPB, João Pessoa, v. 7, n. 1, 2010.
- BARITÉ, Mario et al. Garantía literaria: elementos para una revisión crítica después de un siglo. *TransInformación*, Campinas, v. 22, n. 2, 2010.
- BARITÉ, Mario. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. *Palabra clave*, Montevideo, v. 1, n. 1, p. 02-11, 2011.
- BARITÉ, Mario Guido. Garantía cultural: avance de elementos teóricos y metodológicos para su aplicación. In: *Actas del IV Congreso ISKO España-Portugal 2019, XIV Congreso ISKO España*. Sociedad Internacional para la Organización del Conocimiento (ISKO)-Capítulo Ibérico, 2020. p. 475-483.
- BERNARDO, A. O legado de negros muçulmanos que se rebelaram na Bahia antes do fim da escravidão. *BBC News Brasil*, maio, 2018.
- BLISS, Henry Evelyn. *A bibliographic classification: extended by systematic auxiliary schedules for composite specification and notation*. H.W. Wilson Company: New York, 1952.
- BLISS, Henry Evelyn et al. *The abridged Bliss classification: the Bibliographic classification of Henry Evelyn Bliss revised for school libraries by the Bliss Classification Working Party*. School Library Association: Reino Unido, 1970.

BLISS, Henry Evelyn. **The organization of knowledge and the system of the sciences.** Henry Holt and Company: Nova York, EUA 1931.

BLISS, Henry Evelyn. **The organization of knowledge in libraries and the subject.** H.W. Wilson Company: New York, 1933.

BOURCHARDT, Dietrich Hans. The Bibliographic Classification of Henry Bliss: An Interpretation. **The Australian Library Journal**, Kingston, Austrália, v. 7, n. 4, p. 123-127, 1958.

BROUGHTON, Vanda. A new classification for the literature of religion. **International cataloguing and bibliographic control**, Jerusalem; v. 4, n. 29, p. 59-61, 2000.

BROUGHTON, V. Concepts and Terms in the Faceted Classification: the Case of UDC. **Knowledge Organization**, Copenhagen, v. 37, n. 4, p. 270–279, 2010. DOI 10.5771/0943-7444-2010-4-270.

BROUGHTON, Vanda. **Essential classification**, Neal Schuman Publishers, New York. 2004.

BROUGHTON, Vanda. Faceted classification in support of diversity: the role of concepts and terms in representing religion. **The Indexer: The International Journal of Indexing**, Liverpool, v. 38, n. 3, p. 247-270, 2020.

BROUGHTON, Vanda. The need for a faceted classification as the basis of all methods of information retrieval. **Aslib proceedings**, Yorkshire, v.58, n. 1/2, p. 49-72, 2006.

BROUGHTON, Vanda. Henry Evelyn Bliss. **ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization**, [S.l.], 2020.

CAFÉ, Lígia Maria Arruda; BRÄSCHER, Marisa. Organização da informação e bibliometria. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, p. 54-75, jan. 2008.

CARLAN, E.; MEDEIROS, M. B. B. Sistemas de organização do conhecimento na visão da ciência da informação. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 4, n. 2, 2011.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 53-76, 2008.

COUTINHO, José Pereira. Religião e outros conceitos. **Sociologia**, Porto, v. 24, p. 171-193, 2012.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 1978. DOI: 10.18225/ci.inf.v7i2.115.

DE SANTIS, Rodrigo; GNOLI, Claudio. Expressing Dependence Relationships in the Integrative Levels Classification Using OWL. In: Knowledge Organization for a Sustainable World: Challenges and Perspectives for Cultural, Scientific, and Technological Sharing in a Connected Society. **Ergon-Verlag**, Würzburg, Alemanha, 2016. p. 368-375.

DROBNICKI, John A. Bliss: the Man and the Classification. **Cuny Academic Works**, New York, 1996.

FERREIRA, Francirosy Campos Barbosa. **Entre arabescos, luas e tâmaras: performances islâmicas em São Paulo**. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. DOI: 10.11606/T.8.2007.tde-24102007-143500. Acesso em: 2023-06-01.

FIERRO, Maribel. Islamismo. **Scripta Fulgentina: revista de teología y humanidades**, Cartagena, v. 7, n. 13, p. 81-93, 1997.

FOSKETT, Douglas John. **Classification and indexing in the social science s**. Oxford; Wlatham: Butterworths, 1964.

FOUCAULT, Michel. Poder e saber. In: **Michel Foucault: estratégia, poder-saber**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 1-10, 2022.

GEERTZ, Clifford. **Islam observed: Religious development in Morocco and Indonesia**. Chicago; Londres: University of Chicago Press, 1971.

GOMES, Hagar Espanha. Tendências da pesquisa em organização do conhecimento. **Pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n.1, p.60-88, jan./dez. 2009.

GOPINATH, M. A. RANGANATHAN, S. R.. **Prolegomena to library classification: 3a. Edição**. New Delhi, India: Ess Ess Publications, 1967.

GUERRIERO, Silas. A atualidade da teoria da religião de Durkheim e sua aplicabilidade no estudo das novas espiritualidades. **Estudos de religião**, [s.l.], v. 26, n. 42, p. 11-26, 2012.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, n. 1, fev. 2011. ISSN 1983-5213.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

HALL, Stuart. Discurso, poder e o sujeito. In: HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016. p. 85-91.

Hjørland, Birger. Domain analysis in information science: eleven approaches—traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, London, 2002.

Hjørland, Birger. Epistemology and the socio-cognitive perspective in information science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, [s.l.], v. 53, n. 4, p. 257-270, 2002.

Hjørland, Birger. Domain analysis. **Knowledge Organization**, Copenhagen, v. 44, n. 6, p. 436-464, 2017.

Hjørland, Birger. Fundamentals of Knowledge Organization (KO). **Knowledge Organization**, Copenhagen, v. 30, n. 2, 2003.

Hjørland, Birger. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, Copenhagen, v. 35, n. 2/3, 2008.

Hjørland, Birger. Theories of Knowledge Organization – Theories of Knowledge. **Knowledge Organization**, Copenhagen, v. 40, n.3, 2013.

- Hjørland, Birger. Theories are Knowledge Organizing Systems (KOS). **Knowledge Organization**, Copenhagen, v. 42, n. 2, p. 113–128, 2015.
- HODGE, Gail. Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries: Beyond Traditional Authority Files. **Digital Library Federation**, Washington, DC, 2000.
- IBEZIM, Ijeoma G. The challenges of religion and ethnic identity in Nigeria. **Journal of Religion and Human Relations**, Awka (Nigeria), v. 1, n. 6, p. 90-100, 2014.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010:** Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- IDREES, Haroon; MAHMOOD, Khalid. Classification of Islamic literature in Pakistani libraries: A survey. **Library Review**, [s.l.], v. 59, p. 149-164, 2010.
- KLEINEBERG, Michael. Integrative levels. **ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization**, Copenhagen, 2017.
- LANGRIDGE, Derek (Ed.). **Universe of knowledge**. University of Maryland, School of Library and Inf. Science 1969. p. 2.
- LANGRIDGE, Derek Wilton. **Classification and indexing in the humanities**. London: Butterworths, 1976.
- LIMA, Cesar Rocha. **Assalamu Alaykum:** o Islã no Brasil e os processos sociais utilizados para a (re)construção da imagem elaborada pelos meios de comunicação de massa a partir de 11 de setembro de 2001. 2019. Tese (Doutorado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. DOI: 10.11606/T.8.2019.tde-16072019-183929.
- MANTRAN, Robert. **Expansão muçulmana** (séculos VII-XI). São Paulo: Pioneira, 1977.
- MIGLIOLI, S.; SANTOS, G. A. Acessibilidade e serviços inclusivos para minorias sociais: a biblioteca do instituto nacional de educação de surdos. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 136-149, 2017.

MILANI, S. O.; GUIMARÃES, J. A. C. Problemas éticos em representação do conhecimento: uma abordagem teórica. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2011.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. A organização do conhecimento e seus paradigmas científicos: algumas questões epistemológicas. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 64-77, 1999.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de; SILVA, Fabio Gomes. Religião e cultura periféricas: a representação do Islamismo na Classificação Decimal de Dewey. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 86-120, 2019.

MOL, Hans. The Identity Model of Religion: How It Compares with Nine Other Theories of Religion and How It Might Apply to Japan. **Japanese Journal of Religious Studies**, Tokio, v. 6, n.1-2, Mar.-Jun. 1979.

MORAES, Rosana Portugal Tavares de; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. La actualidad del pensamiento de Henry Evelyn Bliss y la organización del conocimiento multidimensional. **Scire: representación y organización del conocimiento**, [s.l.], v. 26, n. 2, p. 59-68, 2020.

MOREIRA, Vital; GOMES, Carla De Marcelino (org.). **Compreender os Direitos Humanos:** manual de educação para os direitos humanos. IGC/CDH, Lisboa, 2013.

OLSON, Hope A. A potência do não percebido: Hegel, Dewey e seu lugar na corrente principal do pensamento classificatório. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 3-15, jun. 2011. ISSN 2178-2075.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, Lisboa, v. 2, p. 19-33, 1998.

POWELL, Adam J. Functionalism or fallacy: re-locating Hans Mol's identity theory. **Italian sociological review**, [s.l.], v. 70, n. 1, p. 63-85, 2017.

QUERINO, Manuel Raymundo. **A raça africana e seus costumes**. Salvador: Livraria Progresso, 1955.

QUERINO, Manuel Raymundo. **O colono preto como fator de civilização brasileira.** 2 ed., v.5, Jundiaí: Cadernos do mundo inteiro, 2018.

RODRIGUES, R.N. **Os africanos no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 303 p.

SATIJA, M.; SINGH, J. Colon Classification: A Requiem. **DESIDOC Journal of Library & Information Technology**, Delhi, India, v. 33, n. 4, 22 jul. 2013.

SZOSTAK, Rick. Classifying for social diversity. **Knowledge Organization**, Copenhagen, v. 41, n. 2, p. 160-170, 2014.

SANTOS, André Luiz Rodrigues. Revolta dos Malês (1835): Apontamentos sobre o Levante dos Nagôs Islamizados. **Revista Eletrônica Discente História**, Cachoeira, v. 7, n. 14, p. 327-339, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, p. 71-94, 2007.

SANTOS, Delano de Jesus Silva. Ummah e narrativas: história e identidade da religião islâmica. **PLURA: Revista de Estudos de Religião**, Juiz de Fora, v. 2, n.º 1, 2011, p. 167-196.

SPITERI, Louise F. The Classification Research Group and the theory of integrative levels. **Katharine Sharp Review**; Urbana-Champaign, Illinois n.001, Summer 1995, 1995.

SILVA, A. DA C. E. Comprando e vendendo Alcorões no Rio de Janeiro do século XIX. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 285–294, jan. 2004.

TENNIS, Joseph. Two axes of domains for domain analysis. **Knowledge organization**, Copenhagen, v. 30, n. 3/4, p. 191-195, 2003.

TRISTÃO, A. M. D.; FACHIN, G. R. B.; ALARCON, O. E. Sistema de classificação facetada e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 161–171, maio 2004.

VAKIL, Abdoolkarim. Pensar o Islão: Questões coloniais, interrogações pós-coloniais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 69, p. 17-52, 2004.

YAAKUB, M.B. Knowledge Management from Islamic Perspective. **Revelation and Science**, Pahang, v. 1, n. 2, p. 14-24, 2011.

ZENG, Marcia Lei, Knowledge Organization System (KOS). **Knowledge Organization**, Copenhagen, v. 35, n. 2/3. 2008.

GLOSSÁRIO

Ashanti: Asante, povo do centro-sul de Gana e áreas adjacentes do Togo e Costa do Marfim. A maioria dos Asante vive em uma região centrada na cidade de Kumasi, que era a capital do antigo estado independente de Asante. Eles falam uma língua Twi do ramo Kwa da família linguística Níger-Congo e são um subgrupo dos povos Akan.

Alcorão: (em árabe: “Recitação”) a escritura sagrada do Islã. De acordo com a crença islâmica convencional, o Alcorão foi revelado pelo anjo Gabriel ao profeta Maomé nas cidades árabes ocidentais de Meca e Medina começando em 610 e terminando com a morte de Maomé em 632 D.C. A palavra *qur’ān*, que já ocorre na própria escritura islâmica (por exemplo, 9:111 e 75:17–18), é derivada do verbo *qara’ā* – “ler”, “recitar” – mas provavelmente também há alguma conexão com o síriaco *qeryānā*, “leitura”, usado para a recitação de leituras bíblicas durante os cultos da igreja. O corpus corânico, composto em uma forma primitiva do árabe clássico, é tradicionalmente acreditado para ser uma transcrição literal da fala de Deus e para constituir a reprodução terrena de um original celestial criado e eterno, segundo a visão geral referida no próprio Alcorão como “a tábua bem preservada” (*al-lamḥ al-mahfūz*; Alcorão 85:22) . (BRITANNICA, 2024)

Alufá: o simples sacerdote (QUERINO, 1955).

Amurê: O CASAMENTO MALÊ (Cerimônia, Rito) (Querino, 1955).

Falsafah: Filosofia islâmica, doutrinas dos filósofos do mundo islâmico dos séculos 9 e 12 que escreveram principalmente em árabe. Essas doutrinas combinam o aristotelismo e o neoplatonismo com outras ideias introduzidas através do Islã.

Filanins: Fula, Fulani, um povo majoritariamente muçulmano espalhado por muitas partes da África, principalmente na África Ocidental, desde o Lago Chade, no leste, até a costa atlântica. Eles estão concentrados principalmente na Nigéria, Mali, Guiné, Senegal e Níger, mas também

podem ser encontrados em vários outros países. A língua fulani, conhecida como fula, é classificada no ramo atlântico da família linguística nigero-congolesa (Britannica, 2024).

Iman: Líder, A pessoa que lidera a oração, Líder dos muçulmanos.

Islam Sunita: O Islã Sunita é a maior corrente do Islã, constituindo cerca de 86% a 90% dos muçulmanos. Os sunitas se consideram o ramo mais tradicional e ortodoxo do Islã. A palavra Islã, que significa “rendição” em árabe, ilumina a ideia religiosa fundamental do Islã - que o crente (chamado de muçulmano) aceita se render à vontade de Allah. Os muçulmanos acreditam que a vontade de Allah, à qual os seres humanos devem se submeter, é conhecida através das escrituras sagradas, o Alcorão, que Allah revelou ao seu mensageiro, Maomé. No Islã, Maomé é considerado o último de uma série de profetas.

Islã Xiita: O Xiismo é o segundo maior ramo do Islã, constituindo 16% dos muçulmanos. Os xiitas consideram Ali, genro e primo do profeta Maomé, como seu legítimo sucessor, rejeitando os três califas sunitas que lideraram a comunidade muçulmana após a morte de Maomé. Acredita-se que o xiismo tenha se originado do ascetismo islâmico inicial. Os xiitas estão espalhados pelo mundo, com concentrações significativas no Irã, Iraque, Paquistão, Arábia Saudita, Barém, Líbano, Azerbaijão, Iêmen, Síria e Turquia.

Islam: principal religião mundial promulgada pelo profeta Maomé na Arábia no século 7 D.C. O termo árabe *islam*, literalmente “rendição”, ilumina a ideia religiosa fundamental do Islã – que o crente (chamado de muçulmano, da partícula ativa de *islām*) aceita a rendição à vontade de Allah (em árabe, *Allāh*: Deus) (Britannica, 2024).

Kalām: no Islã, teologia especulativa. O termo é derivado da frase “*kalām Allāh*” (em árabe: “palavra de Deus”), que se refere ao Alcorão, a escritura sagrada do Islã. Aqueles que praticam kalām são conhecidos como *mutakallimūn* (BRITANNICA, 2024)

Ladane: o secretário.

Lemane: uma espécie de bispo.

Malinkes: Malinke, um povo da África Ocidental que ocupa partes da Guiné, Costa do Marfim, Mali, Senegal, Gâmbia e Guiné-Bissau. Eles falam uma língua Mandekan do ramo Mande da família Níger-Congo.

Mohammed: Maomé foi o fundador do Islã e o proclamador do Alcorão, a escritura sagrada do Islã. Ele passou toda a sua vida no que é hoje o país da Arábia Saudita, desde seu nascimento por volta de 570 d.C. em Meca até sua morte em 632 em Medina. Conforme a tradição islâmica, o Alcorão, entendido como uma transcrição literal da fala de Deus (Alá), foi revelado a Maomé em etapas pelo anjo Gabriel, a partir de 610.

SARÁ: A MISSA DOS MALÊS segundo Querino.

Sheik: Xeque ou Xeique, é uma palavra de origem árabe (خَيْل) que quer dizer “chefe”, “soberano”, “ancião”, “líder” ou “governador”. Na cultura árabe, o título de sheik é considerado uma honra de algo prestígio. O uso da expressão Sheik é aplicado para denominar o chefe de uma família árabe, de um clã ou de uma tribo. Também pode ser utilizado como título para um magistrado chefe de uma aldeia árabe. Além disso, o nome é aplicado à eclesiásticos maometanos (seguidores de Maomé) de alto grau.

Sufismo: O Sufismo é uma prática mística islâmica que busca a verdade divina através da experiência direta de Deus. Os sufis, também conhecidos como “os pobres”, seguem caminhos místicos para entender a natureza humana e de Deus. O termo Sufismo deriva da palavra árabe para místico, شُفِّيٌّ, que é derivado de شُفَعَة, “lã”, possivelmente referindo-se à vestimenta de lã dos primeiros ascetas islâmicos. Embora anteriormente se pensasse que o misticismo islâmico tinha raízes em várias fontes não-islâmicas, agora se acredita que ele cresceu a partir do ascetismo islâmico inicial.

Tecebá: Rosário dos malês, de meio metro de comprimento e 99 contas de madeira, terminando numa bola em vez de cruz; teçubá; teçuda (Dicio, 2024)

Xerife: espécie de profeta, cargo esse só desempenhado por pessoa idosa, cuja opinião se respeita como um oráculo.

SOBRE O AUTOR

FABIO GOMES DA SILVA

Mestre em Biblioteconomia pelo Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB-Unirio), e graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2018). Atua principalmente nos seguintes temas: sistemas de organização do conhecimento, identidade, desvios na representação da informação e organização e representação do conhecimento.

Email: fabiosilvaunirio@gmail.com

Curriculo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9292274089103026>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6868-3333>

A obra “O Conhecimento Muçulmano em Esquemas de Classificação Bibliográfica Livremente Facetados”, de Fabio Gomes da Silva, advinda de dissertação orientada pelo Prof. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda, insere-se no campo da Organização e Representação do Conhecimento (ORC), articulando-se com os estudos em Biblioteconomia Negra e Antirracista e os Estudos Culturais para abordar como os sistemas de classificação bibliográfica podem representar, de maneira equitativa e culturalmente sensível, o conhecimento islâmico, particularmente no contexto brasileiro. Entendemos que esta obra advém de uma investigação que não apenas examina as estruturas conceituais subjacentes aos esquemas de classificação, mas também problematiza os vieses históricos, culturais e epistemológicos que privilegiam narrativas ocidentais e cristãs em detrimento de outras tradições religiosas e culturais.

Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva
Leyde Klébia Rodrigues da Silva
ENBNA-EIBNA 2025



Realização



Apoio

